



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Catarina Moura Cardantas da Silva

CONTOS DE RUA

A PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE SEM-
ABRIGO SOBRE A SUA TRAJETÓRIA DE VIDA E A INFLUÊNCIA
DOS FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO

Dissertação no âmbito do Mestrado em Serviço Social, orientada pela
Professora Doutora Clara Maria Rodrigues Cruz Silva Santos e apresentada à
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de
Coimbra.

Janeiro de 2025

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de
Coimbra

CONTOS DE RUA
A PERCEÇÃO DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO SOBRE A SUA
TRAJETÓRIA DE VIDA E A INFLUÊNCIA
DOS FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO

Catarina Moura Cardantas da Silva

Dissertação no âmbito do Mestrado em Serviço Social, orientada pela Professora
Doutora Clara Maria Rodrigues Cruz Silva Santos, e apresentada à Faculdade de
Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Janeiro de 2025



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

Agradeço profundamente a todos aqueles que me acompanharam e caminharam comigo, por mais ou menos tempo que tenha sido, ao longo deste desafio. A todos os que me acompanharam e ajudaram a alcançar mais uma etapa na minha vida.

À minha orientadora Professora Doutora Clara Cruz, não tenho palavras suficientes para expressar o quanto estou agradecida. Obrigada pelo apoio, disponibilidade, simpatia e motivação que me deu. Obrigada por acreditar em mim.

Aos participantes deste estudo, que permitiram que ele se concretizasse. Obrigada pela confiança, pela partilharem as vossas histórias, pela ajuda e pelo carinho e por todos os sorrisos com que me receberam.

Aos meus Avós, que são como pais para mim, não há palavras para o quanto vos quero agradecer. Há tantos obrigados que vos devo que não conseguiria escrever aqui, por isso agradeço pelo amor que sempre me deram, pelas palavras, pelo apoio, por sempre acreditarem nos meus sonhos e que sou capaz, por todos os momentos que ficam para sempre no meu coração, obrigada.

Obrigada aos amigos, de sempre, que sempre viveram as conquistas, mas também os fracassos comigo, que me ouviram a celebrar, mas também a queixar. A vocês desejo o mundo, mas que eu faça sempre parte dele, porque agora é para sempre.

Ao meu namorado, que me aturou, que sempre me ouviu e partilhou as minhas vitórias e conquistas. Obrigada por todo o carinho e amor com que sempre me acompanhaste. Obrigado por seres a minha base, a minha estabilidade.

Obrigada a todos que acreditaram em mim, que me fizeram melhor e que disseram que este era o meu caminho. Não podiam estar mais certos.

Não existe outro caminho que eu fosse amar mais que este.

A todos que acreditaram em mim, que me fizeram ser melhor a cada dia, que me disseram com certeza que este era o meu caminho.

Afinal, nós todos somos feitos de pedacinhos de pessoas especiais que passaram pela nossa vida.

dos pobres sabemos tudo: em que não trabalham, o que não comem, quanto não pesam, quanto não medem, o que não tem, o que não pensam, em quem não votam, em quem não creem. Só nos falta saber porque os pobres são pobres. Será por que sua nudez nos veste e sua fome nos dá de comer?

Eduardo Galeano, 1998

Resumo

A presente investigação explora as trajetórias de vida da população em situação de sem-abrigo, analisando a percepção desta população sobre a influência dos fatores de risco e dos fatores de proteção ao longo do seu ciclo de vida.

Assente na perspetiva ecológica sobre a situação de sem-abrigo, o objeto de estudo considerou a situação como um fenómeno complexo, resultante de interações entre fatores individuais, estruturais, socioeconómicos e contextuais. A perspetiva do curso de vida, reconheceu que a trajetória individual é marcada por eventos e transições significativas. Deste modo, através destas perspetivas, é possível compreender como acontecimentos podem precipitar ou mitigar a situação de sem-abrigo, na perspetiva dos(as) inquiridos(as).

A análise interpretativista, presente nesta análise, partiu do princípio de que a realidade é construída pelos significados que as pessoas atribuem às suas experiências e contextos. O desenho qualitativo, com a recolha de entrevistas semiestruturadas em profundidade, isto é, narrativas biográficas, assim como, o uso do biograma, permitiu recolher os fatores de risco existentes antes, durante e após a situação de sem-abrigo, assim como a percepção, através da pontuação de eventos de vida, da trajetória de vida individual de cada inquirido(a).

Os resultados revelam tanto regularidades quanto singularidades nas trajetórias de vida. A análise dos percursos até à situação de sem-abrigo, foram analisados de forma detalhada, permitindo uma construção das trajetórias de vida de cada inquirido(a). Pelo que, é possível identificar alguns fatores precipitantes e, outros protetivos na narrativa do grupo-alvo, assim como, a percepção dos mesmos face aos acontecimentos e trajetória de vida. Os resultados mostram que a maioria dos fatores de risco remontam para a infância e juventude, pelo que continuaram a influenciar os indivíduos ao longo das suas vidas.

Palavras-chave: Trajetórias de Vida; Fatores de Risco e Proteção; Biograma; Situação de Sem-Abrigo.

Abstract

This research explores the life trajectories of people experiencing homelessness, analyzing their perception and the influence of risk and protective factors throughout their life cycle.

Based on the ecological perspective of homelessness, the study viewed it as a complex phenomenon resulting from interactions between individual, structural, socioeconomic, and contextual factors. The life course perspective acknowledged that individual trajectories are shaped by significant events and transitions. Thus, through these perspectives, it is possible to understand how events may trigger or mitigate homelessness, from the participants' point of view.

The interpretive analysis in this study assumes that reality is constructed through the meanings people assign to their experiences and contexts. The qualitative design, including in-depth semi-structured interviews, that is, biographical narratives, and the use of biograms, allowed the identification of risk factors present before, during, and after homelessness, as well as individuals' perceptions of their life events and trajectories.

The results reveal both regularities and singularities in the life trajectories. The analysis of the paths leading to homelessness was examined in detail, allowing for an individual construction of life trajectories. Therefore, it is possible to identify the increasing and mitigating factors in the target group's narrative, as well as their perception of the events and trajectory. The results show that most risk factors stem from childhood and adolescence, continuing to influence individuals throughout their lives.

Keywords: Life Trajectories; Risk and Protective Factors; Biogram; Homelessness.

Índice

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vii
Abstract.....	ix
Índice de figuras	xiii
Índice de tabelas	xiii
Índice de siglas	xiv
Introdução.....	1
Parte I – A vivência de rua: a pobreza, a exclusão e a desfiliação social.....	4
Capítulo 1: Delimitações conceptuais	4
1.1 A pobreza, a exclusão social e a situação de sem-abrigo	4
1.2 A desfiliação social.....	9
Capítulo 2: A natureza complexa da vivência de rua.....	14
2.1 O conceito de “sem-abrigo”	14
2.1.1 A adoção de uma definição europeia e a evolução das estratégias nacionais	15
Capítulo 3: A evolução histórica da situação de sem-abrigo em Portugal.....	19
3.1 A visão punitiva da situação de sem-abrigo	19
3.2 Da despenalização à promoção da inclusão	21
Capítulo 4: Dados sobre a população em situação de sem-abrigo	24
4.1 A população em situação de sem-abrigo em Portugal.....	24
4.2 A população em situação de sem-abrigo na Europa.....	26
Parte II: A habitação como questão estrutural.....	28
Capítulo 5 – A habitação em Portugal e o sentido de “casa”	28
5.1 As políticas habitacionais em Portugal.....	28
5.2 A falta de habitação e a exclusão habitacional em Portugal.....	31
5.3 O sentido de “Casa”.....	33
Parte III: Trajetórias de vida	36
Capítulo 6: Perspetivas teóricas sobre as trajetórias de vida.....	36
6.1 Perspetiva ecológica sobre a situação de sem-abrigo	36
6.2 A perspetiva do curso de vida e a situação de sem-abrigo	41
6.3 A teoria das forças e a situação de sem-abrigo.....	44
Parte IV: Enquadramento metodológico.....	46
Capítulo 7: Metodologia.....	46
7.1 Metodologia e método	46
7.2 Objeto e objetivos da investigação	47
7.3 Instrumentos de recolha de dados.....	48
7.4 Participantes.....	51

7.5	Procedimentos formais e éticos	53
Parte V: Apresentação, análise e discussão dos resultados.....		55
Capítulo 8: Apresentação e análise dos resultados.....		55
8.1	Dimensões de análise.....	55
Capítulo 9: Discussão dos resultados		83
9.2	Os fatores de risco e proteção presentes na trajetória de vida das pessoas em situação de sem-abrigo	83
9.2	A Perceção da Trajetória de Vida das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo.....	88
Conclusão		91
Referências bibliográficas		95
Apêndices		105
Apêndice II – Os sete domínios teóricos da falta de habitação na ETHOS		105
Apêndice I – Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional		106
Apêndice II – Os sete domínios teóricos da falta de habitação na ETHOS		108
Apêndice III – Os domicílios considerados como situação de sem-abrigo, em Portugal.....		109
Apêndice IV – Guião de entrevista em profundidade à população em situação de sem-abrigo.....		110
Apêndice V – Consentimento informado		115

Índice de figuras

Figura n.º 1 – O processo de desfiliação social

Figura n.º 2 – As vias de desfiliação

Figura n.º 3 – A evolução das Políticas/programas habitacionais em Portugal

Figura n.º 4 – O modelo ecológico da situação de sem-abrigo

Índice de tabelas

Tabela n.º 1 – Comparação entre as Estratégias Nacionais para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: 2009-2015, 2017-2023 e 2025-2030

Tabela n.º 2 – Os fatores individuais da situação de sem-abrigo

Tabela n.º 3 – Os fatores estruturais da situação de sem-abrigo

Tabela n.º 4 – Conceitos-chave da perspetiva do curso de vida

Tabela n.º 5 – Os quatro temas dominantes da perspetiva do curso de vida

Tabela n.º 6 – Caracterização dos participantes

Índice de siglas

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza

ENCP – Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

ENIPSSA – Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

ESPN – Rede Europeia em Matéria de Política Social

ETHOS – Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional

FEANTSA – Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo

ENIPSA – Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo

GTMA – Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação

ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

ISS IP – Instituto da Segurança Social

NPISA – Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAI – Planos Nacionais de Ação para a Inclusão

PSSA – Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

RPES – Relatório sobre Pobreza e Exclusão Social em Portugal

UE – União Europeia

Introdução

A presente investigação pretende analisar as trajetórias de vida da população em situação de sem-abrigo na cidade de Coimbra, identificando os fatores de risco e os fatores de proteção ao longo do seu ciclo de vida, bem como compreender as perceções dos indivíduos sobre os seus momentos significativos.

A situação de sem-abrigo é um fenómeno complexo, que vai além da falta de uma habitação fixa, abrangendo várias dimensões, como a pobreza, a exclusão social e a desfiliação social. O conceito de “sem-abrigo” evoluiu ao longo do tempo, pelo que a sua ampliação continua a ser desafiada pela falta de um consenso universal quanto à sua definição (Aldeia, 2013; Gomes & Guadalupe, 2011; Menezes, 2008; Nobre, 2021). Ao longo desta dissertação, foi adotada a definição “pessoa em situação de sem-abrigo”, da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030, que considera a situação como uma fase transitória da vida de uma pessoa e como um fenómeno multifacetado, envolvendo não apenas a esfera material, como a falta de habitação, mas também a esfera social.

A análise parte do pressuposto de que a situação de sem-abrigo não é um fenómeno isolado, mas sim o reflexo de uma rede complexa de fatores. Com base no modelo ecológico da situação de sem-abrigo, proposto por Nooe & Patterson (2010), considera-se a situação de sem-abrigo como um fenómeno que resulta da interação entre fatores individuais, estruturais, socioeconómicos e contextuais. Este modelo desafia abordagens tradicionais ao enfatizar que a situação de sem-abrigo não pode ser atribuída a uma única causa isolada, mas é consequência de um conjunto dinâmico de influências que se entrelaçam ao longo do tempo. Pelo que a interação os diversos fatores individuais e estruturais contribuem para o início e perpetuação da situação de sem-abrigo (Nooe & Patterson, 2010; Piat et al., 2015).

Complementarmente, a perspetiva do curso de vida permite compreender como diferentes fases da vida e eventos significativos, tais como o abandono escolar, a perda de emprego, ou a rutura de laços, podem ser preditores ou agravantes da situação de sem-abrigo (Elder et al., 2003; Hendricks, 2012; Hutchison, 2005; 2010; 2018; 2019).

Deste modo, a investigação pretendeu identificar tanto os fatores de risco como os de proteção que intervêm ao longo da trajetória de vida, permitindo compreender como as experiências passadas e as perceções das mesmas afetam o presente e o futuro das pessoas em situação de sem-abrigo.

Adicionalmente, a teoria das forças, propõe que os indivíduos possuem capacidades e potencialidades que podem ser mobilizadas, mesmo em contextos adversos. Desenvolvida na década de 80, a teoria sugere que, mesmo em contextos adversos, como em pobreza extrema, exclusão social e desfiliação social, os indivíduos podem desenvolver forças que lhes permitem resistir e superar as dificuldades, evidenciando que mesmo diante da adversidade, a resiliência e o *empowerment* são possíveis (Oliveira, 2016).

A adoção de uma metodologia qualitativa refletiu a necessidade de compreender a complexidade e a subjetividade inerentes às experiências de vida de indivíduos em situação de sem-abrigo. Tal abordagem permitiu explorar em profundidade os significados atribuídos aos eventos e às transições que moldam as suas trajetórias. O método biográfico, por sua vez, centra-se na recolha e análise de histórias de vida, valorizando as perceções individuais e possibilitando a identificação de fatores de risco e de proteção que se interligam ao longo das trajetórias. Como complemento, o desenho interpretativista reconhece que o conhecimento é construído a partir das interpretações pessoais das experiências vividas e que a realidade é dinâmica, múltipla e interconectada, integrando os contextos sociais, económicos, psicológicos e culturais que influenciam as trajetórias dos indivíduos.

Para alcançar os objetivos, o processo de recolha de dados foi estruturado em duas fases complementares. A primeira consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade com indivíduos em situação de sem-abrigo. Esta etapa inicial permitiu aos participantes partilhar, de forma aberta e detalhada, as suas histórias de vida, desde a infância até à vida adulta. A abordagem flexível e relacional das entrevistas possibilitou captar não apenas os eventos significativos, mas também os significados e perceções atribuídos a essas experiências. Na segunda fase, de carácter confirmatório, foram elaborados e validados biogramas com a colaboração ativa dos participantes. Os biogramas serviram para organizar os acontecimentos mais marcantes das trajetórias de vida, pontuados positiva ou negativamente, conforme a sua perceção de cada indivíduo. Esta técnica proporcionou uma visão estruturada das experiências vividas, ao mesmo tempo que aprofundou a compreensão sobre como os fatores de risco e proteção influenciaram os percursos de cada participante.

A estrutura do trabalho está organizada em cinco partes, organizada em nove capítulos.

As três primeiras partes referem-se ao enquadramento teórico conceitual em que se contempla a problemática. A primeira parte do trabalho, intitulada de *A vivência de rua: a pobreza, a exclusão e a desfiliação social*, apresenta as delimitações conceituais sobre a pobreza, exclusão social e desfiliação social. Adicionalmente, aborda a complexidade do conceito de “sem-abrigo”, destacando a evolução histórica da situação de sem-abrigo e das respostas existentes em Portugal e na Europa. Na segunda parte, denominada de *A habitação como questão estrutural*, é abordada a questão da habitação, apresentando-se uma evolução das políticas habitacionais em Portugal, a exclusão habitacional e a falta de acesso a condições dignas de habitação, assim como o significado subjetivo do conceito de “casa”. Esta reflexão contribui para evidenciar como a ausência de um lar vai além da privação material, afetando dimensões identitárias e relacionais dos indivíduos. A terceira parte, intitula-se *Trajetórias de vida* e, adota uma perspetiva teórica multidimensional para interpretar a situação de sem-abrigo enquanto um processo dinâmico. É apresentada o modelo ecológico da situação de sem-abrigo, a perspetivo do curso de vida e a teoria das forças, que permitem compreender como os fatores individuais, sociais, estruturais e contextuais interagem ao longo do tempo, influenciando as trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo.

A quarta parte, designada *Enquadramento metodológico*, refere-se à componente metodológica e empírica da investigação, de natureza qualitativa. Neste capítulo é integrada a metodologia e o método, são delimitados os objetivos do estudo, os instrumentos de recolha de dados e análise de dados, os participantes do estudo e os procedimentos formais e éticos seguidos.

A última parte do trabalho centra-se na *Apresentação, análise e discussão dos resultados*. A análise dos resultados centralizou-se nas trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo e as narrativas foram analisadas à luz do modelo ecológico da situação de sem-abrigo, da perspetiva do curso de vida e da teoria das forças, com destaque para os fatores de risco e proteção que influenciam a situação de sem-abrigo, assim como da perceção de cada participante deles. Finalmente, a discussão dos resultados permitiu a interpretação dos dados, relacionando-os com a literatura existente. Em conclusão, refletiu-se sobre as implicações da investigação para as políticas públicas e as práticas de intervenção social, identificando formas eficazes e holísticas de intervenção e reintegração de pessoas sem-abrigo.

Parte I – A vivência de rua: a pobreza, a exclusão e a desfiliação social

Capítulo 1: Delimitações conceptuais

Para Bruto da Costa (1998) “a pobreza é, certamente, a forma de exclusão social mais generalizada entre nós” (p. 24), e a situação de sem-abrigo representa “uma das formas mais extremas de exclusão social, por vezes uma das mais visíveis, aquela em que o carácter de privação múltipla é patente e, por vezes, contrasta fortemente com o meio ambiente em que se apresenta” (idem, p. 80).

A pobreza vai além da mera falta de recursos materiais, envolvendo uma série de barreiras que limitam o acesso dos indivíduos a direitos e oportunidades essenciais, como saúde, educação e participação social. Do mesmo modo, a situação de sem-abrigo surge como uma das manifestações mais extremas e visíveis, não apenas da exclusão social, mas também da desfiliação social.

Castel (1994; 1995) descreve a desfiliação como um processo progressivo de rutura do indivíduo com as redes sociais e laborais, refletindo uma desconexão crescente que se traduz em isolamento e exclusão. Este conceito permite uma análise mais aprofundada sobre como a perda de laços sociais e de inserção laboral pode conduzir ao afastamento progressivo e ao isolamento social observado nas pessoas em situação de sem-abrigo.

Para compreender e abordar eficazmente o fenómeno da situação de sem-abrigo, é fundamental aprofundar a análise dos conceitos de pobreza, exclusão social e desfiliação social.

1.1 A pobreza, a exclusão social e a situação de sem-abrigo

A pobreza e a exclusão social são fenómenos profundamente interligados que, ao longo da história, têm moldado realidades de desigualdade, marginalização e desfiliação. Pelo que no contexto das pessoas em situação de sem-abrigo, estas condições revelam formas extremas de privação, evidenciando a complexidade dos problemas sociais e as falhas estruturais da sociedade.

A situação de sem-abrigo é frequentemente associada a uma das formas mais extremas e visíveis da pobreza e da exclusão social, “a maior parte das vezes em que se fala de pobreza ou exclusão, tem-se em mente a situação dos sem-abrigo” (Costa, 1998, p. 80).

Desde o final do século XVIII, com a Revolução Industrial na Inglaterra, a pobreza passou a ser analisada como um problema social. Até então, era vista pela Igreja Católica como um “mal necessário”, uma parte inevitável da sociedade que estimulava a prática da caridade, essencial para a salvação espiritual (Fernandes, 2006). Este pensamento foi gradualmente transformado à medida que as ciências sociais começaram a entender a pobreza como um fenómeno multifacetado, que exigia soluções eficazes para combatê-la (Capucha, 2015).

No contexto português, a pobreza é um problema extensivo, como destacado por Capucha (2015), tendo raízes profundas em dinâmicas históricas associadas ao regime ditatorial que vigorou em Portugal, entre as décadas de 1930 e 1970. Esta herança, juntamente com a persistência da pobreza estrutural, continua a influenciar a realidade social portuguesa e, conseqüentemente, as políticas sociais e as respostas à exclusão social.

No século XX, organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho, expandiram a definição de pobreza. Passando a ser compreendida como a incapacidade de satisfazer as necessidades básicas, aliada à exclusão de direitos e de oportunidades, do que apenas limitada à ausência de recursos materiais (Fernandes, 2006).

O conceito de pobreza foi, assim, progressivamente transformado, com a inclusão de diferentes conceções: pobreza absoluta, pobreza relativa, pobreza objetiva e pobreza subjetiva. A pobreza absoluta ou extrema ocorre quando os indivíduos não conseguem satisfazer necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, habitação e cuidados de saúde, colocando em risco a sua dignidade e direitos fundamentais (Rede Europeia Anti-Pobreza - EAPN, 2024). A pobreza relativa, por sua vez, refere-se a um padrão de vida inferior ao da média da sociedade, limitando a participação plena nas atividades económicas, sociais e culturais (EAPN, 2024). Além disso, Costa (1984) distingue entre pobreza objetiva e subjetiva. A pobreza objetiva é medida por critérios concretos e mensuráveis, como o rendimento e o acesso a bens essenciais. Já a pobreza subjetiva considera como os indivíduos percebem a sua condição de vida, comparando-a com o que é socialmente considerado desejável.

Alfredo Bruto da Costa (1998) define a pobreza como uma “situação de privação resultante de falta de recursos” (p. 27) e a privação como “más condições de vida” (p. 27), destacando que os conceitos de privação e falta de recursos estão interligados e influenciam-se mutuamente, numa relação de causa e efeito. Para ele, ser pobre não

significa apenas não ter acesso a bens materiais essenciais, como alimentação, habitação e saúde, mas também enfrentar a exclusão dos sistemas sociais, políticos e económicos, a falta de oportunidades para realização pessoal e participação na vida social e política. A pobreza também se reflete nas perdas simbólicas que os indivíduos enfrentam, como a diminuição da autoestima, a perda de identidade e o sentimento de desconexão com a comunidade.

Além disso, Costa (1998) enfatiza que a pobreza é um problema de cidadania. A combinação da exclusão dos sistemas sociais básicos com a perda de poder e voz na sociedade revela que a pobreza afeta profundamente a capacidade de exercer os direitos e deveres de cidadania. Portanto, a pobreza não é apenas uma questão de carência material, mas também uma questão fundamental de acesso e participação plena na sociedade.

De acordo com Alves (2015), a pobreza é um fenómeno dinâmico, caracterizado por mudanças constantes na condição económica dos indivíduos. A cada ano, muitas pessoas entram ou saem da pobreza, refletindo a natureza fluida desse problema. No entanto, existe uma parcela significativa da população que vive em pobreza persistente. Isto mostra que a pobreza é complexa e enquanto pode ser temporária para alguns, para outros crónica, exigindo abordagens diversificadas e eficazes para a sua solução.

Ao falar sobre a pobreza, é necessário abordar também a exclusão social, considerada por Bento e Barreto (2002), como “o estado final de um processo que pode começar na pobreza” (p. 27), caracterizando-se como um processo de ruturas sucessivas com sistemas sociais básicos, como a família, comunidade, mercado, saúde e educação.

Robert Castel, citado por Bruto da Costa (1998), descreve a exclusão social como a fase mais extrema de um processo de marginalização. Pelo que, Serge Paugam (citado em Bento & Barreto, 2002), complementa ao destacar que a exclusão social vai além das desigualdades económicas, englobando crises nos laços sociais e na identidade dos indivíduos, aprofundando o sentimento de desconexão e alienação.

Bruto da Costa (1998) identifica três tipos principais de exclusão social que afetam a condição dos sem-abrigo: a *económica*, “trata-se fundamentalmente de ‘pobreza’” (p. 21) e no “extremo, esta forma de exclusão social pode conduzir à situação de ‘sem-abrigo’, que é, sem dúvida, a forma mais grave e complexa de pobreza e exclusão” (p. 21); a *social*, ligada à rutura dos laços sociais é “uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de autossuficiência e autonomia pessoal” (p. 22); a *cultural*, resulta de “fenómenos como o racismo, a

xenofobia (...) exclusão social de minorias étnico-culturais (...) dificultar a integração social” (p. 22); a *patológica*, está relacionada com problemas de saúde, nomeadamente de saúde mental e os comportamentos autodestrutivos, ligados à toxicod dependência, alcoolismo e prostituição e “alguns destes comportamentos também aparecem associados à situação de ‘sem-abrigo’, e tanto podem ser causas como consequências dessa situação” (p. 23). Ele sublinha que estas formas de exclusão frequentemente se sobrepõem e interagem de maneira complexa, criando uma rede de privação que agrava a situação de sem-abrigo. Costa (1998), enfatiza a importância do conceito de cidadania na análise da exclusão social, uma vez que a cidadania plena exige acesso a sistemas sociais básicos e, quando os indivíduos são excluídos desses sistemas, são privados de direitos fundamentais que permitem uma participação plena na sociedade.

Além disso, a exclusão social pode ser vista como um “processo biográfico”, como sugere Menezes (2008), no qual os indivíduos se afastam progressivamente da integração e da afiliação social. A exclusão é dinâmica e pode mudar ao longo do tempo, refletindo uma série de experiências e desafios que moldam a trajetória de vida do indivíduo. As trajetórias de exclusão social não se limitam a aspetos económicos, tendo impactos significativos ao nível cultural e social. Estas trajetórias influenciam como as pessoas se relacionam com os outros, interagem com grupos e se conectam.

1.1.1 A pobreza e a exclusão Social: um retrato atual

Nas últimas décadas, a pobreza e a exclusão social têm assumido formas cada vez mais complexas, refletindo mudanças sociais, económicas e políticas. Recentemente, fenómenos como a precarização do trabalho, a crise económica global de 2008, os impactos da pandemia de COVID-19, a Guerra na Ucrânia e a intensificação dos conflitos no Médio Oriente, geraram impactos significativos, afetando de maneira mais acentuada as camadas mais vulneráveis da população, como é o caso de pessoas em situação de sem-abrigo (Relatório sobre a Pobreza e Exclusão Social em Portugal – RPES, 2023).

Consoante os dados do RPES (2023), 20,1% da população portuguesa estava em risco de pobreza ou exclusão social em 2023. Em termos comparativos, Portugal destacou-se por ser o país com a maior redução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social, com uma diminuição de 10%. Com essa redução, Portugal situou-se abaixo da média da UE (21,6%), posicionando-se como o 13.º estado-membro com maior taxa de pobreza/exclusão social. No entanto, em 2022, mais de 2 milhões de cidadãos estavam em situação de pobreza ou exclusão social.

O risco de pobreza em Portugal é composto por três dimensões principais: o risco de pobreza monetária, que afeta 16,4% da população, correspondendo a pessoas com rendimentos inferiores a 60% da mediana nacional; a privação material e social severa (5,3%); e a intensidade laboral muito reduzida, que envolve pessoas em agregados familiares onde os adultos trabalharam menos de 20% do seu tempo de trabalho potencial (5,6%) (RPES, 2023). Estas estatísticas ilustram que, além da pobreza monetária, a privação material, a falta de oportunidades de trabalho e os baixos salários são componentes significativas da exclusão social em Portugal.

Os grupos mais vulneráveis ao risco de pobreza têm permanecido relativamente constantes ao longo dos anos. Em 2022, destacam-se entre os mais afetados os desempregados, idosos, estrangeiros, famílias monoparentais e pessoas que residem em habitações arrendadas a preços reduzidos. Portugal em 2022 tinha cerca de 1,7 milhões de pessoas no limiar da pobreza, isto é, com um rendimento inferior a 591 euros mensais. As mulheres continuam a ser um grupo particularmente afetado, representando 53,8% da população em risco de pobreza. Além disso, a pobreza atinge com particularidade os idosos (24,6%) e as crianças (17,9%) (RPES, 2023).

Entre os trabalhadores, 11,3% estavam em risco de pobreza ou exclusão social, e 10% enfrentavam risco de pobreza monetária, revelando que ter um emprego já não é suficiente para evitar a exclusão social e pobreza. Os dados também evidenciam que 46,7% dos desempregados, 31,2% dos inativos e 15,4% dos reformados estavam em situação de pobreza, evidenciando a ligação entre a instabilidade económica, a falta de acesso ao emprego e a exclusão social (RPES, 2023).

A estrutura familiar desempenha um papel relevante na análise da pobreza. A maioria das pessoas em risco de pobreza vive em agregados com crianças dependentes (55,8%), especialmente em famílias de dois adultos com crianças (27,4%) e famílias de três ou mais adultos com crianças (20,6%). As famílias monoparentais, frequentemente associadas a situações de vulnerabilidade, representam 7,7% da população em risco de pobreza. Além disso, 56% das crianças pobres têm pais com, no máximo, o ensino básico, evidenciando a relação entre a escolaridade e as condições de vida (RPES, 2023).

O nível de escolaridade continua a ser um dos fatores determinantes no risco de pobreza. Indivíduos com até ensino básico enfrentam as maiores taxas de pobreza, com um ligeiro aumento de 22,0% em 2021 para 22,6% em 2022. Aqueles com ensino secundário e pós-secundário experienciaram uma leve redução no risco de pobreza, de 13,8% para 13,5% no mesmo período, mas continuam a experienciar altas taxas de risco

de pobreza. Para os indivíduos com ensino superior, a situação é diferente. Apesar de estarem numa posição melhor em comparação com outros grupos educacionais, houve um aumento de 5,5% para 5,8% no risco de pobreza de 2021 para 2022 (RPES, 2023).

Face aos altos números de pessoas em risco de pobreza e exclusão social, foi criada a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (ENCP), com o objetivo reduzir a pobreza em 10% até 2030, retirando cerca de 660 mil pessoas dessa situação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, artigo n.º 19). A Estratégia está alinhada com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que se organiza em três áreas principais: igualdade de oportunidades e acesso, condições de trabalho justas e proteção e inclusão social. É importante referir que o Pilar visa garantir, a pessoas com necessidades, habitação acessível e/ou social com condições, e a pessoas em situação de sem-abrigo alojamentos e serviços adequados, de forma a promover a inclusão social (Comissão Europeia, 2017).

O Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, aprovado na Cimeira Social do Porto em 2021, reforça a ligação com a ENCP, definindo metas específicas para concretizar os princípios do Pilar até 2030. Deste modo, foram definidos três objetivos principais: alcançar uma taxa de emprego de pelo menos 78% na EU, garantir que pelo menos 60% dos adultos participem em formações anuais, e reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 15 milhões até 2030, incluindo 5 milhões de crianças. O Plano alinha-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, reforçando um compromisso conjunto (Comissão Europeia, 2024a).

1.2 A desfiliação social

O conceito de desfiliação foi introduzido por Robert Castel, em 1995, para designar o processo descendente de sucessivas ruturas do indivíduo com a sociedade. Esta progressiva desconexão com a sociedade está ligada a uma perda progressiva de vínculos sociais e à diminuição de participação comunitária. Segundo Amaro (2015), estar integrado numa sociedade significa ter laços e relações que oferecem apoio. São esses laços e relações que protegem o indivíduo da pobreza e da marginalização.

A desfiliação é uma quebra nas redes sociais primárias, que oferecem apoio e integração ao indivíduo. Estas redes incluem a família, o parentesco e os sistemas comunitários. Quando estas estruturas de proximidade deixam de garantir o apoio necessário, o indivíduo perde o seu vínculo social e pode acabar em isolamento social (Castel, 1995). Este rompimento traz consequências significativas, tanto a nível

individual, onde o indivíduo pode ficar isolado e desprovido do apoio necessário para enfrentar os desafios quotidianos, como a nível societal, uma vez que a desfiliação enfraquece a coesão social, desestabilizando as comunidades e enfraquecendo os laços essenciais para o bem-estar coletivo. Portanto, não afeta apenas o indivíduo, mas também contribui para a fragilização das estruturas sociais em geral (Castel, 1995).

Paugam (2009, citado em Rosa & Abreu, 2015) argumenta que os laços sociais desempenham um papel essencial na vida dos indivíduos, oferecendo tanto proteção quanto reconhecimento, fundamentais para a sua existência social. Pelo que a sua fragilização pode levar a um isolamento social e vulnerabilidade social. Com isto Paugam, identifica quatro tipos de laços sociais fundamentais:

1. Laços de filiação – referem-se aos laços familiares, tendo funções ao nível da socialização e da construção identitária dos indivíduos. A rutura destes laços pode resultar em sentimentos de abandono e insegurança.
2. Laços de participação eletiva – referem-se a relações que se estabelecem fora do núcleo familiar, como amizades e outros membros da rede social pessoal informal, que permitem ao indivíduo sentir-se parte de uma comunidade. A sua rutura pode levar ao isolamento social e a um sentimento de traição e abandono.
3. Laços de participação orgânica – estão ligados ao contexto profissional e referem-se às conexões formadas no ambiente de trabalho. Eles proporcionam reconhecimento social e uma forma de proteção mediante contratos de trabalho e relações de emprego. A quebra, ou até a precarização, destes laços pode levar a sentimentos de inutilidade e humilhação social.
4. Laços de cidadania – relacionam-se com a pertença a uma comunidade e aos direitos civis, políticos e sociais, que essa condição confere. Estes laços garantem ao indivíduo acesso a direitos civis, políticos e sociais, promovendo um senso de reconhecimento e igualdade. A rutura destes laços, pode resultar na negação de direitos e na perda de cidadania, comprometendo o status social do indivíduo.

Segundo Castel (1994), o processo de marginalização social resulta de um duplo processo de desligamento: do mercado de trabalho e das redes de relacionamento. Este afastamento pode ser representado em dois eixos – *inserção no trabalho e inserção relacional* –, cada um com três gradações: trabalho estável, precário ou não existente; e uma inserção relacional forte, frágil ou inexistente (isolamento social).

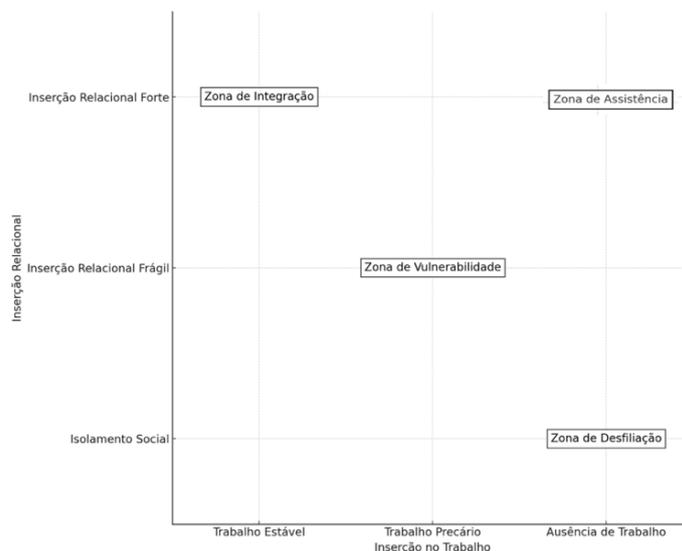
A combinação destas gradações dá origem a quatro zonas de pertença social: a *zona de integração* (trabalho estável e inserção relacional forte), a *zona de*

vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade relacional), a *zona de desfiliação* (ausência de trabalho e isolamento social), e a *zona de assistência* (ausência de trabalho e forte inserção social) (Castel, 1994; 1995).

A desfiliação social, ocorre quando o indivíduo se encontra simultaneamente desconectado de ambos os eixos, revelando a profundidade da exclusão social (Castel, 1994, 1995). Estas zonas, no entanto, não são estáticas, as suas fronteiras são fluidas, e há uma circulação constante entre elas, isto é, os indivíduos transitam de uma zona para outra, e.g. alguém pode passar da integração para a vulnerabilidade, ou da vulnerabilidade para a desfiliação. A zona de vulnerabilidade, em particular, ocupa uma posição estratégica. É um espaço social de instabilidade, habitado por indivíduos que enfrentam situações precárias no trabalho e relações sociais frágeis. Este ambiente de incerteza aumenta o risco de queda para a desfiliação social (idem, 1994; 1995).

De acordo com Castel (1994; 1995) o exemplo mais representativo é a pessoa em situação de sem-abrigo. Este processo permite entender como trajetórias de vida podem levar à situação de sem-abrigo, onde o afastamento do trabalho e dos laços sociais contribui para uma situação de exclusão, marginalização e desfiliação.

Figura n.º 1 *O processo de desfiliação social*



Fonte: Realizado pela autora a partir de Castel (1994)

Complementando esta análise, Amaro (2015), argumenta que o processo de exclusão social é impulsionado pela interligação entre precarização laboral, mudanças nas políticas sociais e o crescente individualismo. O enfraquecimento das relações sociais

agrava a precariedade no trabalho, enquanto a deterioração das condições laborais fragiliza ainda mais os laços sociais.

Três esferas impulsionam este processo: a *desregulação do mercado de trabalho*, pautado pela redução do emprego estável e aumento a vulnerabilidade; a *mudança nas políticas sociais*, que passam a se focar mais na responsabilidade individual do que na redistribuição de recursos, existindo uma tendência para a criação de ferramentas que promovem o fortalecimento pessoal e a capacitação, levando à noção de que os problemas da exclusão social são responsabilidade do indivíduo, reforçando a ideia de que cada pessoa é responsável pela sua inclusão ou exclusão; e o *crescente individualismo*, que valoriza a liberdade pessoal, mas também acentua a competição e a responsabilização, fragilizando os mais vulneráveis, uma vez que aqueles que não conseguem “competir” adequadamente no mercado de trabalho ou manter vínculos sociais fortes acabam por ser excluídos. Assim, estes três fatores dinâmicas colaboram para o aumento da exclusão social, ou desfiliação, nas sociedades contemporâneas (Amaro, 2015).

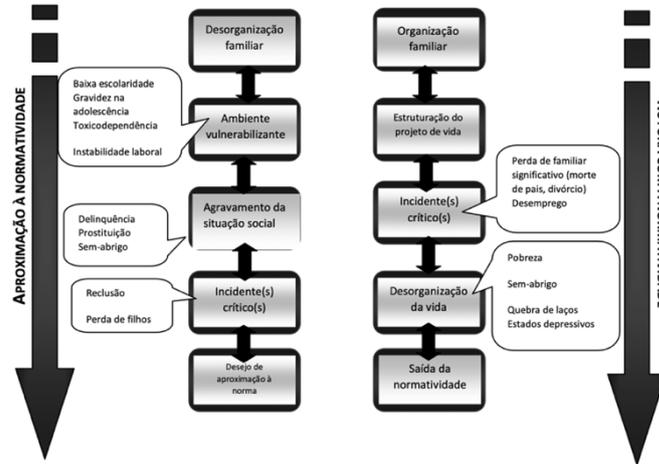
Amaro (2015), argumenta que ao analisarmos histórias de vida, conseguimos distinguir dois percursos distintos que conduzem os indivíduos ao processo de desfiliação social (Figura n.º 2).

O primeiro consiste na contínua *aproximação à normatividade*, isto é, às normas sociais, numa tentativa de inclusão, embora essa tentativa seja limitada pela falta de oportunidades reais e por fatores como a baixa escolaridade, gravidez na adolescência, toxicod dependência e instabilidade laboral, que criam um ambiente vulnerável. Isto leva ao agravamento da sua situação social, e os indivíduos podem acabar envolvidos em delinquência, prostituição ou até chegar à situação de sem-abrigo. Um incidente crítico, isto é, um acontecimento significativo e impactante na vida de um indivíduo, como a reclusão ou a perda de filhos, pode ocorrer, mas mesmo assim os indivíduos ainda manifestam um desejo de aproximação à norma. Esta vida desde cedo coloca os indivíduos em situações de privação, sofrimento e fragilidade (Amaro, 2015).

O segundo percurso caracteriza-se pela *ruptura com a normatividade*, onde inicialmente os possuem uma organização familiar e uma estruturação do projeto de vida, mas sofrem incidentes críticos, como a doença, ruptura ou morte de familiares significativos, ou o desemprego. A situação resulta numa desorganização da vida, que pode levar à pobreza, à situação de sem-abrigo, à quebra de laços sociais e ao desenvolvimento de estados depressivos. Este percurso culmina na saída da

normatividade, ou seja, na recusa das normas sociais e na completa exclusão e isolamento social.

Figura n.º 2 *As vias de desfiliação*



Fonte: Amaro, M. I. (2015)

Ambos os percursos, embora distintos, conduzem os indivíduos a um processo de marginalização, em que as barreiras sociais dificultam a inclusão e limitam as suas possibilidades de ação (Amaro, 2015).

Capítulo 2: A natureza complexa da vivência de rua

A concetualização da pessoa em situação de sem-abrigo (PSSA) exclusivamente pela característica visível de ausência de habitação tem-se revelado redutora face à complexidade do fenómeno e desconsiderando outras dimensões que contextualizam a trajetória de desfiliação social e as situações de sem-abrigo.

Em resposta a esta complexidade, diferentes estratégias foram propostas tanto a nível europeu como nacional. A criação da Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional (ETHOS) pela Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo (FEANTSA) em 2005 e a evolução das Estratégias Nacionais em Portugal, marcaram uma transição terminológica e estratégica que reflete uma abordagem mais inclusiva e multidimensional.

As novas abordagens têm procurado melhorar a compreensão e a resposta ao fenómeno de “sem-abrigo”, abordando não apenas a carência habitacional, mas também as necessidades sociais e pessoais dos indivíduos.

2.1 O conceito de “sem-abrigo”

Até ao início do século XX, os indivíduos que se encontravam nas margens da vida social e económica, sem um domicílio fixo, eram chamados “vagabundos”, “vadios” e “mendigos” (Bento & Barreto, 2002; Gomes & Guadalupe, 2011; Nascimento, 2016; Nobre, 2021).

O “sem-abrigo” vem da tradução do francês *sansabri* e do inglês *homeless*. O termo *sans-abri* transmite a “ideia de falta de habitat mínimo, que protegeria o humano do frio, do vento ou da chuva, que, da mesma maneira que a alimentação e/ou o vestuário, assegura uma necessidade essencial à sobrevivência humana” (Thomas 1997, cit por Bento & Barreto, 2002, p. 23). O termo *Homeless*, vai além da falta de habitação, envolvendo também isolamento social ou desfiliação social, isto é, o termo engloba a ausência de habitação física e a ausência de laços comunitários (Bento & Barreto, 2002).

Não existe uma definição universal consensual do conceito de “sem-abrigo” (Aldeia, 2013; Fernandes, 2006; Gomes & Guadalupe, 2011; Menezes, 2008; Nobre, 2021). Ao longo dos anos foram adotadas diferentes terminologias, com sentidos por vezes equivalentes, outras vezes paralelos, para designar esta população (Fernandes, 2006; Nascimento, 2016). Pelo que a variação nas definições reflete a complexidade deste fenómeno.

A situação de sem-abrigo é frequentemente definida exclusivamente pela falta de habitação, pelo que essa ausência é frequentemente vista como o principal critério para caracterizar esta situação (Costa, 1998; Bento & Barreto, 2002; Marques, 2012; Menezes, 2008; Metrogos, 2017; Snow & Anderson, 1993). No entanto, esta definição pode ser simplista e reducionista, uma vez que não aborda a complexidade e extensão do fenómeno, desconsiderando outras dimensões que contextualizam a trajetória de desfiliação social e as condições associadas à situação de sem-abrigo (Costa, 1998; Marques, 2012; Menezes, 2008; Snow & Anderson, 1993).

Segundo Bento & Barreto (2002) e Menezes (2008), a situação de sem-abrigo abrange tanto dimensões materiais (pobreza) quanto sociais (exclusão social). Contudo, as principais definições europeias vêm abordar o conceito de “sem-abrigo” como um problema habitacional. Por outro lado, no contexto português, a definição de “sem-abrigo” não se restringe apenas a questões habitacionais, abrangendo também problemas sociais (Martins, 2023; Menezes, 2008).

Em geral, as definições sobre “sem-abrigo” baseiam-se no que falta aos indivíduos, destacando a falta de condições essenciais, como habitação, recursos financeiros, laços sociais e saúde. Definir o que significa ser “sem-abrigo” é um mecanismo que classifica indivíduos numa posição social específica, muitas vezes marginalizada e desqualificada (Aldeia, 2013).

Aldeia (2013); Aubry et al. (2012); Bento & Barreto (2002); Martins (2023), Menezes (2008); Snow & Anderson (1993), questionam a categorização homogénea deste grupo, ignorando a vasta diversidade de situações, percursos, causas e experiências. Esta homogeneização simplifica o desenvolvimento de políticas públicas, que acabam sendo direcionadas a um “objeto único” em vez de abordar as necessidades e contextos individuais concretos. Além disso, “uma definição baseada no ‘que estes sujeitos não têm’ tem o efeito imediato de obscurecer ‘o que eles têm’.” (Aldeia, 2013, p. 71).

2.1.1 A adoção de uma definição europeia e a evolução das estratégias nacionais

A falta de uma definição consensual a nível europeu e mundial levou à criação da ETHOS (Apêndice I), pela FEANTSA em 2005, que se focou na concetualização do termo “sem-abrigo” como falta de habitação. A tipologia categoriza a situação de sem-abrigo em quatro tipos de situações habitacionais: sem-teto, que abrange pessoas que vivem na rua ou em alojamentos de emergência; sem-casa, referindo-se a indivíduos que residem em alojamentos temporários, como abrigos ou apartamentos partilhados;

habitação insegura, incluindo pessoas que vivem em condições habitacionais precárias, em coabitação forçada, sob ameaça de despejo ou em contextos de violência; e habitação inadequada, que engloba aqueles que enfrentam extrema sobrelotação ou habitam espaços não convencionais, como caravanas. (FEANTSA, 2024). Apesar da criação destas categorias a nível europeu, em Portugal, na prática, apenas as situações mais visíveis da situação de sem-abrigo – como viver na rua ou em alojamentos de emergência – tendem a ser amplamente reconhecidas (Pleace et al., 2011).

A criação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA) 2009-2015, promoveu um entendimento uniforme do termo “pessoas sem-abrigo” a nível nacional, permitindo uma melhor a medição do fenómeno, conforme as categorias propostas pela FEANTSA (ISS IP, 2017). A expressão “pessoa sem-abrigo” passou a englobar qualquer indivíduo sem-teto ou sem-casa, independentemente da nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica ou estado de saúde (ISS IP, 2017). Uma “pessoa sem-abrigo” pode ser classificada como sem-teto quando vive num local público ou precário ou em abrigos de emergência, enquanto as classificadas como sem-casa residem em abrigos temporários sem acesso a uma moradia de longo prazo (ISS IP, 2017).

Foi a partir desta estratégia que os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) foram criados. Estes núcleos fazem parte das Redes Sociais locais e são compostos por entidades que trabalham diretamente com a população em situação de sem-abrigo em cada região (Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017). Os NPISA têm um papel crucial tanto no planeamento quanto na intervenção local, realizando diagnósticos sobre a situação dos indivíduos em situação de sem-abrigo, identificando e mobilizando recursos e elaboram planos de ação para coordenar e otimizar esforços. Relativamente à sua intervenção, coordenam a análise e atribuição de casos, promovem a colaboração entre entidades públicas e privadas, e monitorizam a execução dos planos de inserção. Além disso, asseguram a articulação com equipas de supervisão e promovem a sensibilização e consciencialização da comunidade sobre as questões de inserção da população em situação de sem-abrigo.

A segunda Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2017-2023 introduziu uma mudança terminológica, substituindo “pessoa sem-abrigo” por “pessoa em situação de sem-abrigo”. Esta alteração veio garantir a adoção de um conceito harmonizado da pessoa em situação de sem-abrigo e refletiu a condição como uma fase transitória na vida de uma pessoa, e não como uma condição

fixa e imutável (ENIPSSA, 2024). A ENIPSSA ampliou a definição para incluir características como origem racial e étnica, orientações sexuais e outras dimensões, considerando do mesmo modo a classificação de sem-teto e sem-casa.

Em 2024, foi aprovada a terceira ENIPSSA 2025-2030 e, do mesmo modo, a estratégia alargou o conceito, passando a incluir: a pessoa migrante, independentemente da situação documental e a pessoa em situação de deficiência. Propondo uma abordagem mais holística e integrada, reforçando medidas de prevenção e minimização, procurando intervir antes que a situação de sem-abrigo ocorra. Pretende, alargar-se a contextos comunitários visando uma reposta personalizada a grupos vulneráveis específicos, como as pessoas idosas, os jovens, as pessoas com deficiência, as pessoas em reclusão e a população migrante (Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro).

A aplicação da ETHOS e da ENIPSSA em Portugal, resultou em maior visibilidade e reconhecimento do fenómeno na sociedade portuguesa (Ribeirinha, 2021).

Tabela n.º 1

Comparação entre as Estratégias Nacionais para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: 2009-2015 e 2017-2023

	Estratégia Nacional 2009-2015	Estratégia Nacional 2017-2023	Estratégia Nacional 2025-2030
Nome da Estratégia	ENIPSA 2009-2015	ENIPSSA 2017-2023	ENIPSSA 202-2030
Ano de Lançamento	2009	2017	2025
Termo Utilizado	“Pessoa sem-abrigo”	“Pessoa em situação de sem-abrigo”	“Pessoa em situação de sem-abrigo”
Definição do conceito	Inclui qualquer pessoa sem-teto ou sem-casa, sem distinção de nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica ou estado de saúde.	Inclui qualquer pessoa sem-teto ou sem-casa, sem distinção de nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental.	Inclui qualquer pessoa sem-teto ou sem-casa, sem distinção, de nacionalidade, situação documental , origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica, condição de saúde física e mental e situação de deficiência.
Classificação	<ul style="list-style-type: none"> – Sem-teto: a viver num espaço público ou precário, ou alojado num abrigo de emergência – Sem-casa: a viver num alojamento temporário (individual ou coletivo) 	<ul style="list-style-type: none"> – Sem-teto: a viver num espaço público ou precário, ou alojado num abrigo de emergência – Sem-casa: a viver num alojamento temporário (individual ou coletivo) 	<ul style="list-style-type: none"> – Sem-teto: a viver num espaço público ou precário, ou alojado num abrigo de emergência – Sem-casa: a viver num alojamento temporário (individual ou coletivo)
Eixos de Intervenção	1. Promover conhecimento e conscientização sobre a situação de sem-abrigo.	1. Promover conhecimento e conscientização sobre a situação de sem-abrigo.	1. Identificação, prevenção e minimização dos fatores de risco associados ao fenómeno da situação de sem-abrigo.

	2. Melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover a autonomia (habitação, emprego, saúde).	2. Fortalecer a intervenção para a integração das pessoas em situação de sem-abrigo, com foco na gestão de casos e soluções habitacionais permanentes. 3. Coordenação, monitorização e avaliação contínua.	2. Promoção da inclusão social e da capacitação para uma cidadania plena; 3. Monitorização, avaliação e inovação nas políticas públicas de combate ao fenómeno da situação de sem-abrigo.
--	--	---	--

Fonte: Realizado pela autora com base no Relatório de avaliação da estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo 2009-2015: prevenção, intervenção e acompanhamento; Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017; Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro

De acordo com Fernandes (2006), existe uma correlação entre os vários termos utilizados para descrever a população em situação de sem-abrigo e as leis em vigor. Refletindo as condições políticas e económicas de cada período, pelo que significa que as definições e a legislação sobre a população em situação de sem-abrigo mudam de acordo com as mudanças na política e na economia do país.

Ao longo desta dissertação, será utilizada a definição de “pessoa em situação de sem-abrigo” conforme proposta pela ENIPSSA. Esta definição permite um entendimento mais amplo e humanizado do fenómeno, incorporando as múltiplas dimensões de vulnerabilidade e precariedade que afetam estas pessoas. A escolha desta terminologia não é apenas uma questão semântica, mas sim uma forma de promover uma visão mais inclusiva e holística das pessoas que enfrentam esta realidade, garantindo que as intervenções sejam mais adequadas às suas necessidades e potencialidades.

Capítulo 3: A evolução histórica da situação de sem-abrigo em Portugal

Ao longo dos séculos, a forma como a sociedade aborda as situações enfrentadas pelas pessoas em situação de sem-abrigo tem sido marcada por uma combinação de medidas de assistência e repressão. Estas abordagens muitas das vezes coexistiram, refletindo uma tentativa complexa de lidar com questões sociais que desafiam a ordem estabelecida e os recursos disponíveis.

A abordagem à mendicidade em Portugal passou de uma perspetiva punitiva para uma mais inclusiva ao longo dos anos. Inicialmente, existiam leis para reprimir a mendicidade e a vagabundagem. E foi durante o Estado Novo (1933-1974) que a abordagem punitiva se intensificou.

Após a Revolução dos Cravos em 1974, Portugal passou a adotar uma abordagem mais inclusiva, com a despenalização da mendicidade, reconhecendo-a como resultado de fatores socioeconómicos e culturais. Foi a partir do século XXI, que se iniciou a implementação de políticas de inclusão, com a adoção das estratégias nacionais para a integração de pessoas em situação de sem-abrigo.

Atualmente, a resposta estatal ainda é considerada limitada, com uma dependência significativa de organizações-não-governamentais para o apoio à população em situação de sem-abrigo.

3.1 A visão punitiva da situação de sem-abrigo

A sociedade portuguesa desenvolveu uma relação complexa com a “mendicidade” e a “vagabundagem” ao longo dos séculos, caracterizada por uma evolução significativa nas políticas e na perceção social. Desde o século XIII, existiam disposições legais destinadas a reprimir os “mendigos”, “vagabundos” e “vadios”, mas foi durante o Estado Novo que a abordagem punitiva foi consolidada e intensificada (Bastos, 1997; Bento & Barreto, 2002; Fernandes, 2006; Marques, 2012).

Embora a legislação visasse controlar e punir os pobres que dependiam de esmolas para sobreviver, a prática da mendicidade nunca foi totalmente erradicada. A sociedade, em muitos casos, demonstrava uma certa tolerância para com esses indivíduos, apoiando os pobres (Bastos, 1997; Fernandes, 2006; Marques, 2012).

A legislação portuguesa abordava a mendicidade com uma perspetiva causal individual (Fernandes, 2006), isto é, baseava-se na ideia de que a situação de cada indivíduo podia ser explicada por causas pessoais, relacionada às características e circunstâncias individuais. A lei subdividia os pedintes em dois grupos: mendigos e

vadios (Código Penal de 1852, Capítulo IX). Os vadios eram considerados ociosos, uma vez que podiam trabalhar, mas escolhiam não o fazer. Em contraste, os mendigos eram aqueles incapazes de trabalhar devido à idade, doença ou incapacidade física, e para estes era permitido viver de esmolas. O Código Penal de 1852 reforçava essa distinção (Artigo n.º 256 e 260), punindo a vadiagem e a mendicância falsa com seis meses de prisão, durante os quais os condenados eram obrigados a trabalhar. Esta abordagem legal refletia uma visão moralista, que diferenciava entre a pobreza merecedora de compaixão e a ociosidade considerada culpável.

De acordo com Bastos (1997), foi em 1912, com a “lei da vadiagem”, que se estabeleceu rigorosamente a repressão da mendicância e da vadiagem em Portugal. A lei prevê a criação de espaços para a correção dos vadios, a colónia penal agrícola e a casa correcional de trabalho (Bento & Barreto, 2002).

Durante o período do Estado Novo, marcado por um regime autoritário, foram promulgados diversos diplomas legais com intenções punitivas, especialmente dirigidos à intensificação da repressão da mendicância e da vadiagem (Bastos, 1997).

O Decreto-Lei n.º 19:687, publicado a 4 de maio de 1931, veio regular a repressão da mendicância nas ruas e em lugares públicos, intensificando a repressão policial sobre a mendicância, não veio apenas controlar, mas punir aqueles que usavam a mendicância como um meio de vida, ao invés de uma necessidade real: “Artigo 1.º a mendicância, quando exercida nas ruas e outros lugares públicos e por indivíduos aptos para trabalho, constitui um delito”. O decreto-lei, representou uma abordagem mais rígida e punitiva, focando-se especialmente naqueles que poderiam trabalhar, mas optavam por pedir esmolas: “Há (...) que distinguir entre os indivíduos que pedem por necessidade e os que pedem como modo de vida (...) lucrativo”. Este decreto evidenciou a tentativa do governo de diferenciar entre a mendicância genuína e a falsa mendicância, implementando medidas punitivas mais rigorosas para esta última.

Paradoxalmente, em 1935, foi publicado o Decreto-Lei n.º 26:154, que veio promover uma visão caritativa, apelando aos sentimentos e práticas da esmola. Com este decreto, foi lançada a “*Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno*”.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 30:389, de 20 de abril de 1940, reforçou a repressão, determinando que em todas as cidades sedes de distrito fossem criados albergues, sob a supervisão dos comandos distritais da Polícia de Segurança Pública. Estes albergues tinham como objetivo prevenir e reprimir a mendicância em todo o país, proporcionando um mecanismo institucionalizado para controlar os “mendigos”.

Segundo Bento & Barreto (2002), estima-se que durante o primeiro terço do século XX existiriam cerca de uma dúzia de albergues e asilos.

Ainda nos anos 40, o Decreto-lei n.º 36:448 veio proibir a mendicância e vadiagem em todo o país, distinguindo desses os doentes inválidos e os menores de 16 anos. Durante os anos 20 e 40 foram aplicadas várias medidas de repressão, como é o exemplo do Albergue da Mitra, que servia de depósito para “mendigos” e “vadios”.

Durante o Estado Novo, as medidas de repressão da mendicância e da vadiagem intensificaram-se. O regime procurava não apenas controlar, mas também reprimir sistematicamente a mendicância e a vadiagem.

3.2 Da despenalização à promoção da inclusão

Com a revolução do 25 de Abril de 1974, em Portugal, houve mudanças significativas na perceção sobre pessoas em situação de sem-abrigo. Com a instauração do regime político democrático, Portugal passou por uma transformação significativa em relação ao tratamento da mendicância e ao desenvolvimento do sistema de protecção social. A transição trouxe novas prioridades e preocupações com o bem-estar social da população, levando a uma rutura com as antigas concepções de protecção social (Fernandes, 2006; Marques, 2012).

Foi com a publicação do Decreto-Lei n.º 365/76, que a repressão à mendicância foi abolida e passou a ser analisada sob uma perspectiva estrutural. A nova legislação identificou o desenvolvimento socioeconómico e cultural como principais fatores causais do problema da mendicância. Em vez de adotar uma abordagem punitiva, a legislação reconheceu que a sociedade tinha responsabilidade pela existência e emergência do fenómeno. Como resultado, foi extinto o Serviço de Repressão à Mendicância, criado em 1960, e o Albergue da Mitra, que haviam sido usados para punir e controlar os “mendigos”.

Com a publicação deste decreto a mendicância passou a ser vista como uma consequência do nível de desenvolvimento socioeconómico e cultural do país e, sob uma perspectiva estrutural, isto é, por motivos de idade, de deficiências físicas ou psicológicas. Veio, também, reconhecer que os albergues, além de acolherem emergencialmente, tinham se transformado em depósitos de pessoas. Assim, criou-se uma rede de serviços de acolhimento e triagem com vista ao encaminhamento dos indivíduos em situação de mendicância para soluções adequadas. Este novo sistema visava promover respostas alternativas e preventivas.

Após a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, Portugal passou por uma fase de transição política que visava a democratização e a criação de um Estado de Providência ou de Bem-Estar, inspirado nos modelos europeus (Fernandes, 2006; Marques, 2012). O sistema de bem-estar português é caracterizado pelo seu desenvolvimento tardio em comparação com outros países europeus, pela ineficiência das instituições do estado de bem-estar e por esquemas de assistência social marcados por baixos níveis de rendimento (Nobre, 2021; Santos & Ferreira, 2002). Deste modo, a tentativa de edificar um Estado de Bem-Estar em Portugal enfrentou inúmeros desafios e, em grande medida, permaneceu um plano de intenções, tendo sido apelidado de semi-Estado-Providência (Santos & Ferreira, 2002).

Após a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, é reconhecida a necessidade de uma intervenção organizada e orientada para o combate à pobreza (Fernandes, 2006; Marques, 2012). Surgem, também, Programas Europeus Anti-Pobreza que integram diversos projetos de ação local, contudo, os resultados obtidos ficaram muito aquém das reais necessidades das populações, mantendo-se os grandes níveis de carência e de desigualdade social (Fernandes, 2006).

Em 1982 foi aprovado um novo Código Penal, onde os termos “mendicidade” e “vagabundagem” deixaram de ser usados e o ato deixou de ser criminalizado, assim, a situação de sem-abrigo passou a ser reconhecida numa ótica de privação de direitos e cidadania.

A implementação do Rendimento Mínimo Garantido, em 1997, como medida de discriminação positiva e de proteção social, pretendia conceder um nível de rendimento considerado como um limiar indispensável para a sobrevivência (Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho). No entanto, as medidas adotadas de combate à pobreza e à exclusão nunca se referiram especificamente aos indivíduos em situação de sem-abrigo.

Com a entrada no século XXI, continua-se a verificar que a par de uma fraca intervenção do Estado no combate à pobreza, existe um especial alheamento governamental e local com os problemas da população em situação de sem-abrigo (Fernandes, 2006). Por outro lado, a sociedade civil intervém junto desta população, através de instituições sociais, organizações religiosas ou de organizações não governamentais, prosseguindo objetivos independentes e autónomos. Embora estas iniciativas sejam valiosas, elas não substituem uma estratégia integrada e coordenada para o bem-estar geral da população em situação de sem-abrigo (Fernandes, 2006).

Os Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI) em Portugal, ao longo dos períodos 2001-2003, 2003-2005, e 2006-2008, refletem a evolução das políticas de inclusão social do país e têm assumindo um papel central na definição da Estratégia de Proteção Social e Inclusão Social. O PNAI 2006-2008 representou uma mudança significativa, introduzindo novas prioridades nacionais, identificando grupos que se apresentam mais vulneráveis, tais como as crianças, mulheres, famílias numerosas e pessoas idosas. Focou-se também em promover a educação e formação/qualificação (Gonçalves, 2006).

Tal como mencionado anteriormente, com a criação da ENIPSA em 2009 e mais tarde em 2017 a ENIPSSA, o Estado português reconheceu formalmente a complexidade do fenómeno da situação de sem-abrigo (ISS IP, 2017).

Capítulo 4: Dados sobre a população em situação de sem-abrigo

O estudo sobre a população em situação de sem-abrigo em Portugal revela um panorama complexo e multifacetado, marcado por desafios metodológicos e sociais. A questão do número de pessoas em situação “de sem-abrigo é frequentemente levantada, embora esbarre com dificuldades metodológicas inerentes a esta população” (Bento & Barreto, 2002, p. 30).

A recolha de dados sobre a PSSA enfrenta diversas dificuldades, como a variabilidade nas definições de “sem-abrigo”, a falta de regularidade na recolha de informações, e a escassez de recursos para gestão e divulgação dos dados (ISS IP, 2017). Como aponta Bento & Barreto (2002) “surgem desde logo dificuldades com a definição dos critérios do que é um sem-abrigo (...). Segundo os critérios dos países do norte da Europa, estas pessoas também seriam consideradas sem abrigo, embora isso possa não fazer sentido em países como Portugal” (p. 30). Esta disparidade nas definições resulta em diferentes interpretações e contagens, afetando a comparação e a análise dos dados sobre as pessoas em situação de sem-abrigo.

Foi apenas a partir de 2011, que a situação de sem-abrigo foi oficialmente reconhecida, pelos censos, existindo um progresso na inclusão destes dados nas estatísticas nacionais. No entanto, esta inclusão ainda não capta completamente a diversidade e a complexidade das situações enfrentadas por estes indivíduos (Mendes, 2014).

A compreensão da situação de sem-abrigo não se limita a um contexto nacional, inserindo-se também numa perspetiva europeia. A situação de sem-abrigo na Europa tem aumentado significativamente, exacerbada por fatores económicos e sociais, provocados pela pandemia COVID-19 e a guerra na Ucrânia, que afetaram o mercado habitacional e o custo de vida (Baptista & Marlier, 2019).

4.1 A população em situação de sem-abrigo em Portugal

Os dados existentes sobre a PSSA são dispersos, insuficientes e não permitem uma imagem clara e precisa da situação de sem-abrigo nem da sua evolução ao longo do tempo (Nobre, 2021).

De acordo com Aldeia (2013), a forma como a população sem-abrigo é definida e medida pode variar amplamente, impactando significativamente os dados apresentados e a perceção sobre o problema. Existem duas abordagens principais para esta definição: uma mais ampla, frequentemente adotada por instituições não-governamentais, e uma

mais restrita, usada por entidades estatais. As definições amplas incluem uma gama maior de situações de precariedade habitacional, resultando em números mais altos, enquanto as definições restritas focam apenas em situações extremas, como pessoas a viver diretamente na rua.

Existem vários constrangimentos na recolha de informação robusta sobre PSSA, incluindo: os dados disponíveis baseiam-se em diferentes definições de sem-abrigo e são gerados através de várias metodologias; os dados não têm sido recolhidos de forma regular; é difícil obter informação de várias entidades; e há uma escassez de recursos para gerir os dados, que são divulgados com algum atraso (ISS IP, 2017). Segundo Mendes (2014) foi apenas em 2011, pela primeira vez em Portugal, que as pessoas em situação de sem-abrigo apareceram nas estatísticas, sendo incluídas nos Censos como uma variável autónoma. No entanto, para serem registadas, era necessário que as pessoas estivessem recenseadas num alojamento familiar, isto é, apenas eram considerados os que correspondiam a um certo tipo de tipologia de “sem-abrigo” (Mendes, 2014). Assim, persiste a dificuldade em contabilizar de maneira abrangente todos os indivíduos em situação de sem-abrigo, especialmente aqueles de maior invisibilidade (Bento & Barreto, 2002).

Nos dados mais recentes, relativos ao final de 2023, o Inquérito de caracterização das PSSA do Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação (GTMA) da ENIPSSA (2024), identificou 13.128 PSSA em Portugal, das quais 7.705 são “pessoas sem teto” e 5.423 “pessoas sem casa”. Isto mostra um aumento de 21,86% relativamente ao ano anterior, 2022, onde foram identificadas 10.773 pessoas em situação de sem-abrigo (GTMA – ENIPSSA, 2023). No concelho de Coimbra, foram identificadas 272 PSSA, pelo que 169 estão em situação de sem-casa e 103 em situação de sem-teto, isto corresponde a um aumento de 12,4% em relação ao ano anterior, que registou 242 PSSA.

No que se refere à caracterização sociodemográfica das PSSA, verifica-se que em 2023, a maioria são do sexo masculino, portugueses, entre os 45-64 anos, desempregados, solteiros, com escolaridade o ensino básico (2.º ou 3.º ciclo) e o tempo de permanência em situação de sem-abrigo é entre um ano e menos de cinco anos (GTMA – ENIPSSA, 2024).

O inquérito constata as principais causas que levam os indivíduos à condição de sem-abrigo, sendo elas: o desemprego ou precariedade no trabalho (3.290), a dependência de álcool ou substâncias psicoativas (2.983), a ausência de suporte familiar (2.926),

insuficiência financeira associada a outros motivos (exclui a violência doméstica) (1.902) e problemas de saúde mental (1.854) (GTMA – ENIPSSA, 2024).

4.2 A população em situação de sem-abrigo na Europa

A questão da situação de sem-abrigo é um tema complexo e multifacetado, que afeta milhares de pessoas em toda a Europa, tendo aumentado ao longo dos anos. Segundo um estudo realizado pela Rede Europeia em Matéria de Política Social (ESPN), em 2019, nos últimos dez anos, a situação de sem-abrigo aumentou em 24 dos 27 países da União Europeia (Baptista & Marlier, 2019).

Foi neste contexto que em 2021 foi lançada a Plataforma Europeia sobre a Situação dos Sem-Abrigo (Comissão Europeia, 2024b), que representa um compromisso de todos os Estados-Membros da UE em trabalhar no sentido de erradicar a situação de sem-abrigo até 2030, para que:

- Ninguém tenha de dormir na rua por falta de alojamento de emergência acessível, seguro e adequado;
- Ninguém tenha de viver em alojamentos de emergência ou de transição mais tempo do que o necessário para uma transição bem-sucedida para uma solução de alojamento permanente;
- Ninguém terá de deixar uma instituição (por exemplo, prisão, hospital, centro de cuidados) sem alojamento adequado;
- Os despejos devem ser evitados sempre que possível e ninguém será expulso sem assistência com vista a uma solução de alojamento adequada, se necessário,
- Ninguém será discriminado devido ao seu estatuto de sem-abrigo.

Segundo o 8.º Relatório sobre a Habitação precária na Europa, realizado pela Fundação Abbé Pierre e pela FEANTSA, em 2023, estima-se que, em 2022, pelo menos 895 mil pessoas na Europa estavam em situação de sem-abrigo, ou seja, situação de sem-teto ou sem-casa. O 9.º relatório, em 2024, estimou um aumento para cerca de 1.287.000 PSSA, representando um aumento de 43,8%. Além disso, identificou cerca de 400 mil menores nesta situação e que milhões vivem em habitações precárias. Em Portugal, estima-se que em 2022, 15% das pessoas em situação de sem-abrigo eram menores. O relatório chama à atenção que esta estimativa, infelizmente, é baseada em dados incompletos e apenas se foca nas formas mais visíveis da situação.

O aumento do número de PSSA na Europa, nas últimas décadas, está intimamente ligado ao mercado habitacional, refletindo-se no aumento dos preços das habitações e das rendas, na escassez de habitação acessível e nas mudanças nas leis de habitação (Baptista & Marlier, 2019). Isto mostra “o fracasso dos países europeus em tornar a habitação um direito fundamental” (8.º Relatório sobre Habitação Precária na Europa, 2023, p. 4).

Embora seja frequentemente visto e falado como um fenómeno neutro em termos de género, as experiências de homens e mulheres em situação de sem-abrigo são diferentes, refletindo desigualdades estruturais e sociais que agravam a vulnerabilidade das mulheres (Baptista & Marlier, 2019).

Segundo os autores Baptista & Marlier (2019), as pessoas em situação de sem-abrigo frequentemente enfrentam sérios problemas de saúde, incluindo doenças físicas, doenças mentais graves e dependência de drogas e álcool. Estes especialistas da ESPN afirmam que tal é evidenciado em vários países europeus, bem como em Portugal.

Um dos principais fatores para o aumento da situação de sem-abrigo é a escassez de habitação acessível. Em 22 dos Estados Membros da UE, a falta de habitações que sejam economicamente viáveis para a população de baixos rendimentos tem sido identificada como uma causa central. A oferta insuficiente de habitação acessível e social não consegue atender à demanda crescente, forçando muitas pessoas a enfrentar condições precárias ou a perder as suas habitações (Baptista & Marlier, 2019).

Segundo a ESPN, entre os principais fatores estão o aumento dos preços das habitações e do arrendamento, a escassez de habitação social e as mudanças nas leis de arrendamento que favorecem os proprietários em detrimento dos inquilinos. Além disso, os desafios são amplificados por mudanças no mercado de trabalho, com o aumento de empregos precários, de baixos salários e de curto prazo, bem como pelo aumento do desemprego (Baptista & Marlier, 2019).

Parte II: A habitação como questão estrutural

Capítulo 5 – A habitação em Portugal e o sentido de “casa”

A habitação é um direito fundamental, consagrado pela Constituição portuguesa e por diversos tratados internacionais, sendo essencial para a garantia da dignidade humana e da integração social. Em Portugal, as políticas habitacionais têm evoluído ao longo do tempo, refletindo as mudanças socioeconómicas e os desafios enfrentados pela população. Este capítulo aborda três dimensões: as políticas habitacionais, a exclusão habitacional e o sentido de “casa”.

Primeiramente, são analisadas as políticas habitacionais em Portugal, com foco nas iniciativas que visam melhorar o acesso à habitação e reduzir a exclusão social, especialmente para as populações mais vulneráveis. Contudo, a escassez de habitação acessível e as dificuldades de integração de políticas habitacionais com outras áreas sociais continuam a representar desafios significativos.

De seguida, a falta e a exclusão habitacional em Portugal, manifesta não só pela ausência de uma habitação, mas também pela precariedade das condições habitacionais de muitas pessoas, refletindo as dificuldades no acesso a uma habitação digna.

Por fim, reflete-se sobre o sentido de “casa”, principalmente para pessoas em situação de sem-abrigo, um conceito que vai além do abrigo físico. Representando um espaço de identidade, segurança e pertença, essencial para o bem-estar e a reintegração social.

5.1 As políticas habitacionais em Portugal

O direito a uma habitação condigna é um princípio consagrado em diversos instrumentos jurídicos internacionais e em Portugal. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o direito à habitação faz parte do direito a um nível de vida adequado (Artigo 25.º), sendo reforçado pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966) que exorta os Estados garantirem condições dignas de vida (Artigos 2.º e 11.º). A Carta Social Europeia (1961) acrescenta o objetivo de facilitar o acesso à habitação suficiente, reduzir a exclusão habitacional e garantir uma habitação a preços acessíveis, para os mais desfavorecidos.

Em Portugal, o direito à habitação é assegurado pela Constituição da República Portuguesa, que estipula, no seu Artigo n.º 65, que todos devem ter acesso a uma

habitação adequada, com condições de higiene e conforto, respeitando a privacidade e intimidade pessoal.

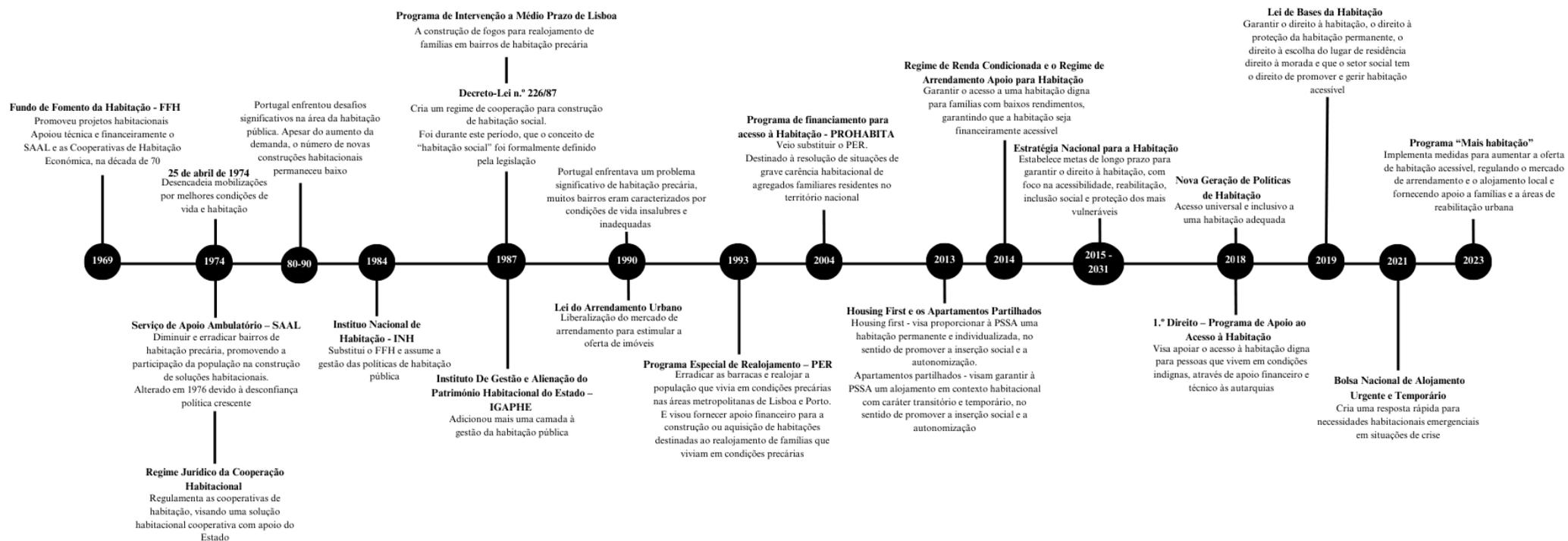
Após o 25 de abril, a questão da habitação ganhou centralidade nas reivindicações sociais e políticas, refletindo-se na implementação de várias medidas ao longo das décadas seguintes para melhorar o acesso à habitação em Portugal (Antunes, 2019).

Deste modo, longo do século XX e XXI, foram desenvolvidos esforços para garantir habitação acessível e adequada, com destaque para as iniciativas de alargamento do acesso à habitação social e intervenções direcionadas à exclusão habitacional. O governo criou o Serviço de Apoio Ambulatório Local, promovendo um modelo participativo para combater a habitação precária. Embora tenha sido revisto, representou um marco de democratização na gestão habitacional. Durante as décadas seguintes, diversas políticas e programas, como o Fundo de Fomento da Habitação e o Programa Especial de Realojamento, visaram melhorar o acesso à habitação adequada. Mais recentemente, programas como o *Housing First* e Apartamentos partilhados, representam uma mudança na abordagem, ao proporcionar habitação como um ponto de partida para a reintegração social e autonomia das pessoas em situação de sem-abrigo. Esta evolução tem particular relevância para o contexto das pessoas em situação de sem-abrigo, evidenciando as políticas que procuraram combater a precariedade habitacional e promover inclusão social.

A Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031 procura responder aos desafios habitacionais, complementada por políticas como a Nova Geração de Políticas de Habitação, que visa promover uma habitação inclusiva e adequada e, o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que pretende apoiar pessoas em situação de carência habitacional grave, através do acesso a uma habitação digna. Recentemente, o programa “Mais Habitação”, foi introduzido para aumentar a oferta habitacional acessível, regulando o mercado de arrendamento e promovendo reabilitação urbana (Figura n.º 3).

No entanto, apesar de uma multiplicidade de iniciativas, Portugal enfrenta ainda lacunas na articulação das políticas e uma fragmentação dos esforços, evidenciando a necessidade de estratégias mais coesas e integradas para enfrentar a exclusão habitacional de forma eficaz e promover a inclusão social.

Figura n.º 3 A evolução das Políticas/programas habitacionais em Portugal



Fonte: Realizado pela autora

5.2 A falta de habitação e a exclusão habitacional em Portugal

Em Portugal, a exclusão habitacional é um fenómeno multifacetado que continua a ser abordado de forma limitada nas políticas públicas (Pleace et al., 2011). A definição de “sem-abrigo”, conforme a classificação da ETHOS (Apêndice II), é essencial para a compreensão das várias formas de privação habitacional, porém, na prática, em Portugal, só as categorias mais visíveis, como viver na rua ou em alojamento de emergência, são amplamente reconhecidas (idem, 2011). Outras situações, como pessoas a viver em condições de sobrelotação, em alojamentos precários, ou ainda em situações de insegurança habitacional, como viver com familiares ou amigos temporariamente, não são abrangidas (Pleace et al., 2011; Baptista, 2013) (Apêndice III). Este reconhecimento insuficiente das diferentes formas de “sem-abrigo”, reflete uma abordagem limitada na identificação e apoio à população em situação de sem-abrigo (Pleace et al., 2011), e restringe o entendimento sobre a complexidade da exclusão habitacional, limitando a eficácia das intervenções, que continuam a ser tratadas como um problema essencialmente social, sob a alçada dos serviços sociais em vez de políticas de habitação (Baptista, 2013).

No processo de atribuição de habitação social em Portugal, a prioridade é dada às famílias que residem em habitações precárias, de baixa qualidade, e aquelas em situação de vulnerabilidade económica (Baptista, 2013). Três barreiras principais dificultam o acesso à habitação para pessoas em situação de sem-abrigo: (1) o reconhecimento insuficiente de que as pessoas em situação de sem-abrigo necessitam de habitação permanente, além de serviços sociais; (2) o foco das medidas estar em realojar famílias em condições habitacionais precárias; e (3) a escassez de habitação social, e, a natureza emergencial e provisória de muitas respostas institucionais, a falta de apoio voltado para o realojamento, e a ausência de intervenções preventivas.

O 9.º Relatório sobre a Habitação Precária na Europa, sublinha que a habitação é um dos principais determinantes sociais da saúde. Viver na rua, em abrigos temporários ou de emergência, em habitações precárias e inadequadas pode ter graves consequências para a saúde física e mental. Em Portugal, fatores relacionados com a habitação têm contribuído significativamente para a precariedade habitacional de certos grupos populacionais, particularmente daqueles com baixos rendimentos, dificultado a implementação de soluções preventivas e sustentáveis que permitem mitigar a situação de sem-abrigo (Nobre, 2021).

O mercado habitacional tem sido impactado pela mercantilização, elevando os preços e reduzindo a oferta de moradias acessíveis (Lages, 2022). O aumento vertiginoso dos preços das casas, que subiram cerca de 42% entre 2019 e 2024, aliado ao aumento dos custos de arrendamento, dificultou ainda mais o acesso à habitação para as camadas mais vulneráveis da população (Idealista, 2024). Segundo o jornal Notícias de Coimbra, em 2024, os preços das casas para arrendar em Portugal subiram 9,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Lisboa continua a ser a cidade mais cara para arrendar, seguida pelo Porto. Pelo que Coimbra, apontou um aumento anual de 18,3%.

Esta situação não é apenas um reflexo da inflação imobiliária, mas também do impacto da pandemia COVID-19 e da guerra na Ucrânia, que empurraram mais de 400.000 pessoas em Portugal para a pobreza ou para uma situação de risco de exclusão habitacional. Em 2023, 38,4% da população portuguesa vivia em condições habitacionais inadequadas, um valor significativamente superior à média da União Europeia de 23,5%, enquanto termos de população total, 29% dos portugueses vivem em condições impróprias, quase o dobro da média europeia 15,5% (9.º Relatório sobre Habitação Precária na Europa, 2024). A situação é agravada pela escassez de habitação social e pela ineficácia de programas de arrendamento social (Nobre, 2021; Baptista & Marlier, 2019).

A situação da habitação social em Portugal reflete a insuficiência da oferta face à crescente demanda. Em 2015, a habitação social representava apenas 2% do total das habitações do país, e a sua distribuição nas várias cidades e regiões é desigual. Em Coimbra, por exemplo, havia apenas 828 fogos de habitação social, com 84 vagas e nenhuma ocupada ilegalmente, mas as listas de espera continuam a aumentar, especialmente em grandes centros urbanos. Muitas das famílias em lista de espera acabam por viver em condições precárias, como em situações de sobrelotação ou gastando uma grande parte do seu rendimento com despesas habitacionais, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão social (Jornal Público, 2024). Este cenário é especialmente grave em grandes centros urbanos, onde a demanda é maior, e agrava-se pelo aumento do custo de vida, dificultando o acesso à habitação digna para os mais vulneráveis.

Além disso, a sobrelotação tem vindo a agravar-se em Portugal, refletindo diretamente a escassez de habitação acessível e a falha das políticas públicas. A combinação de sobrelotação e altos custos de habitação cria um ciclo vicioso que perpetua a vulnerabilidade e a precariedade habitacional. Em 2023, a taxa de sobrelotação foi de 12,9%, um aumento significativo em relação a 2022, que apresentava uma taxa de 9,4% (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – ICOR: habitação, dificuldades

habitacionais e eficiência energética dos alojamentos, 2023). Embora Portugal se situe abaixo da média da União Europeia, que é de 29,6%, o país teve um aumento alarmante de 40,6% na sobrelotação entre 2013 e 2023, enquanto a média da UE registou uma redução de 7,5% (9.º Relatório sobre a Habitação Precária na Europa, 2024).

O aumento dos custos de habitação também tem afetado acentuadamente os jovens, com uma subida para 19% no número de jovens sobrecarregados com os custos habitacionais entre 2022 e 2023, enquanto a média da União Europeia subiu apenas 2,8% (9.º Relatório sobre a Habitação Precária na Europa, 2024). Esta sobrecarga é indicativa de um problema estrutural que não afeta apenas a população mais velha ou as famílias com filhos, mas que também prejudica o desenvolvimento dos mais jovens, limitando as suas possibilidades de alcançar autonomia habitacional.

Segundo o ICOR: habitação, dificuldades habitacionais e eficiência energética dos alojamentos (2023), 4% dos indivíduos com 16 anos ou mais enfrentaram, em algum momento, situações de dificuldade habitacional, obrigando-os a pernoitar temporariamente em alojamentos alternativos, como casas de amigos ou familiares, ou até em espaços públicos. As principais razões apontadas foram problemas de relacionamento ou familiares, citados por 39,6% dos inquiridos, e problemas financeiros, mencionados por 19,1%.

Estas questões não afetam apenas os mais pobres, ampliando desigualdades sociais, repercutindo noutras áreas da vida, como emprego, educação e acesso a serviços de saúde. A falta de uma habitação adequada é, portanto, um fator que intensifica desigualdades e limita o desenvolvimento e bem-estar das pessoas afetadas.

5.3 O sentido de “Casa”

Em Portugal a falta de casa é comumente chamada de “situação de sem-abrigo” (Nobre, 2021). A casa tem sido equiparada a um paraíso ou a um refúgio (Mallett, 2004), ligada a noções como abrigo, conforto, afeto, segurança e amor (Rossi, 1990 citado em Bento & Barreto, 2002). Em contraste, a falta de “casa” é geralmente vista negativamente e tem conotações de diferença e desvio da norma e das expectativas sociais (Moore, 2007)

O conceito de “casa” é profundamente complexo e multifacetado. O significado de casa vai além de espaço físico e material onde se habita, carregando significados emocionais, culturais e simbólicos que influenciam a identidade e o sentimento de pertença, remetendo a sentimentos de conforto, intimidade, segurança, pertença social e

bem-estar, representando um refúgio pessoal onde as pessoas se sentem protegida (Mallet, 2004; Menezes, 2008).

No entanto, esse mesmo espaço pode ser visto, por outros, como um local de opressão, violência e perseguição, especialmente em contextos de relações abusivas ou de conflitos familiares (Mallet, 2004). Esta dualidade ilustra como a casa pode ter significados contraditórios dependendo das experiências individuais. Assim, a casa pode criar um sentimento de pertença ou, ao contrário, intensificar a sensação de exclusão e marginalização (Mallet, 2004).

A noção de um continuum entre “casa” e “falta de habitação”, oferece uma visão flexível e abrangente das realidades de habitação, desafiando a ideia tradicional de que existem divisões rígidas entre ter casa própria e estar em situação de sem-abrigo (Nobre, 2021). Em vez de categorizar estas situações como opostos, esta perspectiva permite entender que as experiências de habitação das pessoas não são simples e que há muitas situações intermediárias que precisam ser consideradas (Nobre, 2021). Desta forma, permite entender as diversas e complexas situações que as pessoas em situação de sem-abrigo enfrentam, pois muitas não se encaixam perfeitamente nas definições tradicionais de falta de habitação, uma vez que podem ocupar espaços temporários, abrigos de emergência, ou viver em condições de grande precariedade (Nobre, 2021).

Algumas pessoas podem ter sentimentos de “estar sem-abrigo em casa”, uma vez que podem viver em condições não dignas ou para aquelas que experienciam abuso, violência e/ou relacionamentos negligentes no espaço doméstico (Nobre, 2021). Assim, a falta de habitação pode se manifestar antes da perda física da casa e para algumas pessoas, o lar pode abrigar dificuldades perante as quais a falta de habitação pode constituir uma alternativa de vida melhor (Moore, 2007).

Segundo Rivlin & Moore (2001), nos últimos anos, tem-se dado maior atenção às experiências das pessoas em situação de sem-abrigo e, conseqüentemente, às suas percepções do que é para elas uma “casa”. Um resultado importante desta atenção é o reconhecimento de que o processo de construção de um sentido de “casa” varia entre diferentes grupos e pode flutuar ao longo da vida. Contudo, este processo de criação de um lar não se resolve simplesmente com a colocação de um teto sobre a cabeça de alguém.

Além disso, muitas pessoas em situação de sem-abrigo veem o lar como uma solução para os seus problemas mais amplos, acreditando que ter uma casa pode restaurar o seu lugar na sociedade (Nobre, 2021; Parsell, 2012).

Nobre (2021); Parsell (2012); Rivlin & Moore (2001) sugerem que a ideia de lar e falta de habitação vai além do simples aspeto físico de um espaço. Mesmo numa habitação, uma pessoa pode sentir-se deslocada, sem pertencimento, o que revela uma falta de habitação emocional. Por outro lado, alguém sem um teto pode encontrar um senso de lar através de conexões sociais ou um apego emocional ao local onde vive, mesmo que precariamente. Esta complexidade reflete o que Moore (2007) descreve como experiências subjetivas e mutáveis.

A definição mais básica de falta de habitação refere-se à ausência de um abrigo físico, ou seja, estar literalmente sem um teto sobre a cabeça e dormir ao relento. Esta é a forma mais evidente e tangível de falta de habitação. No entanto, como aponta Moore (2007), Nobre (2021) e Rivlin & Moore (2001), esta condição pode ser uma realidade concreta para uns e uma construção mental para outros, mostrando que as experiências de lar e falta de habitação são complexas e subjetivas. Enquanto alguns enfrentam diretamente as dificuldades de não ter onde morar, outros podem conceber ou imaginar a falta de habitação como uma possibilidade assustadora ou uma questão social a ser enfrentada. Isto é, para alguns, a ausência de lar pode ser principalmente a falta de alojamento permanente acessível, enquanto para outros, pode ser resultado de uma desconexão social mais profunda (Moore, 2007).

A situação de sem-abrigo vai além da simples ausência de um espaço físico, envolvendo também aspetos sociais, simbólicos e culturais (Moore, 2007; Parsell, 2012). Enquanto a situação de sem-abrigo é frequentemente vista de forma objetiva e material e, como a ausência de um teto, a ideia de “lar” é percebida como uma experiência emocional e subjetiva (Moore, 2007), moldada pela experiência individual. Em outras palavras, estar em situação de sem-abrigo não se resume apenas à privação física, mas também inclui uma profunda sensação de exclusão e perda de pertencimento.

Muitas vezes, o que é valorizado pelos sem-abrigo é ignorado em favor de modelos estereotipados de alojamento/habitação (Moore, 2007). E ao focar apenas em soluções convencionais, as necessidades específicas da experiência de ser sem-abrigo podem ser negligenciadas, sendo importante reconhecer e respeitar a luta pessoal dos sem-abrigo na criação de um lar e não apenas o acesso a uma habitação (Moore, 2007).

Segundo Rivlin & Moore (20021) “ser sem-abrigo”, viver sem uma casa e tentar sair dessa situação é um processo ativo e com significado para quem o vive. Pelo que a criação de um “sentido de casa” não é automática nem simples. Resolver a falta de habitação imediata não garante, por si só, a experiência de ter uma casa.

Parte III: Trajetórias de vida

Capítulo 6: Perspetivas teóricas sobre as trajetórias de vida

O presente capítulo aborda três perspetivas teóricas fundamentais para a compreensão da situação de sem-abrigo: a perspetiva ecológica, a perspetiva do curso de vida e a teoria das forças.

A perspetiva ecológica sobre a situação de sem-abrigo considera, a situação de sem-abrigo, como um fenómeno complexo, resultante de interações dinâmicas entre fatores individuais, estruturais, socioeconómicos e contextuais. Esta abordagem distingue os fatores de risco em duas categorias principais: individuais e estruturais, permitindo uma análise integrada das causas e dos impactos que moldam a vivência de pessoas em situação de sem-abrigo.

A perspetiva do curso de vida, por sua vez, foca-se na trajetória de cada pessoa ao longo do tempo, reconhecendo que a vida é marcada por eventos significativas. Através desta perspetiva, é possível compreender como eventos podem precipitar a situação de sem-abrigo, e como esses eventos podem ter diferentes impactos dependendo do momento da vida em que ocorrem. A análise das trajetórias de vida permite, assim, uma visão mais detalhada das experiências pessoais e das circunstâncias que levam a pessoa a esta situação de vulnerabilidade.

A teoria das forças, introduzida como uma alternativa aos modelos clínicos tradicionais, enfatiza a capacidade dos indivíduos tornarem-se agentes de mudança nas suas vidas. Esta abordagem centra-se nas forças e recursos internos dos indivíduos, ao invés de se concentrar nas suas fragilidades. A Teoria visa empoderar os indivíduos, reconhecendo o seu potencial para superar as adversidades e intervir positivamente na sua vida.

6.1 Perspetiva ecológica sobre a situação de sem-abrigo

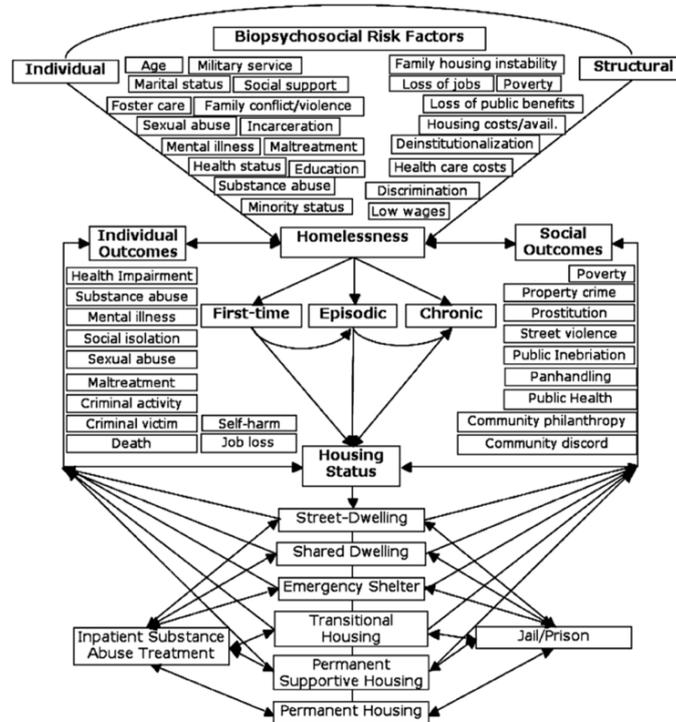
A compreensão da situação de sem-abrigo não pode ser explicada de forma simplista, focando-se apenas em fatores individuais ou estruturais (Nooe & Patterson, 2010; Main, 1998; Snow & Anderson, 1993). A perspetiva ecológica vem oferecer uma abordagem mais abrangente, considerando a situação de sem-abrigo como um resultado da interação entre diversos fatores de risco, que incluem condições individuais, estruturais, socioeconómicas e contextuais (Nooe & Patterson, 2010). Esta abordagem

reconhece que a situação de sem-abrigo não é um evento isolado ou causado por um único fator, mas sim a um conjunto complexo de interações entre diferentes dimensões da vida de um indivíduo e o seu contexto (Nobre, 2021; Nooe & Patterson, 2010; Piat et al., 2015).

A perspectiva reconhece que os indivíduos estão inseridos em contextos complexos, dinâmicos, interativos e interdependentes. Pelo que ao reconhecer esta interdependência entre o indivíduo e o seu contexto, promove uma visão mais holística e integrada (Nobre, 2021; Nooe & Patterson, 2010; Piat et al., 2015).

Nooe & Patterson (2010) propuseram um modelo conceitual, abrangente, sobre a situação de sem-abrigo, como o objetivo de superar o debate tradicional de que esta situação se limita exclusivamente de fatores individuais ou estruturais, propondo uma visão mais integrada e holística. O modelo ecológico da situação de sem-abrigo (Figura n.º 4) apresenta quatro principais componentes: os *fatores de risco biopsicossociais* (fatores individuais e estruturais), os *efeitos individuais e sociais*, a *dimensão temporal*, e o *estado habitacional*.

Figura n.º 4 O modelo ecológico da situação de sem-abrigo



Fonte: Nooe & Patterson (2010)

Os *fatores de risco biopsicossociais* incluem uma gama de influências que afetam a vida de um indivíduo, pelo que podem ser divididos em fatores individuais e estruturais.

Segundo Rossi (1989, citado em Bento & Barreto, 2002), os fatores estruturais permitem explicar quantas pessoas em determinado momento estão em situação de sem-abrigo, enquanto os fatores individuais explicam quem é mais vulnerável a essa situação.

Os fatores individuais (Tabela n.º 2) que influenciam a situação de sem-abrigo são diversos e interligados, abrangendo aspetos pessoais e experiências de vida. Entre eles estão características como idade, educação, pertença a um grupo minoritário e estado civil. Experiências de vida como apoio social, serviço militar, acolhimento e conflitos e violência familiar também têm um impacto significativo. Questões de saúde, incluindo doenças do foro mental e abuso de substâncias, assim como experiências de abuso sexual, maus-tratos e reclusão, podem aumentar a vulnerabilidade à situação de sem-abrigo.

Tabela n.º 2

Os fatores individuais da situação de sem-abrigo

Fatores individuais	Idade	Diferentes fases de vida apresentam vulnerabilidades específicas. Na infância e juventude, a ausência de redes familiares, a exposição a conflitos ou abusos aumentam o risco. Na idade adulta, eventos como desemprego, separação ou problemas de saúde mental aumentam o risco. Para idosos, a combinação de declínio físico, isolamento social, rendimentos limitados e falta de habitação acessível torna-os mais suscetíveis. Estas vulnerabilidades são agravadas pela ausência de redes formais e informais ao longo da vida.
	Estado civil	Relacionamentos, como o casamento, podem servir como fator de proteção, proporcionando apoio social e recursos partilhados. Porém, a maioria dos indivíduos sem-abrigo são solteiros.
	Educação	A falta de educação e a baixa escolaridade aumenta o risco da situação de sem-abrigo, ligada a empregos precários e baixos salários. A maioria das PSSA em Portugal tem o 2.º ou 3.º ciclo completo, como mencionado anteriormente.
	Pertença a um grupo minoritário	A pertença a um grupo minoritário é um fator de risco significativo para a situação de sem-abrigo. A alta taxa de pobreza entre minorias, não apenas aumenta a probabilidade da situação de sem-abrigo, mas também dificulta a superação dessa situação. Embora menos estudado, estima-se que uma quantidade significativa de pessoas em situação de sem-abrigo se identificam como membros da comunidade LGBTI+. Conflitos familiares relacionados à orientação sexual frequentemente levam à exclusão e à situação de sem-abrigo.
	Serviço militar	Veteranos apresentam um risco elevado de ficarem em situação de sem-abrigo, devido ao aumento da exposição a comportamentos de risco, como abuso de substâncias e envolvimento em crimes.
	Redes sociais	A falta de redes sociais (formais e informais) aumenta o risco da situação de sem-abrigo. As PSSA geralmente possuem menos e mais conflituosas redes sociais.
	Situação de acolhimento	Ter passado por uma situação de acolhimento pode ser um fator de risco significativo para a situação de sem-abrigo na vida adulta.
	Conflitos, violência, abuso e maus-tratos	Os maus-tratos incluem o abuso sexual, físico e emocional, além de negligência e conflitos familiares. O conflito familiar, a violência e o abuso sexual na infância e maus-tratos físicos e emocionais aumentam a probabilidade da situação de sem-abrigo.

		sem-abrigo na vida adulta. Crianças que fogem de casa devido ao abuso frequentemente acabam em situação de sem-abrigo, e as mulheres em situação de sem-abrigo apresentam altas taxas de abuso sexual na infância. Segundo Nooe & Patterson (2010), a violência doméstica é das principais causas que leva à situação de sem-abrigo, especialmente em mulheres.
	Reclusão	A situação de sem-abrigo pode aumentar o risco de reclusão, e, por sua vez, a prisão eleva a probabilidade de uma pessoa ficar em situação de sem-abrigo.
	Estado de saúde e saúde mental	Problemas médicos crônicos, infecções e doenças contagiosas, como o HIV, são prevalentes na população em situação de sem-abrigo. A saúde precária, aliada à falta de acesso a cuidados médicos adequados, cria um ciclo vicioso de dependência e exclusão, aprofundando a marginalização dessas pessoas. Além disso, a presença de doenças mentais graves e persistentes é comum, o que intensifica a estigmatização e dificulta ainda mais a reintegração social, bem como o acesso à habitação e emprego.
	Abuso de substâncias	A taxa de abuso de substâncias entre pessoas em situação de sem-abrigo é significativamente alta e o abuso de substâncias pode ser tanto uma causa quanto uma consequência. A falta de recursos para tratamento adequado e a presença de fatores duplos – saúde mental e abuso de substâncias – frequentemente deixam estes indivíduos sem apoio adequado, agravando a situação.

Fonte: Realizado pela autora com base em Nooe & Patterson (2010)

Entre os fatores estruturais estão a instabilidade habitacional familiar, a perda de emprego, a pobreza, a perda de benefícios sociais, a disponibilidade de habitação e os seus altos custos, a desinstitucionalização de instituições de saúde mental, o acesso e os custos de saúde, a discriminação e os baixos salários (Tabela n.º 3).

Tabela n.º 3

Os fatores estruturais da situação de sem-abrigo

Fatores estruturais	Pobreza	A pobreza é um dos principais fatores de risco para a situação de sem-abrigo. A falta de recursos dificulta o acesso à habitação, alimentação e serviços essenciais, aumentando significativamente a vulnerabilidade.
	Desemprego e baixos salários	O desemprego é uma das principais causas da situação de sem-abrigo. Por outro lado, muitas PSSA estão empregadas ou têm trabalhos ocasionais, porém com salários e benefícios insuficientes para garantir a autossuficiência. Pelo que a situação de sem-abrigo também pode reduzir as hipóteses de emprego.
	Perda de benefícios sociais	A redução de benefícios e apoios contribui para o risco da situação de sem-abrigo, uma vez que indivíduos e famílias podem enfrentar dificuldades maiores para manter uma habitação adequada e suprimir necessidades básicas.
	Mercado habitacional	A escassez de habitação acessível e os altos custos dificultam o acesso à habitação estável e adequada, contribuindo para o aumento de pessoas em situação de sem-abrigo. Esta

		instabilidade pode manifestar-se sobre forma de sobrelotação e condições habitacionais precárias, que aumentam o risco de sem-abrigo.
	Desinstitucionalização	A desinstitucionalização, especialmente sem apoio adequado e acompanhamento, é um fator que pode contribuir para a situação de sem-abrigo.
	Acesso e custos de saúde	A dificuldade no acesso a cuidados de saúde e o alto custo dos tratamentos, especialmente para pessoas com doenças graves ou deficiências, contribuem para a situação de sem-abrigo.
	Discriminação	A estigmatização e discriminação enfrentadas pelas PSSA em diferentes contextos (e.g. comunidade, acesso a cuidados de saúde, educação, emprego e habitação) agravam a situação. Além disso, mulheres e minorias enfrentam discriminação em várias áreas, como salários mais baixos e práticas discriminatórias, o que eleva o risco da situação de sem-abrigo.

Fonte: Realizado pela autora com base em Nooe & Patterson (2010)

Em suma, múltiplos fatores de risco biopsicossociais podem interagir para causar a situação de sem-abrigo e uma vez em situação de sem-abrigo, indivíduos e famílias tornam-se vulneráveis a diversos efeitos, tanto individuais quanto sociais (Figura n.º 4). Entre os *efeitos individuais* estão: prejuízo na saúde, abuso de substâncias, existência de doenças do foro mental, isolamento social, abuso sexual, maus-tratos, atividade criminal, vítima de crimes, perda de emprego, automutilação e morte. Entre os *efeitos sociais* estão: pobreza, crimes contra a propriedade, prostituição, violência, pedir esmola, saúde pública, embriaguez pública, filantropia comunitária e falta de consenso, isto é desordem, na comunidade.

A situação de sem-abrigo pode ter uma duração variável, podendo afetar indivíduos e famílias por uma única noite ou por vários anos (Nooe & Patterson, 2010). A *dimensão temporal* engloba três categorias: primeira vez, episódica e crónica (Figura n.º 4). Desta forma, os fatores de risco biopsicossociais associados à situação de sem-abrigo podem resultar em qualquer uma dessas três categorias temporais. Ainda segundo os mesmos autores, estes chamam a atenção para que cada pessoa que passa pela situação de sem-abrigo pela primeira vez corre risco desta se tornar episódica ou crónica. Indivíduos podem passar de uma condição de sem-abrigo episódica para crónica se a experienciarem por quatro ou mais episódios nos últimos três anos. Por outro lado, é possível que uma pessoa anteriormente categorizada numa situação crónica, após um período de estabilidade habitacional, volte a estar numa situação de sem-abrigo episódica.

O modelo ecológico da situação de sem-abrigo mostra que existe um continuum de *estados habitacionais*, isto é, indica que um indivíduo pode passar de uma situação

habitacional para outra, refletindo as mudanças e movimentações na sua situação de sem-abrigo. Entre eles estão: vivência na rua (sem-teto), habitação partilhada, abrigo de emergência, habitação transitória, habitação permanente apoiada e habitação permanente. Além disso, ligado às categorias do estado habitacional estão os efeitos individuais e sociais, isto representa o conjunto de consequências associadas à situação de sem-abrigo.

O modelo, proposto por Nooe e Patterson (2010), desafia as abordagens tradicionais que limitam a situação de sem-abrigo a fatores isolados, promovendo uma visão holística da situação. O modelo sublinha a importância de intervenções que integrem apoio em múltiplos níveis, não só focando em “sintomas” imediatos da situação de sem-abrigo, mas também fatores, efeitos e condições que perpetuam esta situação.

6.2 A perspectiva do curso de vida e a situação de sem-abrigo

A perspectiva do curso de vida analisa como diferentes fatores moldam a vida de uma pessoa desde o nascimento até a morte (Elder, et al., 2003; Hendricks, 2012; Hutchison, 2010; 2018; 2019). Em vez de uma trajetória linear, a vida é vista como um percurso com continuidades, curvas e mudanças inesperadas (Hutchison, 2010; 2018).

Segundo Hendricks (2012), para compreender o curso da vida, “precisamos reconhecer que as nossas vidas estão ligadas às dos outros ao nosso redor” (p. 229), isto é, as nossas trajetórias não são vividas de forma isolada, estamos ligados a outros e, esta rede de conexões molda as nossas experiências, influenciando o nosso curso de vida.

A perspectiva do curso de vida permite nortear o estudo das vidas humanas nos seus contextos (Elder, et al., 2003; Hendricks, 2012; Hutchison, 2010; 2018; 2019). Para a sua compreensão é fundamental caracterizar os seus cinco conceitos-chave: coorte, transições, trajetórias, eventos de vida e pontos de viragem (Tabela n.º 4).

Tabela n.º 4

Conceitos-chave da perspectiva do curso de vida

Conceito	Descrição
Coorte	Grupo de pessoas que nasceram durante o mesmo período e que vivenciam mudanças sociais semelhantes na mesma idade.
Transições	Mudanças no status ou papéis dos indivíduos (como casamento, morte, divórcio, nascimento), que marcam uma saída dos papéis e status anteriores. As transições estão sempre inseridas em trajetórias, contribuindo para moldar o caminho que uma pessoa segue.
Trajetoórias	Padrões de estabilidade e mudança que ocorrem ao longo da vida, compostos por múltiplas transições. Não seguem uma linha reta, mas têm continuidade e direção.

	Ex: A transição de casar-se leva a uma trajetória conjugal.
Eventos de vida	Ocorrências significativas que envolvem mudanças abruptas e que podem produzir efeitos duradouros, positivos ou negativos. Eventos de vida específicos têm significados diferentes para diferentes indivíduos e para diferentes grupos. Ex: Um evento de vida como o casamento, por exemplo, precipita uma transição (casar-se), levando a uma trajetória conjugal.
Pontos de viragem	Eventos de vida ou transições que produzem mudanças duradouras nas trajetórias do curso de vida, podendo ser positivos ou negativos. Pode envolver uma transformação na maneira como a pessoa se vê a si mesma e/ou uma transformação na forma como a pessoa responde ao risco e às oportunidades. A forma como cada indivíduo interpreta e atribui significado a esses eventos é essencial para determinar se eles se tornam pontos de viragem. Ex: o nascimento de um filho pode redefinir as prioridades e oportunidades.

Fonte: Elder, et al., 2003; Hendricks, 2012; Hutchison, 2005; 2010; 2018; 2019.

Segundo Hutchinson (2010), nem todas as transições ou eventos de vida tornam-se pontos de viragem, mas podem ser percebidos como tal com o tempo. Este autor elenca três tipos de eventos de vida podem servir como pontos de viragem: (1) aqueles que abrem ou fecham oportunidades, (2) que provocam mudanças duradouras no ambiente da pessoa (3) ou que alteram o autoconceito, crenças e expectativas da pessoa.

Além disso, uma transição pode tornar-se um ponto de viragem em situações como crises, conflitos familiares, transições “fora do tempo”, isto é, fora da fase típica de vida, quando tem consequências negativas imprevistas ou requer ajustes sociais excepcionais (Hutchinson, 2010).

A perspectiva do curso de vida é caracterizada por quatro temas dominantes e inter-relacionados: o tempo histórico, social e pessoal; o momento da vida; vidas interligadas ou interdependentes e a agência humana na tomada de decisões (Tabela n.º 5).

Tabela n.º 5

Os quatro temas dominantes da perspectiva do curso de vida

Princípio	Descrição
O tempo histórico, social e pessoal	O tempo é entendido em três níveis. O <i>tempo histórico</i> refere-se ao contexto temporal em que uma pessoa vive, como guerras ou crises económicas, que influenciam oportunidades e desafios. O <i>tempo social</i> está relacionado a normas culturais e marcos temporais que moldam expectativas e comportamentos da sociedade. O <i>tempo pessoal</i> considera como eventos são vivenciados de acordo com a fase da vida da pessoa, e.g. de perder um emprego aos 25 ou aos 55 anos tem implicações diferentes.
O momento da vida (“timing” das vidas)	O conceito de <i>timing das vidas</i> destaca como o momento e a fase da vida influenciam a vivência de eventos significativos. Este conceito não se limita à idade cronológica, mas inclui a idade biológica,

	psicológica, social e espiritual, que determinam como as pessoas experienciam e interpretam mudanças ao longo das suas trajetórias.
Vidas interligadas ou interdependentes	A perspectiva do curso de vida sublinha a importância das conexões entre pessoas, como os laços familiares, de amizade e comunitários. Estas redes são essenciais, ao influenciarem tanto o apoio social como o comportamento individual. A presença de uma rede de apoio social permite mitigar os impactos negativos de eventos adversos e promover uma melhor adaptação às mudanças.
Agência humana	A agência humana refere-se ao poder das pessoas de tomar decisões e ações nos contextos históricos, culturais e sociais em que vivem. Assim, as pessoas têm o poder de moldar as suas próprias vidas através de decisões e ações. A agência permite que os indivíduos sejam protagonistas das suas próprias trajetórias, mesmo diante de desafios, moldando as suas vidas de acordo com os seus valores e objetivos.

Fonte: Elder, et al., 2003; Hendricks, 2012; Hutchison, 2005; 2010; 2018, 2019.

A perspectiva do curso de vida destaca como diferentes fatores, como género, classe social, etnia e migração, influenciam as trajetórias de vida dos indivíduos ao longo do tempo (Hutchison, 2005). Ela permite compreender as diversas histórias de vida e desenvolver respostas mais eficazes às necessidades individuais. O curso de vida explora como eventos e transições nas várias fases da vida – infância, adolescência, idade adulta e sénior – influenciam o desenvolvimento humano (idem, 2005).

O conceito de risco e proteção no desenvolvimento é central neste campo, enfatizando que o impacto de eventos de vida depende do timing em que ocorrem. Isto é, o “timing” de dificuldades, como a pobreza ou traumas, é crucial para entender os seus efeitos no desenvolvimento a longo prazo. Além do momento, a duração e a sequência das adversidades também desempenham um papel significativo no aumento do risco de um percurso de vida problemático. Contudo, a resiliência mostra que nem todos os eventos negativos resultam numa trajetória desfavorável. (Hutchison, 2018).

Segundo Nobre (2021) & Hutchison (2018), a perspectiva do curso de vida oferece uma visão ampla e detalhada sobre a situação de sem-abrigo, destacando que esta condição resulta de uma combinação de fatores que se desenvolvem ao longo do tempo em várias dimensões da vida. Esta perspectiva permite uma compreensão mais profunda e holística das causas da situação de sem-abrigo, considerando as experiências de vida destas pessoas na sua totalidade.

6.3 A teoria das forças e a situação de sem-abrigo

A teoria das forças, desenvolvida nos anos 80, surgiu como crítica ao foco exclusivo nos problemas e patologias das pessoas, adotado pelos modelos clínicos tradicionais, que tendiam a ver os indivíduos como vítimas das suas circunstâncias (Brandão, 2019). Assim, a teoria veio introduzir uma “mudança paradigmática” na forma como de intervir, promovendo uma intervenção centrada nas capacidades, competências e potencialidades individuais, capacitando os indivíduos para se tornarem agentes da sua própria mudança e construção das suas vidas (Brandão, 2019; Teater, 2014).

Esta abordagem reconhece que, embora fatores de risco possam moldar a trajetória de vida, os mesmos podem ser fontes de resiliência e *empowerment*. Ao olhar para as histórias de vida destes indivíduos, a teoria das forças encoraja os profissionais a identificar momentos de superação, competências desenvolvidas em contextos adversos e a capacidade inata de adaptação que muitos possuem.

Conforme Saleebey (2009, como citado em Oliveira, 2016), a teoria das forças tem como princípios orientadores:

1. Todos possuímos forças e capacidades: Todas as pessoas possuem competências e potencialidades, mesmo que não sejam (re)conhecidas. A teoria permite que cada indivíduo identifique os recursos e os desenvolva de modo alcançar os seus objetivos.
2. O trauma e a adversidade podem ser fontes de crescimento e resiliência: A Teoria admite que, embora o trauma e a adversidade possam estar presentes nas trajetórias de vida das pessoas, estes também podem ser pontos de partida para a resiliência. A abordagem baseada nas forças não ignora o sofrimento ou os danos causados pelo trauma e adversidade, mas reconhece que muitas vezes, nas piores circunstâncias, surgem capacidades.
3. O potencial humano: Mesmo em situações extremas, como a situação de sem-abrigo, o potencial de mudança está sempre presente. As trajetórias de vida são dinâmicas e estão em constante evolução, onde novos caminhos podem ser traçados a qualquer momento, desde que certas condições e apoios estejam presentes.
4. A intervenção deve ser feita em colaboração com a pessoa: O trabalho deve ser feito em parceria, reconhecendo a sua agência na construção da sua própria mudança.
5. O ambiente está cheio de recursos: A comunidade e as redes de apoio, formais e informais, são vistas como fontes valiosas de recursos, bens e apoio, essenciais para a adaptação e superação.

6. A intervenção deve ser sensível ao contexto e construída com cuidado: Cada pessoa tem uma trajetória única, moldada por fatores individuais e estruturais. A teoria das forças destaca a importância de uma abordagem personalizada, onde a intervenção é adaptada às necessidades, desejos e contextos específicos de cada indivíduo. Esta sensibilidade é especialmente importante em contextos de vulnerabilidade extrema, onde a confiança e o respeito são fundamentais.

Os princípios da teoria das forças propõem uma nova forma de olhar as pessoas e as situações, focando-se nas suas capacidades e potencialidades, sem negligenciar a adversidade (Oliveira, 2016).

Saleebey (2009, como citado por Pena, 2013, pp. 61-62) argumenta “que quase tudo pode ser considerado uma força sob certas condições”, destacando que as pessoas adquirem conhecimento e habilidades a partir de diversas experiências, tanto com os sucessos quanto com os fracassos. Desta forma, as forças são qualquer qualidade presente nas pessoas e no ambiente que as ajuda a resistir ou superar dificuldades e situações traumáticas e adversas (Oliveira, 2016).

Dentro desta lógica, o *empowerment* e a resiliência são vistos como fundamentos-chave da teoria. O *empowerment* é central, tanto como conceito quanto como processo, pressupõe que os indivíduos têm a capacidade de se tornarem agentes da sua própria transformação, envolvendo três etapas: escolher, decidir e agir, reconhecendo que as competências já existem ou podem ser desenvolvidas (Oliveira, 2016).

O conceito de resiliência, aliado à teoria das forças, é visto como um processo contínuo de crescimento, permitindo o uso de potencialidades e capacidades adquiridas por meio de experiências desafiadoras, resultando na capacidade de resistir à adversidade. De acordo com Saleebey (2009, como citado por Oliveira, 2016), a Teoria das Forças visa fomentar a resiliência, a recuperação, a possibilidade de transformação e a promoção de comportamentos resilientes. Portanto, a resiliência, é vista como uma capacidade inerente a todos, mesmo que ainda não tenha sido totalmente desenvolvida.

Segundo Pena (2013), é fundamental que o assistente social reconheça as capacidades, competências, recursos e forças dos indivíduos, que podem manifestar-se através de qualidades pessoais, talentos, saber intelectual e experiências de vida. A relação entre o assistente social e a pessoa em vulnerabilidade é fundamental, e deve ser pautada pelo respeito e pela escuta ativa das histórias dos indivíduos, pelo que as narrativas revelam as suas forças, desejos e interesses. (Saleebey, 2010, citado por Oliveira, 2016).

Parte IV: Enquadramento metodológico

Capítulo 7: Metodologia

A escolha de uma abordagem qualitativa aliada ao método biográfico refletiu a intenção de explorar a complexidade e as especificidades das trajetórias de vida de pessoas em situação de sem-abrigo, reconhecendo que são moldadas por múltiplos fatores inter-relacionados, como contextos sociais, económicos, psicológicos e culturais. O desenho de investigação interpretativista, por sua vez, parte do princípio de que o conhecimento do mundo é construído a partir das interpretações que cada indivíduo faz das suas experiências de vida, enfatizando a singularidade e a subjetividade das perceções pessoais.

Através da recolha e análise de dados, com a aplicação de técnicas qualitativas, esta investigação procurou compreender como os sujeitos constroem e percebem as suas histórias de vida, destacando a forma como diferentes eventos e experiências influenciam as suas trajetórias. O método biográfico, ao centrar-se nas narrativas individuais, possibilitou a construção da história de cada participante, permitindo a identificação dos fatores de risco e proteção que interagem ao longo das suas vidas.

7.1 Metodologia e método

O presente estudo utilizou a metodologia qualitativa (Amado, 2014; Flick 2009; Padgett, 2017) e um desenho de investigação interpretativista (Latorre et al., 1996), uma vez que permitiu compreender a complexidade de cada trajetória de vida. A presente dissertação pretendeu capturar essa complexidade, evitando generalizações e focando-se no que é específico e particular a cada indivíduo.

Ao aceitar que a realidade é dinâmica, múltipla e holística, permitiu a integração de diversas partes inter-relacionadas da vida dos participantes (Padgett, 2017). Isto inclui fatores sociais, económicos, sociais, psicológicos e culturais que influenciam as suas experiências.

A presente dissertação teve como objetivo compreender as trajetórias de vida dos(as) inquiridos(as) por meio da recolha de histórias de vida, explorando os significados, experiências e perspetivas associadas às suas narrativas biográficas. Esta análise incluiu a identificação de fatores de proteção e/ou potenciadores de maior integração, bem como de fatores de risco que possam contribuir para a desfiliação social

ou a situação de sem-abrigo (Flick, 2009). Para tal, recorreu-se ao método biográfico, que permitiu recolher e analisar os percursos de vida dos participantes, valorizando a diversidade de experiências, sentimentos e interações com diferentes sujeitos (e.g., pais, irmãos, colegas) e sistemas (e.g., família, escola, emprego) nos variados contextos (Amado, 2014; Lechner, 2014).

A investigação adotou um *design* flexível, direcionado à recolha de histórias de vida e dos seus significados. Este processo resultou na obtenção de dados inicialmente pouco estruturados, os quais foram posteriormente submetidos a uma codificação de natureza teórica, culminando na construção de categorias analíticas a partir da análise da informação recolhida.

7.2 Objeto e objetivos da investigação

A presente investigação teve dois grandes propósitos. Por um lado, visou contribuir significativamente para o conhecimento sobre a população em situação de sem-abrigo, contribuindo para o contínuo aperfeiçoamento das práticas de intervenção, especialmente do Serviço Social. E por outro, fornecer informações relevantes para o aperfeiçoamento de políticas, programas e estratégias, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos em situação de sem-abrigo.

Para tal desenharam-se duas questões de partida: (1) *Quais são os fatores de risco e de proteção que influenciam as trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo?* e (2) *Como é que as pessoas em situação de sem-abrigo percecionam as suas trajetórias de vida?*

O estudo foi estruturado em torno de dois grandes objetivos, desdobrados em objetivos específicos.

Objetivo 1: Investigar as trajetórias de vida da população em situação de sem-abrigo, explorando os fatores de risco e de proteção ao longo do ciclo de vida:

1.1 Mapear os fatores de risco e proteção presentes nas narrativas dos indivíduos inquiridos:

1.1.1 Explorar os fatores de risco enfrentados, ao longo da vida, que podem aumentar o risco de entrar ou permanecer em situação de sem-abrigo

1.1.2 Investigar os fatores de proteção, ao longo da vida, que podem mitigar ou reduzir o risco da situação de sem-abrigo.

Objetivo 2: Compreender a perceção que os indivíduos em situação de sem-abrigo possuem sobre os fatores de risco e proteção, pontuados na sua trajetória de vida:

- 2.1 Analisar as percepções dos indivíduos sobre as suas trajetórias de vida, destacando eventos significativos, transições e experiências que moldaram as suas vidas.
- 2.2 Compreender como os fatores de risco e proteção são percebidos, em diferentes fases da vida, pelos inquiridos.

Os objetivos desta investigação subdividem-se em duas grandes fases do estudo. A primeira fase corresponde à recolha livre da narrativa biográfica, com uma primeira análise dos fatores de risco e proteção revelados pelos participantes. A segunda fase de caráter confirmatório, com o uso da técnica do biograma, com a pontuação dada a esses fatores de risco e proteção percebidos pelos participantes como tal.

7.3 Instrumentos de recolha de dados

O processo de investigação iniciou-se com a construção do quadro teórico-conceitual, por meio da revisão da literatura, que, segundo Bento (2012), é essencial no processo de investigação, permitindo enquadrar, analisar, sintetizar e interpretar o estado da arte.

A revisão bibliográfica foi iniciada em junho de 2024, e permitiu situar o tema na produção científica existente. Foram selecionados estudos a nível nacional e internacional, que permitiram consolidar o quadro teórico-conceitual.

Como instrumento central de recolha de dados, foi utilizada a *entrevista semiestruturada em profundidade* com indivíduos em situação de sem-abrigo, realizada em duas fases distintas.

Na primeira fase, as entrevistas abordaram a história de vida dos participantes, permitindo-lhes partilharem as suas histórias de vida de maneira aberta e detalhada. Este grau de flexibilidade possibilitou explorar temas e questões conforme surgiram durante a entrevista, com o objetivo de identificar os fatores que, ao longo do ciclo de vida de cada participante, manifestaram-se como fatores de proteção ou de risco.

A recolha de dados foi fundamentada no guião, de raiz própria, “*Contos de Rua – Guião de entrevistas semiestruturadas em profundidade à população em situação de sem-abrigo*” (Apêndice IV), que orientou as entrevistas. Estas tiveram como fase introdutória a apresentação do estudo, dos objetivos, do procedimento e das questões éticas, com recurso ao consentimento informado (Apêndice V).

A entrevista foi dividida em duas fases: na primeira, foram obtidas informações demográficas e na segunda fase foram recolhidas as histórias de vida, que compreendeu as vivências, eventos de vida e significados atribuídos aos mesmos, que compreendeu a trajetória de vida desde a infância até à vida adulta.

A entrevista semiestruturada estabelece uma relação direta entre entrevistador e entrevistado, onde as características sociais e pessoais entram em jogo. Reconheceu-se que existem limitações e riscos associados a este método, como a possibilidade de os participantes responderem de acordo com a sua própria percepção. A investigadora estava consciente desses riscos e, dentro do quadro interpretativista, adotou a triangulação metodológica (entrevista e biograma) como estratégia para mitigar eventuais distorções nos dados.

A recolha de dados foi realizada em ambiente natural, em locais que os participantes costumam frequentar e/ou locais onde são apoiados socialmente. A amostra reduzida permitiu um aprofundamento de cada caso, possibilitando responder aos objetivos propostos. No entanto, a replicabilidade do estudo para outros contextos similares pode não ser assegurada, uma vez que cada caso só pode ser compreendido dentro do contexto relacional estabelecido.

Na segunda fase, de carácter confirmatório, validaram-se as pontuações (-3 a 3) que cada entrevistado(a) atribuiu aos acontecimentos significativos da sua trajetória de vida. Os biogramas foram construídos em colaboração com os(as) entrevistados(as), permitindo validar os fatores de risco e/ou proteção identificados, adicionar novos elementos e recolher a percepção.

O biograma (Azevedo, 2012; Tinoco & Pinto, 2001) permite registar os principais eventos e marcos importantes na vida dos participantes, contextualizando as suas trajetórias de vida e identificando padrões ou transições significativas, organizadas ao longo do eixo formado pela idade cronológica. Permite compreender a percepção que os participantes possuem dos eventos de vida, sendo um o método específico para estudar trajetórias de vida (Azevedo, 2012). Esta técnica permite a visualização clara e objetiva das trajetórias dos sujeitos em vários níveis, como a história familiar, percurso escolar, história de consumos, entre outras (Tinoco e Pinto, 2001).

A construção do biograma envolveu duas fases de recolha de dados: a *biografia de primeira ordem e segunda*, recolhida na fase das entrevistas, o participante partilha a sua história de vida até à atualidade, pretendendo-se que o indivíduo seja o mais fielmente à forma como experienciou os acontecimentos na época, não se inibindo de

como se sente no presente. E na segunda fase, *a biografia de terceira ordem*, que corresponde à validação do biograma, aqui foram exploradas as percepções dos participantes das suas trajetórias de vida, aqui o sujeito foi confrontado com a trajetória construída e comentou, corrigiu, completou-as. (Tinoco e Pinto, 2001).

O método biográfico, juntamente com as entrevistas e o biograma, permitiu a criação de uma linha do tempo que deu liberdade aos participantes para moldar e ordenar as suas trajetórias de vida. Ao contar a história e rever a vida, os participantes envolvem-se numa reexaminação consciente, reavaliação e reorganização os significados de cada experiência, perspectiva de vida e identidade pessoal (Leung, 2010).

Este método revelou vantagens para os participantes, proporcionando uma plataforma para articularem as suas experiências, reavaliando as experiências e reconectar o passado e o presente, colocando o “significado” e o “eu” no palco principal. O processo dá a oportunidade, dos participantes, terem a sua perspectiva ouvida, a oportunidade de articular as suas próprias perdas, lutas, forças e transformações e desenvolver novos *insights* e novas compreensões sobre o “eu” e a experiência vivida (Leung, 2010).

No entanto, a utilização de um método biográfico apresenta algumas limitações. Primeiramente, os dados recolhidos refletem a percepção e a experiência de vida subjetiva, conforme ele a recorda. Há também o risco de viés de recordação, dado que as memórias podem ser influenciadas pelo tempo e pelas emoções, podendo ser seletivas ou distorcidas. Além disso, existe a possibilidade de viés de desejabilidade social, na apresentação de resultados positivos, em que os participantes podem apresentar as suas experiências de maneira mais positiva do que realmente foram, para corresponder a expectativas sociais ou para agradar. Por último, os resultados ao serem limitados a contextos sociais e culturais específicos, podem não ser aplicáveis a outros contextos sem uma análise e adaptação cuidadosa (Leung, 2010).

Apesar das limitações, a investigação conseguiu mapear os fatores de risco e proteção nas trajetórias de vida dos participantes, explorando as suas percepções subjetivas e alinhando-se aos objetivos estabelecidos. O estudo permitiu identificar padrões e regularidades nas experiências vividas, com foco na descrição detalhada das transformações e mudanças ao longo das trajetórias de vida desses indivíduos, mesmo com uma amostra reduzida.

7.4 Participantes

O estudo foi realizado em duas fases distintas, como mencionado no ponto anterior, sendo o primeiro momento a entrevista semiestruturada em profundidade, realizada em novembro de 2024 e o segundo momento a validação do biograma e a recolha da percepção dos participantes sobre as suas trajetórias de vida, realizado em dezembro de 2024.

Tal foi aplicada a um grupo de 5 pessoas em situação de sem-abrigo, 4 do género masculino e 1 do género feminino, da cidade de Coimbra (Tabela n.º 6). Os critérios de inclusão foram os seguintes: estar a experienciar ou ter experienciado uma situação de sem-abrigo, seja sem-casa ou sem-teto, abrangendo diferentes períodos ou duração; falar e compreender português; residir em Coimbra; ter mais de 18 anos; disponível e aberto a partilhar a sua experiência e história (voluntariamente); encontrar-se na plena capacidade para partilhar as suas experiências e história; não estar sob a influência de qualquer substância psicoativa.

O tipo de amostragem foi intencional, uma vez que permitiu selecionar participantes que representaram uma variedade de experiências e perspetivas dentro da população sem-abrigo. Fatores como idade, género, duração em situação de sem-abrigo, história de vida e outras características relevantes foram consideradas na seleção dos participantes, proporcionando uma representação diversificada da população em estudo, dentro dos limites desta abordagem qualitativa.

Tabela n.º 6*Caraterização dos participantes*

Participantes	Idade	Estado Civil	Nacionalidade	Habilitações	Situação laboral	Situação de sem-abrigo (sem-teto/sem-casa)	Pernoite	Histórico de situação de sem-abrigo
F1	57	Solteira	Portuguesa	4.º ano	Reformada invalidez / RSI	Sim	Garagem	Episódica
M1	53	Solteiro	Dupla nacionalidade (Portuguesa e Angolana)	5.º ano (Concluiu o 10.º ano)	Reformada invalidez	Não	Quarto	Episódica
M2	60	União de facto	Portuguesa	4.º ano (Concluiu o 8.º ano)	Reformado invalidez	Sim	Garagem	Episódica
M3	59	Divorciado	Dupla nacionalidade (Romana e Russa)	12.º ano	Desempregado (RSI)	Sim	Apartamento partilhado	Crónica
M4	33	Solteiro	Portuguesa	12.º ano	Curso	Sim	Apartamento partilhado	Episódica

Legenda: M – Masculino; F – Feminino

7.5 Procedimentos formais e éticos

Face às características das populações e questões abordadas no campo do serviço social, existiram requisitos éticos que precisaram ser considerados, de forma a garantir que a investigação fosse conduzida de maneira justa, respeitosa e responsável (Sobočan et al., 2019).

Segundo Bos (2020), durante a investigação, devem-se seguir um conjunto de princípios éticos básicos, incluindo proteger a autonomia, o bem-estar, a segurança e a dignidade de todos os participantes. É essencial garantir que a investigação não prejudica a segurança, dignidade ou privacidade das pessoas. O bem-estar psicológico deve ser sempre assegurado, negociando cuidadosa e respeitosamente os limites da relação entre os investigadores e os investigados. As questões éticas da investigação foram consideradas em três momentos distintos: pré, durante e pós-recolha de dados.

Na pré-recolha de dados, as questões éticas foram centrais na preparação do estudo. A componente ética respeitou a natureza da investigação centrada na pessoa e com seres humanos vulneráveis. Deste modo, foram respeitados os direitos de participação, privacidade e confidencialidade, bem como ao tratamento justo e equitativo de acordo com as singularidades de cada participante e dos seus contextos.

Na recolha de dados, foi obtido o consentimento informado, pelo que os participantes receberam explicações claras sobre a investigação, os objetivos, os procedimentos envolvidos e os riscos que pudessem estar envolvidos. Os participantes foram informados sobre as condições de anonimato e confidencialidade, atribuindo-se um código para sua identificação, e que poderiam interromper a sua participação ou retirar-se a qualquer momento, conforme as diretrizes éticas. Além disso, foi garantida a recolha dos dados de forma respeitosa e cuidadosa para evitar qualquer desconforto ou impacto negativo nos participantes. Por último, foram elucidados que possuíam o direito a consultar o estudo após a sua finalização. Após a aceitação dos(as) inquiridos(as) a entrevista foi realizada dentro da disponibilidade dos mesmos.

Na fase da pós-recolha de dados, todos os dados recolhidos foram armazenados na OneCloud Drive e mantidos até o terminar do estudo. Após o fim foram destruídos de acordo com os requisitos éticos.

7.6 Análise de dados

Tal como mencionado anteriormente, a construção do biograma integrou duas fases diferentes de recolha de informação. A partir das entrevistas semiestruturadas

em profundidade, realizadas a 5 pessoas em situação de sem-abrigo, a informação recolhida, por meio de gravação áudio, e foi posteriormente realizada a sua transcrição, com uso do *software* MAXQDA. No que se refere ao tratamento da informação recolhida, foi realizada uma primeira leitura, com a recolha de eventos significativos dos(as) 5 inquiridos(os). Na segunda fase, com o apoio das pessoas em situação de sem-abrigo, e tendo em conta as diferentes fases desenvolvimentais (infância, adolescência e fase adulta), foram selecionados os eventos, organizados e pontuados positivamente (0 a 3) e negativamente (0 a -3), segundo a perceção dos próprios.

Os biogramas foram apresentados aos participantes para que confirmassem a presença dos principais eventos da sua trajetória de vida e para que pudessem relatar a sua perceção fase à sua trajetória de vida.

A transcrição foi submetida a um tratamento de análise qualitativa dos dados empíricos através da análise categorial das entrevistas. Após a primeira leitura das entrevistas foram identificados os aspetos mais relevantes do discurso dos participantes. E posteriormente elaborou-se uma categorização dos dados com apoio do *software* MAXQDA. Através desta análise categorial separou-se o texto em várias categorias, com base no modelo ecológico da situação de sem-abrigo, de forma a identificar os fatores de risco individuais e estruturais, os efeitos individuais e sociais, assim como a perceção da trajetória de vida e da situação de sem-abrigo (Apêndice VI).

Para garantir a validade do estudo, foi utilizada a triangulação metodológica, que incluiu a utilização de múltiplos instrumentos e fontes de informação (Duarte, 2009), através da combinação das entrevistas semiestruturadas em profundidade e a construção dos biogramas. Esta abordagem permitiu uma análise mais robusta e multifacetada das trajetórias de vida dos participantes, minimizando o risco de viés nos dados. Adicionalmente, foi realizada a triangulação de dados, com a obtenção de informações de diferentes fontes (Duarte, 2009) e a identificação de padrões e temas comuns nas narrativas dos(as) entrevistados(as).

Parte V: Apresentação, análise e discussão dos resultados

Capítulo 8: Apresentação e análise dos resultados

Os resultados provêm dos dados recolhidos nas entrevistas semiestruturadas em profundidade, realizadas às pessoas em situação de sem-abrigo. As entrevistas abordaram as trajetória de vida dos participantes, incluindo acontecimentos, eventos, transições, experiências e sentimentos, que consideraram importantes.

Os dados são apresentados segundo o modelo ecológico da situação de sem-abrigo, de Nooe & Patterson (2010). As categorias foram organizadas com base nos fatores de risco e proteção, em que se baseia a investigação, assim como a percepção da trajetória de vida dos(as) inquiridos(as). Desta forma, a análise centra-se nas narrativas individuais específicas presentes nos guiões de entrevista transcritos, através do *software* MAXQDA, e do biograma.

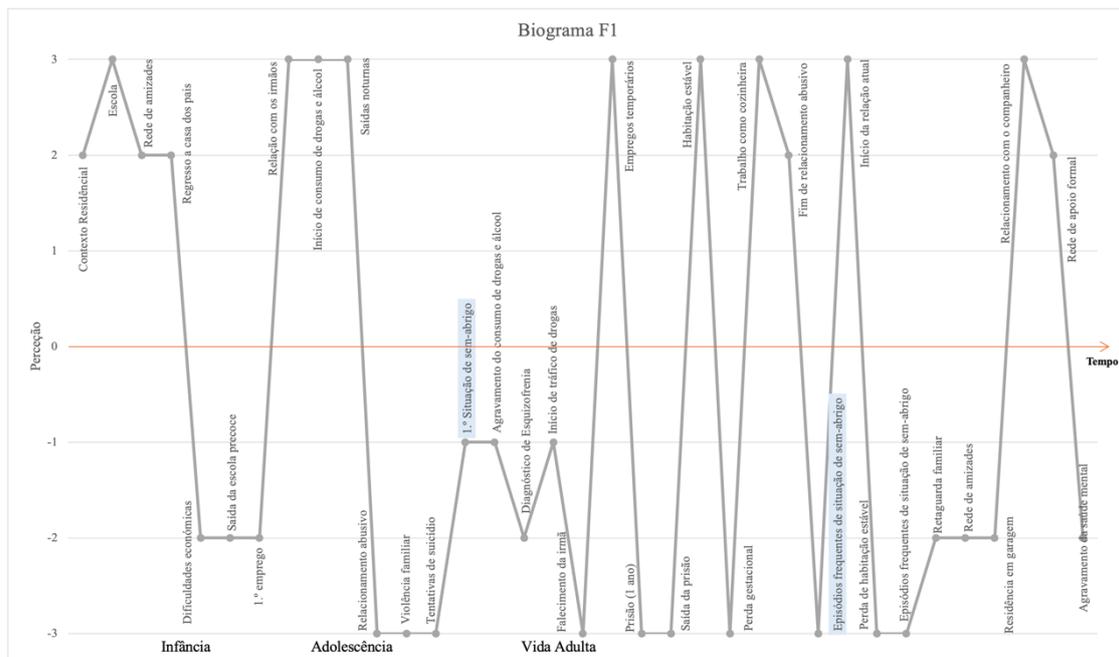
8.1 Dimensões de análise

Para compreender as trajetórias de vida da população em situação de sem-abrigo, foi necessária uma análise que abrangesse tanto o período pré, durante e pós-situação de sem-abrigo, considerando as diferentes fases desenvolvimentais (infância, adolescência e fase adulta). Esta análise teve como objetivo identificar eventos, transições e pontos de viragem que possam ter influenciado o risco e/ou mitigação da situação de sem-abrigo. Além disso, procurou-se perceber como esses elementos impactam a percepção que cada indivíduo tem de si próprio, moldando a sua experiência e identidade.

1. Percepção da trajetória de vida

A percepção da trajetória de vida dos indivíduos em situação de sem-abrigo envolveu a análise de transições, eventos e pontos de viragem significativos ao longo das diferentes fases da vida.

A forma como cada pessoa percebeu esses acontecimentos influenciou diretamente a sua experiência de exclusão, desfiliação e marginalização. A presença ou ausência de fatores de risco e proteção, tanto individuais como estruturais, desempenham um papel crucial no risco ou mitigação da situação de sem-abrigo, influenciando não apenas o percurso vivido, mas também as possibilidades de superação dessa realidade.



A trajetória de vida da inquirida F1 é marcada por múltiplas transições, eventos de vida significativos e pontos de viragem, que, em conjunto, moldaram o percurso que a conduziu à situação de sem-abrigo. Esta trajetória evidencia padrões de estabilidade e mudança, compostos por uma série de momentos críticos que influenciaram tanto a sua percepção de si própria como a forma como enfrentou as adversidades.

A infância é inicialmente percecionada como feliz até aos 7 anos (“*Fui feliz até aos sete anos.*”). Durante esta fase da vida, está presente o fator de risco *situação de acolhimento*, “*Com dois aninhos fui para o [instituição] (...) porque os meus pais não tinham condições de dinheiro.*” Este evento, embora percecionado como positivo (+2), reflete uma mudança significativa na sua trajetória, afastando-a da convivência familiar.

A *pobreza persistente* (-2): “*não tinham condições de dinheiro (...) [dificuldades financeiras] a comprar comida*” e a *baixa escolaridade*, com a saída precoce da escola (-2) para trabalhar nos campos de arroz e apoiar a família: “*Quarto ano. A minha mãe precisava de mim para tomar conta dos meus irmãos (...) tive que trabalhar nos campos de arroz, a transportar água e as ceifas*”, representam transições negativas que moldaram a sua trajetória educativa e limitaram as suas oportunidades futuras: “*Gostava de estar na escola (...) Tinha amigos na escola (...) Gostava de ser médica.*”

Na adolescência, surgem eventos de vida que alteram de forma abrupta a sua trajetória. O início do *abuso de substâncias* aos 13 anos é inicialmente interpretado como positivo (+3): “*Comecei com haxixe (...) depois evoluiu (...) E álcool, duas, três cervejas por dia.*” Porém, essa experiência transforma-se numa transição negativa à medida que o

consumo de drogas se intensifica (-1). Outra transição ocorre quando F1 é expulsa de casa pela mãe aos 16 anos, após um episódio de *violência física*: “*a minha mãe dá-me um enxerto de porrada. Puseram-me na rua.*” Este evento marca a sua primeira situação de sem-abrigo, constituindo um ponto de viragem negativo que afeta profundamente a sua trajetória, reforça a desfiliação social e a exclusão social.

Um fator central na trajetória da F1 é o relacionamento abusivo que teve durante vários anos, durante a adolescência e a vida adulta. Este relacionamento íntimo, caracterizado por *violência física e emocional* (-3), é descrito como um dos momentos mais marcantes: “*Batia-me com cassetes e chicotes, todas as noites.*” Este evento de vida é um ponto de viragem negativo, perpetuando a sua vulnerabilidade emocional, social e económica. A relação abusiva agravou a sua situação de isolamento e a impossibilidade de criar uma rede de suporte sólida, enquanto contribuiu para a deterioração da sua saúde mental. O término desta relação abusiva representou um ponto de viragem positivo (+3).

A *saúde mental* surge como uma dimensão central na trajetória da F1. O diagnóstico de esquizofrenia aos 20 anos e as múltiplas tentativas de suicídio (-3) refletem eventos de vida negativos: “*diagnosticada com esquizofrenia há muito tempo, com uns 20 anos. Eu ouvia vozes (...) Já tentei várias vezes (...) me tentar matar*” e afirma ter piorado, uma vez que refere que os medicamentos não fazem efeito: “*mas não está a funcionar. Ouço vozes.*”, levando ao fator de risco *acesso e custos de saúde*.

Na vida adulta, a F1 enfrenta transições que refletem a continuidade de padrões de vulnerabilidade e desfiliação social. Após um período de reclusão, percecionado como profundamente negativo (-3): “*Terrível, é mau. Tem más condições,*” a F1 consegue trabalho e habitação (+3). Contudo, fatores estruturais, como o *mercado habitacional*: “*Tive que sair (...) estou numa garagem (...) não há possibilidade de nada*” e os *baixos salários*: “*Trabalhei numa pastelaria. (...) trabalhava (...) na Escola Agrícola. Limpava casas. (...) Depois consegui arranjar uma tasca*”, resultam na reincidência da situação de sem-abrigo (-3). Estes episódios reiteram padrões de vulnerabilidade, frequentemente interrompidos por eventos de vida que oferecem uma estabilidade temporária.

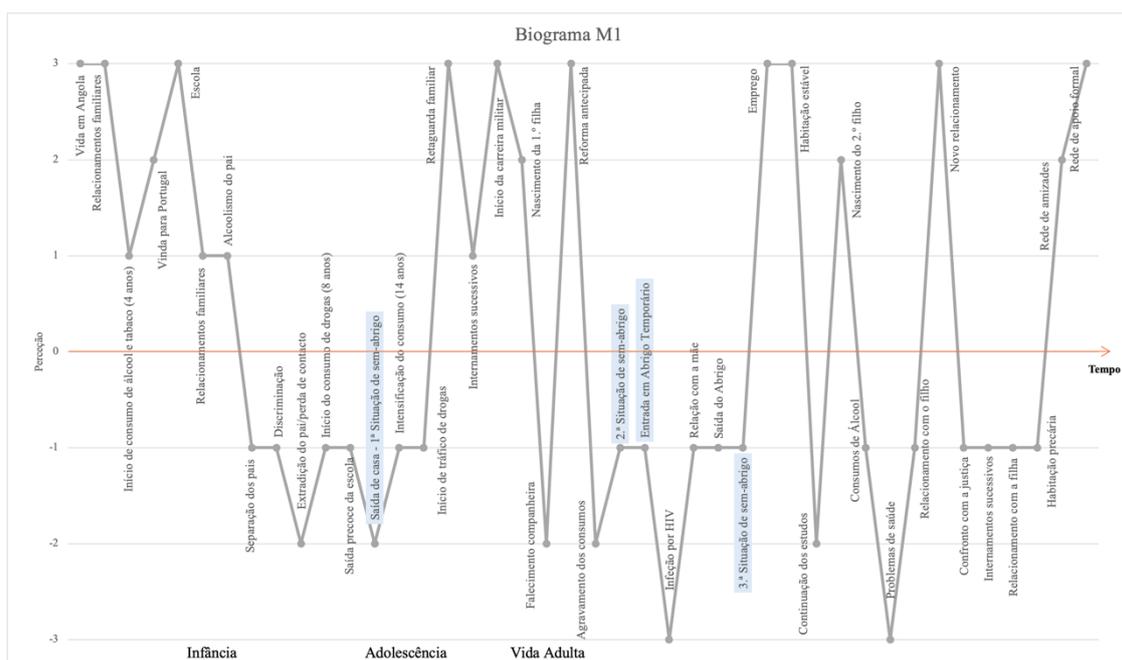
Apesar das adversidades, o relacionamento atual da F1 é descrito como um ponto de viragem positivo, funcionando como uma fonte de estabilidade emocional: “*Gosto muito do meu companheiro.*”. Em relação às *redes sociais informais*, estas desempenham também um papel importante na trajetória da F1. Durante a adolescência, a violência por parte da mãe e a expulsão de casa contribuíram para um isolamento crescente (-3). Paralelamente, a perda de figuras significativas, como os pais e uma irmã (-3) e a perda

do contacto e relação com outros membros da família (-3), foi percecionada como uma transição negativa: “*Não tenho família. Morreu o meu pai, a minha mãe, a minha irmã (...) E eu para eles eu estou bem*”. As suas redes de amizade são percecionadas como negativas (-2), reforçando o sentimento de isolamento: “*Tenho poucos. Não estão lá (...) Tenho de mim (...) Não tenho confiança (...) não dou confiança*”. A ausência de apoio social informal levou a F1 a depender das *redes sociais formais*, para alimentação, higiene e medicação (+2), oferecendo-lhe algum alívio em momentos críticos: “*Reformada por invalidez e recebo o RSI (...) Vou lá comer e banho (...) Recebi apoio do oxigénio. É a minha salvação.*”

Além disso, a inquirida menciona que é *discriminada* em várias situações, perpetuando a exclusão social e a marginalização: “*Olham de lado e fazem comentários. (...) Basta ir (...) a um café (...) que eles começam a falar.*”

A perceção subjetiva da situação de sem-abrigo por F1 varia de acordo com os diferentes momentos da sua vida. Enquanto ela atribui uma pontuação de (-1) ao primeiro episódio, as experiências subsequentes são avaliadas de forma muito negativa (-3), refletindo o agravamento das condições de vida. Atualmente, F1 vive numa garagem: “*É uma garagem (...) com um bocado de esponja.*” Para F1, as condições atuais de vida são muito negativas (-2), devido à falta de condições mínimas e à insalubridade do espaço.

A trajetória de vida da F1 reflete uma combinação de fatores de risco individuais e estruturais que a conduziram à situação de sem-abrigo. Os momentos de desfiliação social, visíveis na infância, adolescência e vida adulta, desempenham um papel central, evidenciando as ruturas nas suas redes de apoio e a dificuldade em reconstruí-las.



A trajetória de vida do M1, reflete um percurso marcado transições, eventos de vida e pontos de viragem que impactaram profundamente as suas condições de vida. O inquirido revela um percurso de vida marcado por flutuações significativas, com eventos positivos e negativos.

Na infância, o M1 percecionou a relação familiar como muito positiva (+3): *“Era muito boa. Os meus pais davam-se bem (...). Eu gostava muito do meu pai”*, mencionado que não enfrentou dificuldades financeiras na infância: *“nunca tive esses problemas (...) vivíamos bem”*. No entanto, foi marcada por *maus-tratos*, onde o pai o expôs precocemente a álcool e tabaco: *“O meu pai dava-me álcool e tabaco”*. Apesar de o percecionar como algo positivo (+1), reconhece que foi um ponto de viragem negativo na sua trajetória, uma vez que contribuiu para o *abuso de substâncias*, ao longo da vida: *“foi uma coisa que marcou (...) por isso é que eu tenho problemas de alcoologia.”*

Os *conflitos familiares*, relacionado ao alcoolismo do pai (+1): *“discutia com a minha mãe (...) Já tinha sete, oito anos e já me chateava com ele (...) Dizia... 'Então ainda vens todo bêbado e ainda vens tratar mal?’*, levaram à separação dos pais (-1) e à extradição do pai para Itália, resultando na perda de contacto com o mesmo (-2): *“Extraditaram-no para Itália (...) Nunca mais soube nada dele. Não sei se é vivo ou morto.”* Estas transições na dinâmica familiar marcaram o início de uma trajetória de consumos e o processo de desfiliação social. Além disso, a *discriminação* sofrida na escola por ser filho de pais separados (-1), também contribuiu para seu isolamento social: *“Naquela altura éramos um bocado discriminados.”*

A adolescência foi marcada por transições que agravaram a vulnerabilidade e a exclusão social. Aos oito anos iniciou o consumo de substâncias (-2): *“Com oito anos já fumava haxixe.”* Aos 13 anos, saiu de casa, tendo experienciado a primeira situação de sem-abrigo na adolescência (-2), sendo visto como um ponto de viragem negativo: *“Eu é que saí de casa com 13 anos. (...) Dormi numa casa abandonada, durante um ano.”* Aos 14, intensificou o consumo de substâncias, incluindo heroína e cocaína (-1): *“Depois comecei a fumar heroína, aos 14 anos, e cocaína.”* A saída precoce da escola, levou à *baixa escolaridade* (-1): *“nono ano (...) Porque fui para a tropa”* e o início do tráfico de drogas (-1): *“Para ganhar para o meu consumo, já trazia meio quilo na altura [14 anos]”*, foram também pontos de viragem negativos na sua trajetória de vida.

Apesar disso, refere que tinha uma boa retaguarda familiar, especialmente do avô (+3), que tinha recursos financeiros para apoiar com internamentos: *“O meu avô estava sempre a ajudar (...) Como ele tinha muito dinheiro, pagava-me os internamentos. Várias*

vezes.” Apesar desse apoio, as recaídas frequentes indicaram uma má desinstitucionalização e um padrão cíclico de vulnerabilidade: “*Estava internado. (...) foi por causa do álcool (...) passado poucos dias recaí logo (...) Não tinha apoio.*”

Na vida adulta, o M1 experienciou transições significativas e eventos de vida que trouxeram momentos de estabilidade temporária, mas também reforçaram a sua vulnerabilidade. A entrada para o *serviço militar* foi uma transição percebida como positiva, proporcionando estabilidade financeira (+3): “*Estive nas Operações Especiais. Tive dez anos.*” No entanto, a reforma antecipada, decorrente de ferimentos, representou uma transição ambivalente. Embora tenha garantido uma pensão estável, expôs o M1 à inatividade e à recaída no consumo de substâncias, referindo que continuou com o abuso de álcool (-1) e drogas (-2): *tenho problemas de alcoologia (...) não consumo há muitos anos, agora crack, volta e meia ainda fumo.*”

A sua *rede social informal*, foi impactada pelos comportamentos de risco ao longo da vida. O nascimento dos filhos foi visto como pontos de viragem positivos (+2), porém a morte da companheira, quando a filha tinha apenas dois meses, foi um ponto de viragem negativo: “*A minha namorada (...) morreu, tinha a minha filha dois meses.*” Enquanto a mãe do seu segundo filho, não permite que este tenha contacto com o mesmo devido aos consumos: “*A mãe não deixa eu falar com ele. (...) Eu consumia e o tribunal, pôs que não podia aproximar-me dele, senão podia ir preso.*” Desta forma o abuso do álcool veio dificultar a manutenção dos seus relacionamentos: “*O problema sou eu, por causa do álcool (...) Não tenho relação por eu beber e essas coisas.*”

Desta forma, a sua trajetória familiar é marcada pela perda progressiva de laços, tanto com os pais (-1) como com os filhos (-1), levando o M1 a um processo contínuo de desfiliação social: “*Nunca mais soube nada dele [pai] (...) Não sei se é vivo ou morto (...) a minha mãe passou-se (...) nem sabia o que era o HIV (...) a minha mãe disse 'na minha casa já não vens mais' (...) A minha Filha, [contacto] desde o ano passado (...) O meu filho, já há mais tempo, já há uns dez anos.*” Apesar disto, percebe a sua rede de amizades como algo positivo (+2): “*Sim. É positivo*”, assim como o relacionamento atual (+3): “*Agora tenho uma companheira (...) O problema sou eu por causa do álcool.*”

Quanto à *rede social formal*, refere experiências mistas, reconhecendo benefícios (+3), como alimentação, higiene e medicamentos: “*ia ao [instituição], comer, tomar banho e tive lá a viver (...) vou buscar medicamentos*”, porém critica a qualidade do apoio, apresentado uma relação ambivalente com os serviços de ação social, uma vez que

a falta de confiança e de relação empática é, a seu ver, um fator desestruturante: *“aquilo não estava muito a correr muita coisa (...) aquilo não batia bem.”*

Relativamente ao emprego ao longo da vida, o M1 teve uma carreira como militar de dez anos, mas foi forçado a se reformar antecipadamente devido a ferimentos (+3). Ao longo da vida, teve apenas mais um emprego estável durante cinco anos, onde obteve uma situação financeira relativamente confortável: *“estás aqui há dez anos em missões, eu vou-te passar a reforma [28 anos] (...) fui monitor também numa comunidade. Durante cinco anos (...) já ganhava 1.700 € por mês. (...) era um bom ordenado.”* A experiência como militar e o emprego estável foram considerados momentos positivos (+3) e representaram segurança financeira durante determinado período. No entanto, o inquirido vive apenas com a pensão de invalidez, que considera boa: *“tenho uma reforma boa. A situação hoje em dia está tudo muito, muito caro”*, mas sua situação continua vulnerável, uma vez que refere viver numa habitação partilhada sem condições.

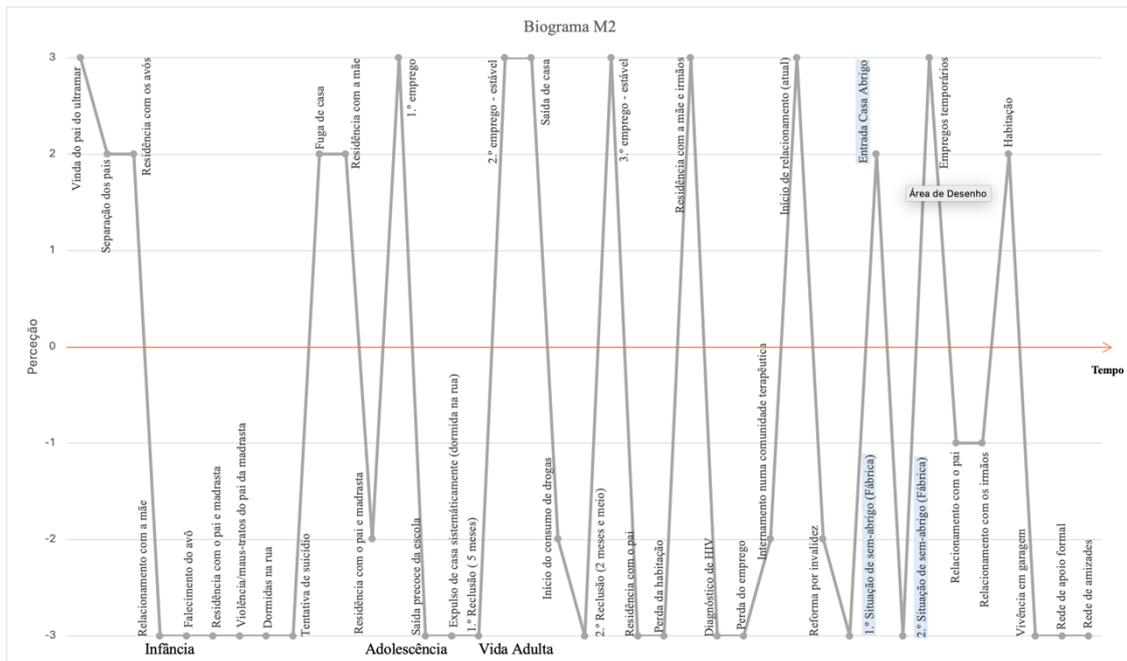
A situação de sem-abrigo vivida por M1 em diferentes momentos da sua trajetória de vida constituiu uma transição significativa, que intensificou os processos de exclusão social, marginalização e desfiliação. Esta experiência evidencia as dificuldades associadas à pobreza na vida adulta, agravada pela ausência de emprego estável, percecionada como negativa (-1): *“Já dormi na rua (...) Comecei a gastar o dinheiro todo que tinha.”* Além disso, o *mercado habitacional* e o elevado custo de vida surgem como fatores estruturais que agravaram a sua vulnerabilidade: *“está tudo muito, muito caro. (...) E ainda tenho sorte porque estou a pagar 200 € de quarto (...) Somos (...) cinco pessoas (...) O problema é as pulgas.”*

Em relação ao *estado de saúde* (-3), o M1 enfrenta várias complicações, muitas provenientes dos consumos que teve ao longo da vida, incluindo cirrose, HIV e problemas hepáticos: *“Tenho problemas de alcoologia (...) tive uma cirrose (...) Estive à porta da morte (...) Tenho o fígado dilatado outra vez e tenho pedra na vesícula (...) apanhado o HIV.”* Além disso, M1 relata sequelas físicas resultantes de experiências militares: *“leve um tiro aqui numa perna (...) e rebentou uma mina, apanhou-me (...) tenho aqui uma placa de titânio.”* Estas questões de saúde refletem um histórico de riscos associados ao contexto militar e de consumos ao longo da sua trajetória de vida.

Além disso, o M1 enfrenta atualmente um *confronto com a justiça* (-1), que também tornou a sua situação mais vulnerável. Relata ter um processo em tribunal, onde poderia enfrentar até cinco anos de prisão, relacionado ao tráfico de drogas: *“Tenho um*

processo agora em tribunal (...) eu nunca tinha comprado nada (...) Se não pagar, posso apanhar três a cinco anos.” Esse envolvimento com o sistema judicial representa mais um fator de instabilidade na sua trajetória, contribuindo para sua vulnerabilidade.

A trajetória do M1 revela uma vida marcada por ciclos de vulnerabilidade e exclusão social, onde o abuso de substâncias, a pobreza e a precariedade habitacional, se entrelaçam com a situação de sem-abrigo.



A trajetória de vida, do inquirido M2, é marcada por múltiplas transições, eventos de vida significativos e pontos de viragem que moldaram continuamente os seus caminhos e desafios. Pelo que esta é percebida, frequentemente, numa ótica de muito positiva ou muito negativa.

Na infância, o M2 passou por transições como a separação dos pais (+2) e a passagem da guarda para os avós (+2), uma vez que a mãe não tinha *possibilidades económicas*, que resultaram em mudanças no seu papel familiar e no ambiente em que vivia: “o meu pai separou-se da minha mãe (...) a minha mãe, como naquela altura, também não tinha grandes possibilidades (...) fiquei entregue ao meu avô e à minha avó.”

No entanto, o falecimento do avô (-3) marcou um ponto de viragem negativo na sua trajetória: “O meu avô em vez de morrer aos oito, tivesse durado mais dez anos, eu não tinha passado por nada daquilo.” uma vez que esta transição levou à sua residência com o pai e madrasta (-3), onde sofreu de *violência, abuso e maus-tratos*: “[pai] casou-se com a minha madrasta (...) ela era mesmo muito má para mim (...) O meu pai agarra num bastão e foi pela cabeça, foi por todo o sítio, foi onde calhou.” Este ambiente abusivo

levou à sua expulsão repetida de casa, culminando em episódios de dormida na rua (-3): *“Cheguei a dormir nas portas do cemitério lá da zona.”*

Esta trajetória de violência, abuso e maus-tratos familiares impactou a sua *saúde mental*, incluindo uma tentativa de suicídio aos 12 anos (-3): *“O ser posto na rua muito cedo. Isso traumatizou muito (...) Eu cheguei a ter uma faca apontada ao peito para me matar aos 12 anos (...) não via esperança nenhuma na minha vida.”* No entanto, atualmente menciona que se sente bem a nível psicológico: *“eu tenho estado sempre muito bem (...) tenho uma mentalidade forte e não me deixo ir abaixo.”*

A fuga de casa (+2) após uma agressão severa foi um ponto de viragem positivo, representado um rompimento com o ambiente de violência (-3) e um recomeço com a mãe (+2), que ele percebe como positivo: *“com 12 anos, a primeira vez que tive sair de casa (...) rebentou-me com o braço esquerdo todo, inchou-me o braço todo (...) A tarefa que o meu pai me deu naquela altura com o cinto, arrancou-me um bocado de carne (...) a minha mãe sempre foi muito humilde e sempre me tratou muito bem.”*

Durante a adolescência, a trajetória do M2 continuou a ser marcada por instabilidade. O retorno à casa do pai e da madrasta (-2) trouxe novamente os abusos e maus-tratos: *“As coisas não mudaram nada. Continuaram a ser piores, cada vez piores.”* Adicionalmente, o abandono precoce da escola (-3) representou uma transição negativa que restringiu as suas oportunidades futuras: *“Fiz o primeiro ano do ciclo (...) desisti da escola muito cedo”,* pelo que o inquirido refere que gostava de ter continuado os estudos: *“Gostava (...) já fiz cursos que equivalem ao sétimo e ao oitavo”*. Embora tenha iniciado uma trajetória laboral, percecionada como um ponto de viragem positivo (+3).

Na vida adulta, enfrentou novas transições e eventos de vida significativos, que aprofundaram a sua exclusão e desfiliação social. A *reclusão* (-3) foi um ponto de viragem negativo: *“Fui preso (...) em 86 (...) em 92 (...) Tive cinco meses e a segunda vez tive dois meses e meio (...) foi (...) um bocadinho traumatizante.”* Adicionalmente, o *abuso de substâncias* (-2) contribuiu para a intensificação de ciclos de exclusão, levando-o a internamentos que resultaram em recaídas, mencionando a má *desinstitucionalização*: *“Tive lá ainda quatro anos (...) mas comecei a ver, quanto mais tempo estou aqui, vou sair o mesmo que entrei. Não estava a sentir diferença nenhuma na minha vida (...) tive umas pequenas recaídas para não estar a mentir”*.

Relativamente aos empregos ao longo da vida, o M2 refere uma trajetória marcada por uma atividade profissional estável, com funções de soldador e eletricista (+3). Contudo, a condição de saúde afetou a sua capacidade de trabalhar, levando à sua reforma

antecipada e a realizar trabalhos ocasionais (+3): *“como já não me posso soldar, nem posso exercer a profissão que tenho (...). Mas sim, se me aparecesse um trabalhito, para matar o tempo e para ganhar mais algum.”* Porém, perde a possibilidade de realizar estes trabalhos, ficando a receber a pensão de invalidez e o complemento solidário para idosos, que considera insuficiente, tendo muitas das vezes recorrer a atividades informais, como arrumar carros, para sobreviver: *“E muitas das vezes (...) ando aqui a arrumar carros, para ganhar mais alguma coisa e muitas vezes nem como nada.”*

Além disso, a *mercado habitacional* funcionou como um fator de risco na sua trajetória de vida. A exclusão habitacional é intensificada na vida adulta, após a perda de emprego (-3) e o diagnóstico de HIV, que refere ter sido um ponto de viragem negativo (-3), pelo que o seu *estado de saúde* teve um impacto negativo na sua vida: *“Quando dei pela doença, já estava às portas da morte (...) quando o HIV aparece (...) começou a mexer muito comigo (...) e então aí eu pensei a minha vida já está estragada. E estragou”.*

Desta forma, foi após estes eventos de vida que o M2 experienciou a primeira situação de sem-abrigo, percecionada como muito negativa (-3) referindo ter vivido em diferentes locais improvisados, como uma fábrica, uma carrinha, um abrigo e, recentemente, uma garagem: *“Tivemos de dormir na fábrica (...) abrigo (...) uma noite dentro de uma carrinha. E a partir daí aparece a garagem.”* O despejo da sua habitação anterior foi um ponto de viragem negativo (-3), causado por uma decisão do proprietário de remodelar o prédio para lucrar mais: *“sair porque (...) remodelar o apartamento (...) alugar isto a estudantes.”* Tendo ido para a garagem: *“Comecei a dormir na garagem”.*

O fator de risco mercado habitacional, é também observado quando o inquirido refere os preços elevados das casas, destacando a sua dificuldade em arranjar uma habitação estável com condições: *“Estou farto de procurar (...) é tudo para estudantes e aquilo que não é para estudantes, é extremamente caro (...) mesmo rendas baratas (...) pedem-me um mês de renda e mais dois meses de caução. E muitas vezes até me pedem um fiador. (...) mesmo o que recebemos não dá, não dá mesmo.”*

A *rede social*, formal e informal, do M2 também reflete os processos de desfiliação, exclusão e marginalização. Em relação à sua rede social formal, o M2 reconhece a relevância do apoio institucional em aspetos como o abrigo temporário, alimentação e higiene, relatando que conseguiu recorrer a serviços formais para suprir as suas necessidades: *“Conseguimos ajuda em (...) abrigo (...) alimentação, higiene.”* No entanto, a sua perceção da rede formal é negativa (-3), uma vez que refere insatisfação, tanto pela qualidade do apoio recebido quanto pela postura de alguns profissionais, assim

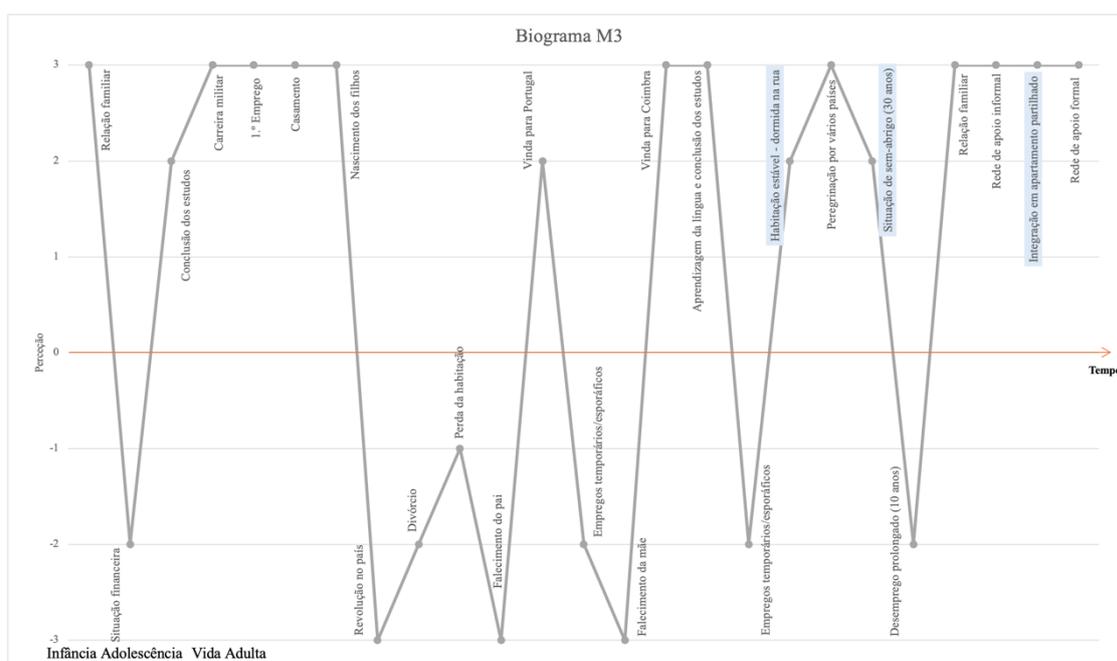
como referindo que não tem apoio em obter uma habitação: *“Trataram muito mal, dos próprios profissionais, também da parte dos utentes. Agora, casa, casa não.”*

A rede social informal do M2 apresenta-se como fonte de apoio ambivalente ao longo da sua trajetória, oferecendo momentos de apoio, mas também evidenciando fragilidades e ruturas significativas. Durante a infância, M2 contou com o apoio emocional e material da sua mãe e avós (+2 e +3), porém a relação com o pai e madrasta foi marcada por violência, maus-tratos e abuso (-3).

No decorrer da sua trajetória, o contacto com a família foi enfraquecido. Embora mantenha alguma relação com a mãe, a conexão com o pai e os irmãos é praticamente inexistente: (-2) *“o meu pai, que ultimamente não sei nada dele (...) Agora, os meus irmãos, não consigo ter (...) não contactam comigo.”* Refere, ainda, que não tem uma rede de amizades (-3): *“são frias. São pessoas frias.”* E que se sente *discriminação* por parte da sociedade: *“as pessoas, a maneira como as pessoas olham para nós”*.

Por outro lado, encontra estabilidade emocional e apoio na sua companheira, com quem vive há 27 anos (+3). Descreve a relação como uma fonte de felicidade: *“Está há 27 anos comigo (...) A única felicidade que tenho tido ainda é ter a mulher que tenho”*.

A trajetória do M2, reflete um percurso contínuo de desfiliação social. A falta de uma rede de apoio, a exclusão habitacional, a violência familiar, os desafios de saúde e a discriminação são elementos que contribuiram para a sua vulnerabilidade. Apesar disso, a resiliência de M2 é evidente.



A trajetória de vida do M3 reflete um percurso marcado por eventos significativos, transições e pontos de viragem que influenciou a situação de sem-abrigo. A trajetória tem

início numa infância marcada por uma boa relação familiar, que considera sagrada e unida (+3). *“Família é uma coisa sagrada. Não se brinca com família. Família é família.”* Contudo, enfrentou como fator de risco a pobreza, desde cedo: *“a comida foi à fila, a comprar e está a fazer fila para comprar leite ou comprar coisas. Mas foi dinheiro, mas não foi comida.”*

O inquirido M3 valoriza a sua educação, considerando positiva a conclusão dos seus estudos no seu país de origem (+2) e em Portugal (+3). Manifestando, ainda, o desejo de prosseguir os estudos: *“Quero o curso de Belas Artes. Eu vou tirar.”* Apesar disso, a sua trajetória laboral foi marcada por precariedade e por discriminação, após sair do seu país de origem.

Na vida adulta, o M3 passou por transições marcantes, como o *serviço militar* obrigatório (+3), visto como positivo, apesar de referir que foi uma experiência marcante e difícil: *“Fui na tropa (...) aconteceu três coisas grande e mau (...) foi um terramoto. Foi um inverno com muito frio. E também de Chernobyl (...) fui fronteira.”* Apesar dos desafios, ele enfatiza a resiliência emocional: *“Eu posso. Eu posso controlar esta coisa [cabeça]. Tem esta capacidade a controlar esta coisa... psíquico. Nunca está a tomar comprimidos. Nunca está a falar com médicos só para esta coisa.”*

Foi durante esta fase da vida que o M3 refere pontos de viragem positivos, como o primeiro emprego (+3): *“Eu fui electricista, telecomunicações [Roménia]”*, o casamento (+3) e o nascimento dos seus filhos (+3). Contudo, viu como ponto de viragem negativo a revolução (-3) que existiu no país, que resultou na perda do emprego, da habitação (-1), além do *divórcio* (-2): *“Caiu, caiu o regime caiu e eu caí. E eu foi alto e caí foi com dor. (...) Divorciado (...) foi efetivo.”*

O inquirido refere que, na Roménia, exerceu a profissão de electricista e de telecomunicações, mas a migração para Portugal representou uma transição significativa. Inicialmente motivada por expectativas de trabalho, o M3 foi confrontado com situações de exploração e discriminação: *“Cheguei aqui para trabalhar (...) mas foi enganado (...) maltratados.”* A precariedade *laboral e habitacional* (-2) é evidente: *“Sem trabalho (...) mais ou menos dez anos. (...) Tinha um apartamento também com vários.”* O M3 também enfrentou discriminação, intensificada pela sua pertença a um grupo minoritário (romeno com nacionalidade russa), o que dificultou a sua integração social e profissional: *“Apanhar azeitonas (...) mas foi enganado (...) maltratados.”* Ele reflete ainda sobre como a aparência impacta a sua interação social: *“Eu estar vestido assim eu não vou ganhar nada na rua (...) mas quando estou bem vestido, amigos.”*

O longo período de desemprego, agravado por problemas de saúde, contribuiu para sua exclusão social: *“Mais ou menos dez. (...) Desempregado (...) por causa de doença (...) Agora tenho problemas com a mão.”* Mostra também uma desconfiança em relação ao sistema de saúde: *“Quem pode ajudar é Deus? Mas médicos não.”*

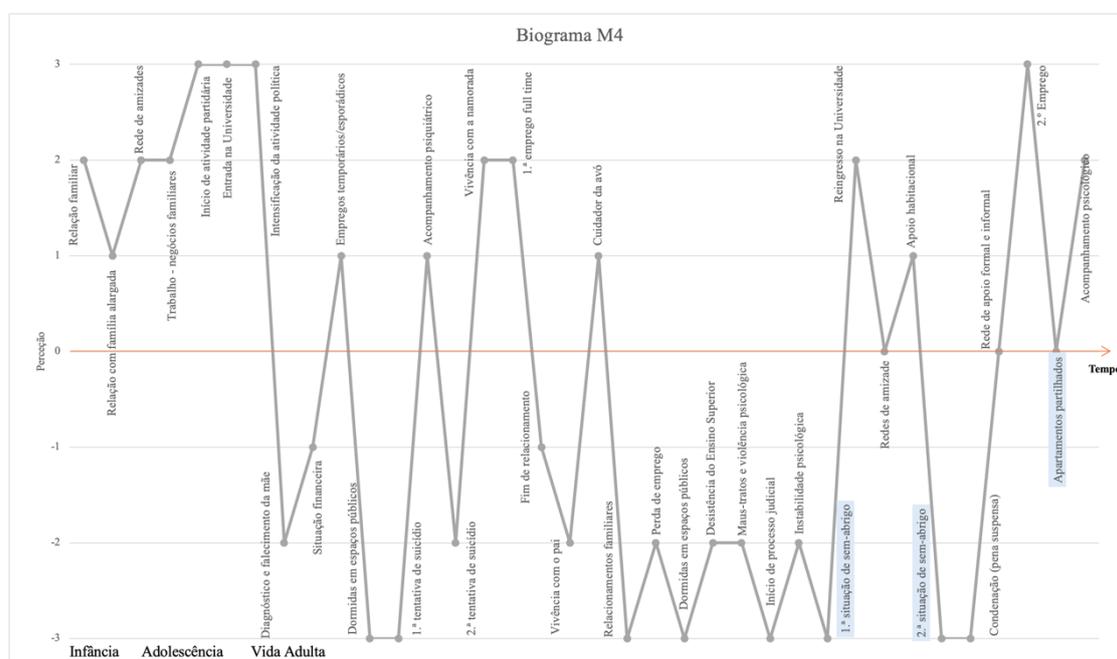
Relativamente à rede social informal, esta é marcada pela rutura de laços familiares, após o divórcio e do falecimento dos pais (-3): *“em Portugal, faleci minha mãe. Meu pai já foi Roménia.”* A relação de M3 com a família é marcada por uma visão sagrada, embora ele admita ter poucos amigos, mas de qualidade: *“Família é uma coisa sagrada. (...) Não tenho muitos, mas de qualidade (...) meu melhor amigo é Deus e carteira.”* Apesar disso, o inquirido mantém contacto com os filhos e netos (+3) através da tecnologia: *“Tenho um filho e uma filha (...) duas netas e dois netos (...) agora com telemóvel (...) é muito fácil para falar em direto.”* A sua rede social é limitada, mas valoriza os laços existentes e reconhece a sua importância. Menciona, também, que a sua família respeita a sua decisão de viver na rua: *“sou o homem que ninguém não me pode influenciar e eu também não estou a influenciar a vida do outro (...) Sabe e tem confiança em mim que eu sou um homem forte e não vou ser uma vergonha para eles.”*

O M3 viveu cerca de 30 anos em situação de sem-abrigo, em vários países (+3), referindo que mesmo tendo uma habitação preferia dormir na rua (+2), uma vez que dá acesso a outras oportunidades, aprendizagens e amizades, mostrando como a experiência da situação de sem-abrigo é subjetiva: *“30 anos de peregrinações. Portugal não foi o único país onde estava a viver à rua (...) que podes fazer, num apartamento, num quarto? Televisão, telemóvel, quatro paredes, uma janela. (...) O que é isto? Isto é vida? Em quatro paredes? (...) melhor a andar a rua e a viver a rua. Este coisas não podes aprender dentro de um autocarro ou um carro ou comboio (...) eu gostei a viver a rua.”*

Apesar disso, ele reconhece a importância do apoio formal, vendo a oportunidade de habitação como um ponto de viragem positivo (+3): *“Apartamento partilhado (...) não vou perder esta oportunidade.”* Este momento pode ser considerado um ponto de viragem positivo, uma vez que mostra o desejo de fazer novas coisas: *“Tenho coisas a fazer e não vou perder esta oportunidade.”* Ao longo da sua trajetória, o M3 teve uma relação ambivalente com as instituições de apoio. Ele reconhece a importância do RSI e da ajuda institucional para evitar voltar à rua, mas refere que o apoio existente nunca será suficiente: *“Agradeço a Deus [instituição] me ajudar para, para não ficar na rua (...) Nunca vai ser suficiente.”*

Os fatores de risco estruturais, como a pobreza: “*Todos estamos com dificuldades económicas.*”, o desemprego e os baixos salários (-2): “[Portugal] mas foi enganado (...) não está a pagar. (...) Toda a pessoa tem esta dificuldade. (...) Quando se fala de trabalho, já é uma coisa frágil, delicada. (...) Sem Trabalho (...) mais ou menos dez anos.” e a precariedade habitacional: “*tinha um apartamento também com vários.*”, exerceram grande influência na trajetória do M3.

A trajetória do M3 ilustra como a experiência de sem-abrigo é profundamente subjetiva e moldada por fatores individuais e estruturais. Embora a vida na rua tenha proporcionado a M3 uma sensação de liberdade, novas aprendizagens e amizades, ela também está imersa em desafios, como a pobreza, o mercado habitacional, o desemprego e a discriminação.



A trajetória de vida do M4, foi marcada por transições, eventos de vida significativos e pontos de viragem que influenciaram profundamente a sua trajetória e a sua percepção. A sua trajetória revela uma alternância entre momentos de estabilidade e adaptação e períodos de rutura.

Desde a infância, o M4 vivenciou transições familiares complexas. Apesar de descrever a sua família como “normal” e sem dificuldades financeiras (+1 e +2): “*eu nasci numa família, diga-se normal (...) Não era abastado, mas vivi sempre normalmente, nunca faltou a comida em casa por questões financeiras*”, relata diferenças de tratamento, sobretudo por parte dos avós, que se veio agravar na fase adulta: “*a parte da família de meu pai (...) não era a melhor (...) havia situações onde a minha avó e o meu avô não me*

queriam levar a mim. Só queriam levar o meu irmão. A minha mãe é que equilibrava sempre o peso da balança e lutava muito por isso.”

O inquirido M4 teve acesso à educação regular, tendo completado o 12.º ano e ingressado na Universidade (+3): *“Estudei normalmente até ao 12.º ano. Depois fui para a universidade.”* No entanto, os seus estudos acabaram por ser interrompidos pelas dificuldades vivenciadas após o diagnóstico e falecimento da mãe (-2), visto como um ponto de viragem negativo, que não apenas desestruturou a rede familiar, mas também agravou a vulnerabilidade financeira e emocional do M4: *“no meu primeiro ano da licenciatura de Direito em Lisboa (...) a minha mãe é lhe detetado um cancro nos intestinos e a partir daí praticamente foi mais um ano e meio (...) até ela falecer.”* Esta transição levou-o a ter *trabalhos precários e temporários (+1)* para tentar suprir as necessidades básicas, o que dificultou o seu foco nos estudos: *“Comecei a fazer part times em Lisboa (...) Não era uma coisa mesmo certa ao final de um mês (...) De vez em quando também fazia algum biscate (...) nada de nada regular (...) recebia pouco.”*

Face ao falecimento da mãe, o M4 refere o início das suas *dificuldades financeiras*: *“quando a minha mãe morre, a situação financeira podia estar ali um bocado mais gasta (...) nessa altura também deixei de ter dinheiro para pagar as minhas contas mesmo, quer seja estudos, alimentação, porque recebia pouco (...) Eu cheguei haver dias em que não tinha [alimentação], porque eu não tinha dinheiro nenhum.”* E intensificou a relação conflituosa com o pai (-2) *“a relação com o meu pai também não estava muito boa (...) era conflituoso”*.

A convivência com a avó doente, de quem se tornou cuidador (+1), trouxe novos desafios. Apesar de assumir a responsabilidade: *“a minha avó não se podia mexer, porque tinha sido operada a anca (...) Apesar de eu não ter assim tanta relação com a minha avó e tudo mais, achei que devia ser eu a fazer.”* Enfrentou *maus-tratos e violência psicológica* por parte da mesma (-2): *“por muito que eu quisesse ter uma relação estável... a minha avó tentava sempre que essa relação não existisse”*. Este contexto de episódios de ofensas e discussões constantes (-3), culminou em situações como dormir em espaços públicos (-3) para evitar conflitos.

Face ao clima familiar: *“ofensas e isto tudo existia da parte deles, regularmente e tudo mais, os dois, do meu pai e da minha avó”* e ao histórico de *saúde mental*, incluindo episódios graves de depressão (-3) e tentativas de suicídio (-3 e -2): *“fui ao Centro de saúde e eles disseram ‘você está demasiado deprimido’ (...) Tomei alprazolam, foi a caixa toda de uma vez (...) decidi repetir com risperidona”*, M4 perde emprego (-3), que

inicialmente era visto de forma positiva (+3): *“comecei a ficar desgastado emocionalmente (...) e pedi baixa (...) eles não renovaram o vínculo laboral comigo.”*

A rutura familiar foi agravada por um processo judicial, de violência doméstica, que resultou numa pena suspensa de três anos (-3). Este evento, motivado por conflitos recorrentes com o pai e a avó, representou um ponto de viragem negativo que intensificou a sua fragilidade emocional e financeira, contribuindo para o avanço do seu processo de desfiliação social: *“recebo uma chamada do meu pai a dizer (...) ‘Já fui à polícia apresentar queixa de ti’ (...) gera (...) um processo judicial (...) é declarada a medida...estar fora de casa (...) Eu fui condenado a três anos de pena suspensa”. O desfecho judicial levou à proibição de acesso à sua habitação, levando-o a experienciar a primeira situação de sem-abrigo (-3). Pelo que vê o sistema judicial o principal culpado da sua situação: *“A nível judicial, nunca ninguém se preocupou...Para as medidas de coação serem decretadas, basta um mero indício, não é preciso provar-se (...) Isto, a meu ver (...) é grave e a nível social e sociológico cria um sem-abrigo.”**

Adicionalmente, refere no decorrer da sua trajetória a perda de estabilidade habitacional, referindo o *mercado habitacional*, que resultou em múltiplas formas de habitação precária, como viver em tendas, hostels e em casa de amigos/namorada: *“Eu cheguei a passar noites no aeroporto (...) tive de ir viver para casa da minha namorada (...) estive a viver em casa de um colega, assim só mesmo por favor (...) fui viver para uma tenda (...) O hostel era bacana, a pensão era péssima, horrível. Até tive baratas a passar debaixo (...) móveis partidos, banheiras partidas (...) estive num quarto com três pessoas (...) deixei de ter possibilidade de pagar a casa, estive lá dois meses e depois aí fiquei novamente sem-abrigo.”* Pelo que, como consequência da *pobreza*, o M4 enfrentou momentos de fome: *“Eu cheguei haver dias em que não tinha, porque eu não tinha dinheiro nenhum. Eu não tinha, eu não tinha almoço”*.

A *rede social informal* do M4, que inclui as suas relações pessoais com amigos, familiares e ex-companheiras, foi instável e muitas vezes marcada por conflitos. Desde a infância que o M4 refere ter uma rede de amizades (+2): *“Eu tinha o meu grupo de amigos (...) Nunca fui uma pessoa de ter muitos grupos, digamos assim, mas tinha os meus amigos”* e com alguma atividade política, que representam integração social e um espaço de pertencimento (+3): *“tinha atividade política porque fazia parte de uma juventude partidária.”* Este grupo representava uma forma de apoio emocional e social, embora não tenha sido suficiente para garantir a sua estabilidade a longo prazo.

O M4 destaca também o apoio recebido de amigos em momentos difíceis: “*Eu estive a viver em casa de um colega, assim só mesmo por, por favor... até ao final do mês a ir para casa de uns colegas*”, mas este apoio é percecionado como neutro (0), dado o seu carácter temporário e incapaz de oferecer uma estabilidade duradoura. Em relação à sua ex-namorada (+2), que lhe deu apoio emocional e habitacional, o M4 sentia-se um encargo para a mesma: “*Fui viver para casa da minha namorada (...) e depois também eu sentia-me um peso morto também para a minha namorada*”, pelo que atualmente encontra-se *solteiro*, com o fim da relação (-1).

A relação do M4 com a sua família, especialmente após a morte da sua mãe, foi marcada por conflitos e violência, com o rompimento dos laços familiares e com o início do processo de desfiliação social. Este ambiente foi marcado pelo afastamento do irmão, a relação conflituosa com o pai e a violência psicológica da avó: “*O meu irmão nunca tive contacto. A relação com o meu irmão já estava deteriorada (...) Por intrigas também que a minha avó (...) ia gerando (...) a minha vida em casa começou a ser um degredo*”.

A *rede social formal*, percecionada como neutra (0), foi composta por instituições e serviços que desempenharam papéis relevantes em diferentes momentos. No entanto, este apoio foi frequentemente percecionado limitado ou ineficaz. Um exemplo foi o apoio da LNES (Liga Nacional de Emergência Social), que encaminhou o M4 para um *hostels* e pensões em vários distritos do país: “*E tudo isto andou assim ao ponto de eu ligar para a LNES e elas dizerem 'Você ainda anda aqui' (...) E digo-lhe 'então mas diga-me lá qual é que é o município do sem-abrigo?'*”. Apesar de garantir a sobrevivência imediata, o M4 sentiu que a ajuda foi marcada por uma falta de direcionamento ou continuidade: “*Vou ligar para as linhas de apoio... aquilo não estava disponível. Aquilo não funcionava. (...) Nessa altura existia um passar de bola assim, um ping pong comigo.*” Após a vinda para Coimbra, foi apoiado a nível de emprego (+3) e habitação (0): “*Depois marcaram-me reuniões com as associações... Já tinha ido ao IEFEP, arranjei um curso (...) Asseguram-me aqui a casa (...) Apartamentos partilhados (...) mas já estou a ver de uma casa para mim.*” E destaca a importância do acompanhamento psicológico (+2), que contribuiu para o seu bem-estar emocional nos momentos de maior fragilidade.

O inquirido M4 enfrentou episódios de *discriminação*, destacando a falta de compreensão e empatia em relação à sua situação: “*Falava comigo no sentido de tipo 'ah e tal, vocês é que têm de fazer pela vossa vida'. Sem saber minimamente o que é que se estava a passar comigo (...) 'têm de fazer pela vossa vida, têm que ir trabalhar' (...) Eu tinha andado à procura de emprego o ano passado todo.*”

O M4 vivenciou vários pontos de viragem positivos ao longo da sua trajetória. Entre eles, destaca-se o retorno ao Ensino Superior através do programa “Maiores de 23”, que permitiu o seu ingresso na universidade (+2): *“Universidade... no meio desta história toda, eu decidi fazer o maior de 23 (...) E entrei.”* Outro ponto de viragem importante foi a conquista de um emprego por intermédio do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que ofereceu a possibilidade de recuperação da sua autonomia financeira. Em relação à habitação, é apoiado pelo programa apartamentos partilhados, mas procura habitação para se autonomizar: *“mas já estou a ver de uma casa para mim.”*

A trajetória do M4 reflete uma luta constante contra adversidades significativas, que incluem rutura familiar, instabilidade habitacional, dificuldades financeiras e saúde mental. Apesar dos inúmeros desafios, mostra resiliência, ao lutar por oportunidades como o retorno aos estudos e a reintegração no mercado de trabalho. No entanto, percebe uma insuficiência das suas redes sociais formais e informais.

2. Perceção do “eu”

A análise da perceção do “eu” das pessoas em situação de sem-abrigo revela uma grande diversidade de sentimentos e formas de interpretar a sua situação. Esta multiplicidade reflete-se tanto na forma como os inquiridos se identificam (ou não) como pessoa em situação de sem-abrigo, como na maneira como percebem as suas trajetórias de vida, as suas qualidades e limitações.

Os(as) inquiridos(as) apresentam uma oscilação entre se identificarem ou não como pessoas em situação de sem-abrigo, refletindo a complexidade e a subjetividade desta categoria. Por exemplo, o M2 apresenta uma ambivalência na sua autoperceção, afirmando: *“Não me considero um sem-abrigo porque não estou a dormir na rua.”*. Contudo, reconhece a precariedade da sua situação, ao admitir que *“uma garagem não é uma casa.”*. Já o M4 oferece uma definição mais abrangente: *“Eu continuo a considerar que sim, apesar de não estar efetivamente, porque estou a ter acesso a uma oportunidade de uma associação (...). Acho que se sai dessa condição quando se tem a vida minimamente organizada e um teto por nós.”*

Esta divergência evidencia que a identidade de “sem-abrigo” não é apenas um estado material e habitacional, mas também uma condição psicológica e social. Entre os inquiridos(as), a maioria (M1, M2, M3) não se identifica atualmente como pessoa em situação de sem-abrigo, apesar de apenas um deles residir num quarto; os restantes vivem em condições extremamente precárias, numa garagem (M2) ou estão acolhidos em

instituições (M3). Já dois entrevistados (F1 e M4) reconhecem-se como pessoas em situação de sem-abrigo, pelo que um vive numa garagem e outro numa instituição, destacando a diversidade de vivências e interpretações desta realidade. Do mesmo modo, todos os inquiridos(as) consideram que em alguma fase da sua vida já se encontraram em situação de sem-abrigo.

Os participantes têm uma visão diversa de si, tanto positiva, negativa ou ambígua, reconhecendo tanto as suas limitações quanto as suas forças. Enquanto alguns mantêm uma visão predominantemente positiva, destacando qualidades como força, resiliência, dignidade e capacidade de enfrentar desafios, outros expressam perceções negativas, marcadas por sentimentos de infelicidade, arrependimento e autocrítica.

A inquirida F1 apresenta uma perceção negativa de si mesma. Descreve a sua vida com um tom de desânimo, destacando a falta de apoio e a solidão. Faz, também, referência a uma infância em que foi feliz apenas até os sete anos, sugerindo que a sua visão de si e da vida é fortemente influenciada por eventos passados. Afirmando que a sua principal preocupação é *“É a minha vida”*.

O M1, embora tenha uma visão relativamente positiva de si, não ignora as dificuldades que enfrentou. Afirmo que não se arrepende de nada: *“Não me arrependo nada (...) eu sempre me orientei. Mesmo sem, sem apoio”*, mas reconhece os problemas que surgiram ao longo da sua vida, como o impacto do álcool, revelando resiliência e autoaceitação: *“O problema sou eu por causa do álcool”*.

O inquirido M2 apresenta uma visão mais negativa de si, marcada pela perceção de que a sua vida não foi feliz: *“Agora felicidade não. Não sou feliz. Por todos estes anos todos de vida que tenho tido, por tudo o que me aconteceu na vida, não me posso considerar feliz (...) isto é uma vida miserável. É uma vida miserável.”* Apesar disto, o M2 destaca-se pela sua resiliência: *“Sou uma pessoa que sei que tenho uma mentalidade forte e não me deixo ir abaixo (...) Que eu sempre tentei ser uma pessoa dedicada, sempre me mantive (...) não sou propriamente uma pessoa de desistir (...) Porque acho que não tem lógica nenhuma a gente desistir da vida”*.

O M3 tem uma perceção predominantemente positiva de si. Destaca características como carisma, simpatia e a capacidade de socializar, afirmando: *“Tenho carisma, atraio simpatia, sou simpático (...) sou sincero (...) gosto de socializar e eu sou pacífico, por isso tudo pessoa gosta de mim”*. Além disso, vê-se como um alguém que mantém a força e a coragem, enfrentando as adversidades da vida com determinação: *“Eu sou um guerreiro de luz. É sempre à frente com bandeira em cima.”*

Por fim, o inquirido M4 possui uma visão ambígua de si, refletindo sobre as dificuldades da sua situação com uma atitude mais filosófica e crítica, afirma: *“Nós temos sempre que garantir que continuamos a sentirmo-nos como humanos e isso é super relevante.”* O M4 vê a vida como uma série de batalhas, nas quais se envolve com determinação, seja em nome das suas próprias lutas, seja pelas dificuldades de outros: *“Seguia em frente, escolhia todas as batalhas. Tudo era uma batalha e íamos com elas todas para a frente.”* No entanto, também revela a dor e o impacto da sua situação, ao expressar: *“Isto é ridículo, eu tenho-me aguentado demasiado tempo (...) nunca quiseram saber de mim (...) eu estou completamente sem direitos nenhuns, tiram-me a casa, tiram-me tudo, criam esta situação.”* Apesar da revolta, M4 continua a lutar para manter uma perspetiva positiva: *“Nós agarramo-nos a réstias mentais, alguma coisa. E a nível mental, nós temos de manter sempre o olho no horizonte. Quando deixamos de ter o olho no horizonte, vamos completamente abaixo.”*

3. Análise dos fatores de risco da situação de sem-abrigo

Fatores individuais

1.1 Idade (5/5)

Dos cinco participantes, três (M2, M3 e M4) enfrentaram a situação de sem-abrigo pela primeira vez na vida adulta, enquanto um (F1) passou por essa experiência ainda na adolescência e outro (M1) ainda na infância. Além disso, dois inquiridos (M1 e M2) reportaram episódios de dormir na rua durante a infância e adolescência.

Ao analisar a perceção subjetiva da situação de sem-abrigo, é evidente que a experiência é avaliada de formas divergentes. A F1 e o M1 atribuem uma pontuação de (-1), embora a F1 percecionasse seguintes episódios da situação de forma muito negativa (-3). O M2 e o M4 avaliam a situação como muito negativa (-3). Pelo que o M1 e o M2 já estiveram integrados em abrigos temporários, pelo que percecionam esse evento como (-2) e (-3), respetivamente. Por outro lado, o M3 apresenta uma visão contrastante, atribuindo uma pontuação moderadamente positiva à situação de sem-abrigo (+2).

Atualmente, dos cinco inquiridos(as), dois encontram-se sem-casa (M3 e M4), enquanto outros dois encontram-se a viver em situações precárias, como garagens (M2 e F1) e num quarto sem condições dignas de vida (M1).

As perceções individuais sobre essas condições variam significativamente, refletindo diferentes graus de insatisfação e adaptação. O M1 atribui uma pontuação ligeiramente positiva (-1), evidenciando desconforto, mas reconhecendo algum nível de

estabilidade. A F1 (-2) e o M2 (-3) percebem as suas situações como negativas devido à falta de condições mínimas e à insalubridade dos espaços. Por outro lado, o M4 avalia a sua situação como neutra (0), possivelmente pela expectativa de melhorias futuras. Já o M3 apresenta uma percepção muito positiva (+3), encarando como uma oportunidade.

1.2 Estado Civil (4/5)

Entre os(as) cinco inquiridos(as), quatro estão legalmente solteiros (F1, M1, M3 e M4). Pelo que dois estão atualmente em relacionamentos (F1 e M1), que descrevem como muito positivos (+3). Um inquirido está solteiro (M4), associando a sua relação passada a algo positivo (+2), e outro está divorciado (M3), atribuindo a essa transição uma pontuação negativa (-2). E um dos inquiridos vive em união de facto (M2) e, vê a sua relação como uma fonte de felicidade e apoio (+3).

1.3 Educação (3/5)

Entre os(as) cinco inquiridos(as), verifica-se uma diversidade nos níveis de escolaridade: um tem 1.º ciclo do ensino básico completo (F1); um abandonou os estudos no 4.º ano, mas mais tarde concluiu o 2.º ciclo (M2); um completou o 3.º ciclo (9.º ano) e posteriormente o 10.º ano (M1); e dois possuem o ensino obrigatório completo (12.º ano), e um deles frequenta atualmente o ensino superior (M4).

Entre os participantes, três reportaram abandono escolar precoce, devido a fatores económicos e familiares: o M2 (-3), o M1 (-2) e a F1 (-2). Por outro lado, o M3 considera positiva a conclusão da sua educação na Roménia (+2) e em Portugal, onde valorizou a aprendizagem da língua e a equivalência dos seus estudos (+3). O M4 destacou o impacto muito positivo de (re)ingressar na universidade (+3).

Todos os participantes (F1, M1, M2, M3, M4) manifestam o desejo de continuar ou de retomar os estudos, reconhecendo a importância da educação no acesso a melhores oportunidades. Adicionalmente, dois dos(as) cinco inquiridos(as) (F1, M2) destacam que um nível de escolaridade mais elevado poderia ter proporcionado melhores condições de vida, sublinhando o impacto positivo que a educação pode ter na mitigação da exclusão social e na prevenção da situação de sem-abrigo.

1.4 Serviço Militar (2/5)

Entre os(as) cinco inquiridos(as), dois fizeram carreira militar (M1 e M3) e ambos atribuindo uma percepção muito positiva (+3) às suas trajetórias militares. Porém, os dois relataram experiências traumáticas que marcaram as suas trajetórias, incluindo acidentes

que resultaram em graves lesões físicas, que levaram à reforma antecipada (M1) e situações extremas durante o serviço (M1 e M3).

1.5 Pertença a um grupo minoritário (2/5)

Apenas dois, dos cinco participantes, pertencem a grupos minoritários (M1 e M3). O M1 nasceu em Angola e possui dupla nacionalidade, embora não tenha referido qualquer experiência significativa de discriminação em Portugal. O M3, natural da Roménia e com nacionalidade russa, partilhou a sua experiência de tratamento discriminatório, especialmente no que diz respeito ao acesso ao trabalho.

1.6 Situação de acolhimento (1/5)

Dos cinco participantes, apenas um (F1) esteve em acolhimento residencial, tendo uma perceção moderadamente positiva (+2). A inquirida relata que passou grande parte da infância numa instituição, uma vez que os pais não tinham condições financeiras e que, ao sair, interrompeu os estudos para começar a trabalhar.

1.7 Conflitos, violência, abuso e maus-tratos (4/5)

Tal como mencionado no modelo ecológico da situação de sem-abrigo, as crianças que fogem de casa devido a abusos pode levar à situação de sem-abrigo (M2). Além disso, as mulheres em situação de sem-abrigo apresentam taxas elevadas de abuso sexual na infância e de violência doméstica (F1), agravando a sua vulnerabilidade.

Dos(as) cinco inquiridos(as), quatro (F1, M1, M2, M4) relataram ter experienciado algum tipo de maus-tratos, seja abuso físico, violência doméstica, negligência ou conflitos familiares durante a vida.

A F1 relatou ter sido vítima de violência familiar, incluindo ser posta fora de casa pela mãe (-3). Adicionalmente, o relacionamento abusivo que viveu em idade adulta agravou a sua vulnerabilidade (-3). O inquirido M1, apesar de relatar episódios como o alcoolismo do pai e o fornecimento de álcool e tabaco desde cedo, atribuindo perceções ligeiramente positivas a estas vivências (+1). O M2 descreveu uma infância marcada pela violência física do pai e da madrasta, experiências que avalia com uma perceção muito negativa (-3), além de ter sido forçado a dormir na rua (-3). Contudo, a fuga de casa é vista como uma decisão positiva (+2), representando um ponto de viragem para escapar a um ambiente abusivo. O M4 enfrentou conflitos familiares constantes, marcados por violência psicológica do pai e da avó (-2), e relata ter dormido no aeroporto para evitar situações de violência em casa (-3). A sua perceção sobre o relacionamento familiar é

igualmente muito negativa (-3), evidenciando o impacto prejudicial da ausência de estabilidade e apoio emocional.

1.8 Reclusão (2/5)

Dos cinco participantes, dois (F1 e M2) relataram experiências de reclusão (-3). No caso da F1, a prisão ocorreu após a primeira experiência de sem-abrigo, sendo também seguida por um regresso à situação de sem-abrigo. Já o M2 relata ter estado preso em duas ocasiões antes de enfrentar a primeira situação de sem-abrigo.

Além disso, dois dos inquiridos (M1 e M4) têm processos judiciais em curso. O M1 atribuiu uma perceção negativa, ainda que ligeira (-1), enquanto o M4 apresenta uma perceção muito negativa (-3) em relação ao início do processo e à condenação.

1.9 Estado de saúde e saúde mental (4/5)

A saúde física precária é comum entre pessoas em situação de sem-abrigo, como condições crónicas (F1), infeções e doenças como o HIV (M1 e M2), vistas como muito negativas (-3). Entre os cinco inquiridos(as), quatro (F1, M1, M2, M3) referem ter problemas de saúde.

Doenças mentais graves, como depressão, ansiedade e esquizofrenia, são prevalentes. A falta de acompanhamento psicológico (M1) e os impactos da vida em situação de sem-abrigo agravam essas condições. Dos(as) cinco inquiridos(as), três revelam que em algum momento da sua vida já tentaram o suicídio (F1, M2, M4), situações percebidas pelos menos como muito negativas (-3). Pelo que apenas um inquirido refere que não tem problemas de saúde mental (M3).

1.10 Abuso de substâncias (3/5)

Três dos participantes (F1, M1, M2) mencionam o abuso de substâncias ao longo da vida. Dois apresentam abuso de álcool (F1, M1), e três de abuso de drogas (F1, M1, M2).

A F1 relata que iniciou o consumo de substâncias aos 13 anos, percecionando este evento como muito positivo (+3), enquanto o agravamento do mesmo e o início do tráfico, como moderadamente negativo (-2). O inquirido M1 descreve um histórico de exposição precoce ao consumo de álcool e tabaco, iniciado aos 4 anos, percecionado como ligeiramente positivo. Refere que consumo começou de forma precoce e agravou-se de maneira significativa durante a adolescência, tendo existindo um envolvimento no tráfico como estratégia para financiar o consumo, percecionando ambos como ligeiramente

negativos (-1). O M2 afirma que usou drogas injetáveis, percebendo o consumo como moderadamente negativo (-2).

1.11 Redes sociais

As redes formais incluem o apoio proporcionado por instituições, organizações sociais e serviços públicos. Entre os(as) cinco inquiridos(as), todos relataram recorrer a redes formais para suprir necessidades básicas, como alimentação (F1, M1, M2, M4), alojamento (M2 e M4), higiene (F1, M1, M2) ou cuidados de saúde (F1, M1 e M4).

Os relatos evidenciam percepções diferentes quanto à qualidade e eficácia do apoio. Enquanto a F1 apresenta uma visão positiva (+2), destacando que este apoio foi fundamental para a sua sobrevivência. O inquirido M1, apresenta uma percepção muito positiva (+3), apesar de referir que alguns apoios não foram de qualidade. O M2 tem uma percepção muito negativa (-3), referindo falhas estruturais e relacionais. Já o M3 apresenta uma visão mista, reconhecendo tanto os benefícios (+3), quanto as insuficiências no apoio recebido, enquanto o M4 revela uma perspectiva neutra (0) com alguns pontos positivos em relação ao apoio psicológico (+2) e à inserção no mercado de trabalho (+3).

As redes informais são compostas por laços afetivos, sociais ou comunitários. A maioria relatou ter amigos na infância, com exceção do M1 e do M3, que não mencionaram estas relações.

As relações familiares na infância variaram significativamente entre os participantes, com relatos de boas relações, mas também de conflitos e violência. O M3 considerou a sua família como um núcleo sagrado, valorizando a união familiar (+3). Por outro lado, o M1 referiu que a família foi uma fonte de apoio emocional e estabilidade (+3), embora tenha mencionado que o pai lhe oferecia álcool e tabaco durante a infância. A F1, o M2 e o M4, relataram dinâmicas familiares marcadas por violência e maus-tratos. A F1 descreveu a relação com a mãe como inicialmente boa (+2), mas acabou por ser vítima de violência física por parte da mesma (-3), o que resultou na sua expulsão de casa (-2). O M2 partilhou a experiência de viver com a mãe, que sempre o tratou com carinho (+2), mas também relatou abusos graves por parte da madrasta e agressões físicas do pai (-3). O M4, por sua vez, descreveu uma relação familiar agitada (+2) e com a família paterna (+1), mas destacou forte ligação afetiva com a mãe.

Na vida adulta, os participantes relataram mudanças nas suas amizades. A F1 mencionou ter poucas amizades, destacando a falta de confiança nas pessoas (-2). M1, por sua vez, falou de uma relação positiva (+2), mas sem muitos detalhes sobre as suas

amizades. O M2, por sua vez, descreveu as amizades como superficiais, sem uma ligação emocional profunda (-3). O M3 relatou de poucas, mas boas amizades (+3). O M4, por fim, explicou que esteve sempre envolvido socialmente, mas sem vínculos profundos, percebendo a sua rede de apoio como neutra (0).

As relações familiares dos participantes são marcadas pelo distanciamento, rupturas e falta de apoio. A F1 relatou ter perdido a maioria da família (-3) e que já não tem contacto com os restantes (-2). O M1 descreveu o afastamento da mãe, devido ao alcoolismo, e a perda de contacto com o pai e com os filhos (-2). O M2 perdeu o contacto com os irmãos e pai (-1), embora mantenha alguma ligação com a mãe. O M4 refere a morte da mãe e a partir disso um distanciamento familiar, mencionando a ausência de apoio e relações estáveis (-3). O M3, por outro lado, mantém contacto com os filhos e netos (+3).

Fatores estruturais

2.1 Pobreza (5/5)

Três inquiridos(as) destacaram dificuldades financeiras enfrentadas na infância (F1, M2, M3). A F1 enfrentou escassez de recursos (-2), saiu precocemente da escola (-2) e começou a trabalhar aos 16 anos (-2). O M2 foi entregue aos avós (+2) devido à incapacidade económica da mãe, saiu precocemente da escola (-3) e iniciou a vida a ativa muito cedo (+3). O M3 relata dificuldades financeiras (-2) durante a sua infância, associadas à falta de bens essenciais. Por outro lado, o M1 e o M4 referiram não terem enfrentado dificuldades financeiras durante a infância.

No entanto, durante a vida adulta e na atualidade, todos os participantes relataram situações de pobreza, incluindo a necessidade de recorrer a apoios para necessidades básicas, viver na rua ou em condições habitacionais precárias.

Apesar do M1 referir ter passado dificuldades, incluindo ter dormido na rua e em abrigos, e atualmente viver numa casa partilhada com condições precárias e ser apoiado na medicação, afirma que não sente dificuldades financeiras significativas no presente.

2.2 Desemprego e baixos salários (4/5)

Quatro dos participantes (F1, M1, M3, M4), relataram dificuldades persistentes em encontrar trabalho estável ou regular, enfrentando, em muitos casos, empregos precários e esporádicos.

A F1 referiu uma trajetória marcada por empregos temporários e precários (+3), enfrentando grandes dificuldades para encontrar estabilidade. O M1 mencionou uma

carreira como militar (+3) e um emprego estável por cinco anos (+3), o que representou segurança financeira durante algum período. O M3 também teve uma experiência como militar (+3) e emprego estável por algum tempo, mas enfrentou períodos de empregos precários e temporários (-2). O M4 relatou a experiência com trabalhos precários e temporários (+1), apesar de esforços para encontrar emprego estável (+2), foi afetado pela perda de emprego (-2). O M2, refere uma trajetória marcada por uma atividade profissional estável, com funções de soldador e eletricista (+3). Contudo, a condição de saúde afetou a sua capacidade de trabalhar, levando à sua reforma e a realizar trabalhos ocasionais (+3).

2.3 Perda de benefícios sociais (0/5)

Embora não tenha ocorrido uma perda efetiva de benefícios, os(as) inquiridos(as) revelam que, mesmo com os apoios recebidos, continuam com falta de estabilidade e dificuldade em suprir necessidades básicas, como alimentação, saúde e habitação.

A inquirida F1, recebe a reforma por invalidez e o Rendimentos Social de Inserção (RSI), pelo que expressa que embora crucial, o apoio não resolve todas as suas dificuldades, uma vez que se encontra a viver numa garagem. Recebe, da mesma forma, apoio na medicação, alimentação e higiene, que menciona serem fundamentais. No entanto, aponta a necessidade de mais serviços e instituições que possam fornecer apoio.

O M1, recebe a reforma por invalidez, que considerada “boa”, porém a sua situação continua vulnerável, ao viver numa habitação partilhada sem condições adequadas. Por outro lado, recebe apoio médico e na medicação e já recebeu apoio em tratamentos para o abuso de álcool, mas refere que estes não foram eficazes. Além disso, já teve apoio a nível habitacional (abrigo), na alimentação e higiene.

O inquirido M2, recebe uma reforma de velhice e o complemento social de idosos. Embora os apoios sejam essenciais, revela a insuficiência desses recursos para cobrir as suas necessidades, como higiene, alimentação e habitação. A sua situação habitacional é precária, vivendo atualmente numa garagem, com um colchão e mantas já deterioradas.

O M3 recebe o RSI há cerca de 10 anos e conta com o apoio de uma instituição para não viver na rua. Embora reconheça a importância desse apoio, considera que os apoios existentes são insuficientes para atender às necessidades.

O M4 recebeu apoios como o subsídio de desemprego e o fundo de emergência social. Pelo que após o fim do subsídio, teve de recorrer a apoios pontuais, que eram temporários e insuficientes para garantir estabilidade habitacional a longo prazo. Além

disso, encontrou dificuldades no acesso a instituições de apoio, devido ao sistema burocrático, embora tenha recebido ajuda para não viver na rua e para encontrar emprego. Apesar disto, recebeu apoio de uma instituição para não viver na rua e apoio para encontrar emprego.

2.4 Mercado habitacional (5/5)

A escassez de habitação acessível e os elevados custos agravam o risco da situação de sem-abrigo. Dois dos cinco inquiridos (F1 e M2) relatam experiências de despejo, uma vez que os senhorios desejavam aumentar as rendas ou destinar as habitações a tipos específicos de inquilinos. Quatro (F1, M1, M2 e M4) destacam dificuldades em encontrar habitação devido à falta de opções acessíveis e aos custos elevados.

Relativamente à habitação precária, todos os inquiridos(as) (F1, M1, M2, M3, M4) mencionam ter vivido ou viver em habitações precárias, como garagens (F1 e M2), em casas partilhadas por várias pessoas (M1, M3, M4), em espaços insalubres (F1, M1, M2, M4) ou em casa de amigos (M4). Além disso, todos os inquiridos(as) referem já ter dormido na rua ou em abrigos devido à falta de habitação.

2.5 Desinstitucionalização (2/5)

Dois dos inquiridos (M1 e M2) relatam ter estado em instituições. Pelo que o M1 percecionou o internamento como algo positivo durante a sua adolescência (+2), mas, durante a vida adulta, considera-o negativo (-2), mencionando a falta de apoio pós-internamento como um dos fatores que levaram à recaída. Além disso, ele destaca dificuldades na gestão institucional, com problemas na equipa técnica que comprometeram o funcionamento do serviço. Enquanto o M2, relata uma experiência de quatro anos numa instituição, indicando que saiu com a mesma sensação de estagnação, sem mudanças significativas na sua vida (-2).

2.6 Acesso e custos de saúde (3/5)

Alguns participantes mencionam receber apoio adequado e elogiam os profissionais de saúde. Um exemplo disso é a satisfação com o acompanhamento médico (M1 e M2), a receção de medicamentos sem custos (M1) e o acesso a tratamentos essenciais (F1).

Contudo, há casos em que dificuldades persistem. A F1 refere que a medicação atual para esquizofrenia não está a funcionar, enquanto o M4 relata episódios graves de abuso de medicamentos prescritos para depressão, utilizados em tentativas de suicídio. O

primeiro episódio resultou num internamento hospitalar e subsequente acompanhamento em psiquiatria, evidenciando a importância de monitorização contínua. Já o M3 mostra desconfiança no sistema de saúde, afirmando que os médicos não o podem ajudar.

A discriminação e o estigma associado à condição de sem-abrigo surgem como barreiras ao acesso e à boa receção em serviços de saúde. Embora alguns relatem sentir-se bem tratados (F1, M1, M2), outros reconhecem atitudes de julgamento por parte dos profissionais, como mencionado pelo M3.

2.7 Discriminação (5/5)

Todos revelam que já sentiram alguma forma de discriminação durante a sua trajetória. A maioria destaca como as pessoas olham ou comentam de maneira negativa.

4. O processo de desfiliação social

Entre os cinco inquiridos(as), todos relatam diferentes níveis de desfiliação social, marcada pelo afastamento de redes sociais, pela dificuldade em manter ou estabelecer laços afetivos e pela dificuldade em manter um emprego estável, como referido anteriormente.

Todos os participantes enfrentaram algum tipo de rutura familiar, sendo que apenas o M3 mantém relações familiares estáveis, considerando-as muito positivas (+3). Os restantes mencionam afastamentos significativos e perceções negativas. A F1 perdeu contacto com a maioria da família (-3), salientando que a ausência de suporte familiar contribuiu para a sua situação de sem-abrigo. O M1 refere a perda de contacto com o pai e os filhos e um afastamento progressivo da mãe devido ao alcoolismo (-2). O M2 relata uma relação distante com os irmãos e pai (-1), mantendo, no entanto, algum contacto com a mãe. O M4 destaca a morte da mãe como um marco que agravou o distanciamento familiar, mencionando a falta de apoio por parte dos restantes familiares (-3).

As relações de amizade também apresentam fragilidades. O M3 considera ter boas amizades, ainda que em número reduzido (+3). A F1 e o M2 relatam desconfiança e superficialidade nas relações sociais (-2 e -3, respetivamente), enfatizando a falta de vínculos profundos. O M4 percebe a sua rede social de forma neutra (0), mencionando interações sociais sem ligações significativas. O M1 descreve algumas relações positivas (+2), mas sem detalhes sobre a profundidade das conexões.

Capítulo 9: Discussão dos resultados

Com base nas entrevistas semiestruturadas em profundidade, realizadas a cinco indivíduos que estão ou estiverem em situação de sem-abrigo e, nos biogramas construídos, permitiu responder às questões de partida da investigação.

(1) *Quais são os fatores de risco e proteção que influenciam as trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo?*

(2) *Como é que as pessoas em situação de sem-abrigo percebem as suas trajetórias de vida?*

Estas duas questões centrais integram dois grandes objetivos, desdobrados em objetivos específicos. O primeiro objetivo, pretendeu investigar as trajetórias de vida da população em situação de sem-abrigo, explorando os fatores de risco e proteção ao longo do ciclo de vida. Pelo que, para isso, foram desdobrados objetivos específicos: 1) Mapear os fatores de risco e proteção presentes nas narrativas dos indivíduos inquiridos; 1.1) Explorar os fatores de risco enfrentados, ao longo da vida, que podem aumentar o risco de entrar ou permanecer em situação de sem-abrigo; 1.2) Investigar os fatores de proteção, ao longo da vida, que podem mitigar ou reduzir o risco da situação de sem-abrigo. O segundo objetivo, pretendeu compreender a perceção que os indivíduos em situação de sem-abrigo possuem dos fatores de risco e proteção, pontuados na sua trajetória de vida. E para isso estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: 2) Analisar as perceções dos indivíduos sobre as suas trajetórias de vida, destacando eventos significativos, transições e experiências que moldaram as suas vidas; 3) Compreender como os fatores de risco e proteção são percebidos, em diferentes fases da vida, pelos inquiridos.

Desta forma, o primeiro objetivo da investigação pretendeu responder à primeira pergunta de partida, enquanto o segundo objetivo foi de encontro à segunda pergunta.

9.2 Os fatores de risco e proteção presentes na trajetória de vida das pessoas em situação de sem-abrigo

A perspetiva ecológica sobre a situação de sem-abrigo e a perspetiva do curso de vida, reconhecem a interação entre diferentes dimensões da vida do indivíduo e o seu contexto. Estas abordagens desafiam a visão de que a situação de sem-abrigo é uma condição imutável e estática, destacando, que é dinâmica e sujeita a transformações ao longo do tempo (Nooe & Patterson, 2010; Piat et al., 2015). A análise de fatores de risco e proteção demonstra que a trajetória dos indivíduos em situação de sem-abrigo é moldada

por uma complexa rede de variáveis, incluindo fatores individuais, estruturais, contextuais e socioeconómicos. (Nooe & Patterson, 2010).

1. Os indivíduos em situação de sem-abrigo

De forma geral, o perfil dos participantes deste estudo está alinhado com os dados recolhidos pela GTMA – ENIPSSA (2023; 2024) e pela FEANTSA (2023; 2024). O grupo-alvo, predominantemente composto por homens adultos, com idades entre 33 e 60 anos e nacionalidade portuguesa, reflete a realidade demográfica identificada nos dados populacionais de pessoas em situação de sem-abrigo apresentados pelo GTMA – ENIPSSA (2024) e pela FEANTSA, no seu 9.º Relatório sobre Habitação Precária na Europa.

A duração da situação de sem-abrigo entre os participantes apresentou uma variação significativa. A maioria enfrentou múltiplos episódios de sem-abrigo com durações entre 1 e 5 anos, em linha com o período descrito pelo GTMA – ENIPSSA (2024). Destaca-se, contudo, um participante que permaneceu em situação crónica de sem-abrigo por cerca de 30 anos, fruto de uma escolha pessoal que o levou a manter-se nesta situação.

Além disso, os níveis de escolaridade dos participantes estão, na sua maioria, entre o 2.º e o 3.º ciclo de ensino, desta forma corroboram os dados do GTMA – ENIPSSA (2024), que identificam baixos níveis de escolaridade como uma característica comum deste grupo.

Com base nos relatos recolhidos, a maioria dos participantes enfrentaram desde cedo pobreza, uma realidade que persiste atualmente. Neste contexto, a insuficiência financeira foi destacada como uma das principais causas para a condição de sem-abrigo, de acordo com os dados do GTMA – ENIPSSA (2024). Do mesmo modo, o abuso de substâncias é muito prevalente entre os participantes, indo de acordo com o relatório, que também aponta a dependência de substâncias como uma das razões mais frequentes para esta situação, com 2.983 casos relacionados ao consumo de álcool e outras substâncias psicoativas.

Outro fator relevante identificado foi a ausência de uma rede de apoio familiar, citada como causa principal em 2.926 casos reportados em 2023 (GTMA – ENIPSSA, 2024). Estes dados destacam a complexidade e a multiplicidade de fatores que contribuem para a situação de sem-abrigo. Sob a perspetiva do curso de vida, especificamente no princípio vidas interligadas ou interdependentes, percebe-se que as rede de apoio social principalmente a familiar são essenciais, uma vez que influenciam tanto o apoio social

quanto o comportamento individual (Elder et al., 2003; Hendricks, 2012; Hutchison, 2005; 2010; 2018, 2019). A falta desse apoio agrava a vulnerabilidade dos indivíduos, dificultando a mitigação dos impactos negativos e a adaptação às mudanças. Assim, a ausência de apoio familiar, como evidenciado nos inquiridos(as), reflete a fragilidade de sistemas de apoio que poderiam mitigar a situação de sem-abrigo.

2. Trajetórias de vida pré-situação de sem-abrigo

Os resultados revelam que os acontecimentos mais significativos para a trajetória da situação de sem-abrigo ocorreram, predominantemente, antes da vida adulta, isto é, durante infância e adolescência.

Os fatores de risco mais predominantes, antes da situação de sem-abrigo, incluem uma trajetória de vida marcada pela pobreza, baixa escolaridade, maus-tratos e violência familiar, abuso de substâncias, problemas de saúde mental, reclusão e a ausência de uma rede de apoio estável.

A pobreza foi um elemento constante, aparecendo em todas as trajetórias de vida. A falta de recursos dificulta o acesso à saúde, educação e apoio social e a necessidades básicas como habitação, alimentação e serviços essenciais. A pobreza contribui para o aumento da vulnerabilidade social, especialmente para aqueles que já enfrentam situações de instabilidade econômica e familiar (RPES, 2023), assumindo como um fator de risco para a situação de sem-abrigo e exclusão social (Nooe & Patterson, 2010).

A baixa escolaridade foi um fator recorrente, limitando as oportunidades de emprego, traduzindo-se em trabalhos precários e baixos salários e, conseqüentemente, a possibilidade de superar a situação de sem-abrigo (Nooe & Patterson, 2010) e pobreza (RPES, 2023). No entanto, dois dos(as) cinco inquiridos(as) mostram ter completo o ensino obrigatório, porém enfrentaram do mesmo modo, pobreza e a situação de sem-abrigo, mostrando que mesmo com níveis mais elevados de ensino, podem experimentar estas situações (RPES, 2023).

O abuso de substâncias e os problemas de saúde mental são outros fatores críticos que impactaram significativamente a trajetória desses indivíduos. A dependência de drogas e álcool, bem como diagnósticos de depressão, esquizofrenia e HIV, surgem como elementos que não só exacerbaram a situação de sem-abrigo, mas também dificultaram o acesso a recursos essenciais, como habitação e emprego, dificultando a reintegração social (Nooe & Patterson, 2010).

A perda de redes sociais informais apresentaram-se como um fator de risco comum ao longo da trajetória de vida. Esta perda contribuiu para o isolamento e

desfiliação social, agravando a vulnerabilidade dos inquiridos(as). Indo de encontro à perspectiva do curso de vida, uma vez que esta sublinha a importância das vidas interligadas e interdependentes, atribuindo grande importância aos laços familiares, de amizade e comunitários. A inexistência dessas conexões, agrava a dificuldade de adaptação às adversidades, promovendo a vulnerabilidade (Elder et al., 2003; Hendricks, 2012; Hutchison, 2005; 2010; 2018, 2019).

A reclusão e o confronto com o sistema judicial representam, também, uma grande expressão, uma vez que cria um ciclo vicioso de exclusão social. A situação de sem-abrigo pode aumentar o risco de criminalidade e reclusão, enquanto a prisão, por sua vez, pode dificultar ainda mais a reintegração social do indivíduo, levando-o de volta a condições de vulnerabilidade, como a situação de sem-abrigo (Nooe & Patterson, 2010).

Outros fatores de risco presentes, mas sem grande representação na amostra, incluem a carreira militar, a vivência em acolhimento e a pertença a um grupo minoritário. A carreira militar, observada em dois dos inquiridos, foi um fator de risco significativo para a situação de sem-abrigo devido à exposição a comportamentos de risco, como o abuso de substâncias e devido ao impacto psicológico e físico das experiências vividas durante o serviço militar (Nooe & Patterson, 2010).

Além disso, a pertença a um grupo minoritário, como observado em dois dos inquiridos, é um fator de risco relevante. A elevada taxa de pobreza entre as minorias não só aumenta a probabilidade de se encontrar em situação de sem-abrigo, mas também dificulta a superação dessa realidade. A discriminação social, o preconceito e a exclusão são barreiras adicionais que dificultam o acesso a recursos essenciais e à plena integração na sociedade, aumentando a vulnerabilidade e a probabilidade de permanecer em situação de sem-abrigo (Nooe & Patterson, 2010).

Por fim, a vivência em acolhimento durante a infância, observada numa inquirida, também se configura como um fator de risco importante para a situação de sem-abrigo. A ausência de vínculos familiares estáveis, o apoio emocional limitado e a falta de preparação para a desinstitucionalização podem dificultar a integração social e aumentar a vulnerabilidade a situações de exclusão e pobreza (Nooe & Patterson, 2010).

3. Trajetórias de vida durante e pós-situação de sem-abrigo

Durante e após a vivência em situação de sem-abrigo, diversos fatores de risco começaram ou continuaram a influenciar as trajetórias de vida dos indivíduos. A pobreza, o mercado habitacional, o desemprego, os baixos salários, o abuso de substâncias, o estado de saúde (como diagnósticos de HIV) e a saúde mental (como tentativas de

suicídio, diagnósticos de depressão e esquizofrenia), a rede social informal e a discriminação foram os fatores de risco com maior expressão, desempenhando um papel determinante na perpetuação da situação de sem-abrigo. Entre os pontos de viragem negativos mais significativos destacados pelos(as) inquiridos(as), destacam-se os episódios de ruturas e perdas relacionais, violência e maus-tratos, o consumo de substâncias, a perda de emprego e o agravamento de problemas de saúde mental.

A pobreza e a precariedade habitacional e laboral permanecem como fatores centrais nas trajetórias de vida dos inquiridos. A escassez de recursos financeiros, aliada à instabilidade no mercado de trabalho, continua a dificultar o acesso a condições mínimas de vida. Trabalhos precários, baixos salários e o desemprego geram uma instabilidade constante, que contribui diretamente para a insegurança habitacional e financeira. A precariedade é ainda mais intensificada pela escassez de habitação acessível e pelos altos custos (RPES, 2023). A falta de condições habitacionais adequadas, como a sobrelotação e as condições precárias, é um fator crucial que aumenta a vulnerabilidade da situação de sem-abrigo (Nooe & Patterson, 2010).

A discriminação e estigmatização constituem barreiras adicionais, dificultando o acesso a emprego, habitação e a serviços básicos essenciais, agravando a vulnerabilidade das pessoas em situação de sem-abrigo (Nooe & Patterson, 2010).

A desinstitucionalização, sem o devido apoio e acompanhamento, representa um risco significativo, levando muitos indivíduos a recaírem em comportamentos como o abuso de substâncias. Este fator de risco está presente ao longo da vida de muitos dos inquiridos, mostrando que, embora possam superar algumas dificuldades, a falta de suporte adequado pode prejudicar a sua capacidade de reintegração. Aliado aos problemas de saúde mental e física, a saída da situação de sem-abrigo é dificultada (Nooe & Patterson, 2010).

As trajetórias de vida são marcadas por desfiliação social, isto é, pelo enfraquecimento ou pela rutura de laços (Castel, 1995). A fragilidade das redes sociais informais, particularmente na vida adulta e após a situação de sem-abrigo, foi uma constante nas trajetórias analisadas. A perda de contacto com familiares agravou o isolamento social e contribuiu para a situação de sem-abrigo. Paralelamente, as amizades, que poderiam atuar como um apoio emocional, mostraram-se frágeis ou inexistentes, para muitos dos inquiridos, reforçando a sensação de solidão e abandono. Além disso, o desemprego e os trabalhos temporários limitaram a autonomia e a inclusão social, perpetuando a vulnerabilidade social.

A análise das trajetórias de vida permitiu identificar fatores de risco superados e pontos de viragem positivos, que funcionaram como fatores de proteção. Entre os fatores de risco superados, destacam-se as experiências de ruptura com ciclos de abuso e violência, com o término de relações abusivas, marcadas por violência física e psicológica, um ponto de viragem crucial. Além disso, a superação de padrões de consumo de substâncias mais pesadas representou um avanço significativo. Apesar de, em alguns casos, o consumo de álcool persistir, a abstinência de drogas mais impactantes indicou progresso na saúde física e mental, favorecendo a estabilidade e a reintegração social. Momentos pontuais de inserção no mercado de trabalho também desempenharam um papel relevante. Embora temporários, esses episódios trouxeram alguma estabilidade financeira, integração e um sentido de propósito, funcionando como alavancas para a retoma de uma vida mais autónoma. Apesar da maioria dos indivíduos tenha enfrentado dificuldades devido à baixa educação, alguns, ao longo da sua trajetória, aumentaram o seu nível de escolaridade. No entanto, é importante destacar que, embora esses avanços educacionais tenham ocorrido, a transição para empregos melhores não aconteceu. Muitos participantes continuaram em empregos precários e com salários baixos ou em situação de desemprego, evidenciando que a educação por si só não foi suficiente para garantir uma melhoria nas condições de vida destes indivíduos. Este cenário reforça a ideia de que a escolaridade, não é capaz de superar, por si só, a pobreza e a exclusão social (RPES, 2023).

Os pontos de viragem positivos estão frequentemente relacionados com a presença de redes sociais formais e informais. Apoios institucionais, como benefícios sociais, acesso a habitação partilhada e apoio em alimentação, higiene e medicamentos, foram fundamentais em períodos de maior vulnerabilidade, oferecendo uma base mínima para a reconstrução de trajetórias. As relações afetivas, pelo que a maioria menciona estar num relacionamento íntimo, desempenham um papel protetor, sendo frequentemente mencionadas como fonte de apoio emocional, estabilidade e motivação.

Porém, é importante destacar que, entre os cinco inquiridos, apenas um conseguiu efetivamente sair da situação de sem-abrigo, o que reflete a complexidade e as barreiras que continuam a existir, mesmo para aqueles que demonstram progressos.

9.2 A Perceção da Trajetória de Vida das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

A perspetiva do curso de vida, em articulação com os biogramas, permite analisar como os indivíduos em situação de sem-abrigo percebem as suas trajetórias de vida, considerando os acontecimentos marcantes que as moldaram. Esta abordagem sublinha

que a trajetória de vida não segue um padrão linear, mas é composta por transições, eventos significativos e pontos de viragem que influenciam a direção e o significado das experiências individuais (Hutchison, 2005, 2010, 2018). A análise das entrevistas e biogramas pontuados, revelou que a percepção das trajetórias é polarizada e marcada por extremos, variando entre interpretações muito negativas ou, menos frequentemente, muito positivas. Pelo que, no geral, a maioria dos participantes descreveu as suas trajetórias de forma predominantemente negativa.

Os pontos de viragem, sejam positivos ou negativos, moldam as trajetórias e os significados atribuídos pelos participantes às suas vivências, podendo transformar a maneira como a pessoa se vê a si mesma e/ou como a pessoa responde ao risco e às oportunidades (Hutchison, 2010; 2018; 2019). Entre os fatores que sustentam a percepção negativa das trajetórias, destacaram-se a pobreza, a saída precoce da escola, ruturas familiares e sociais, violência e maus-tratos, consumo de substâncias, precariedade laboral e desemprego, e problemas de saúde mental. Estes fatores foram identificados como catalisadores de exclusão, intensificando a vulnerabilidade ao longo da vida. Antes de chegarem à situação de sem-abrigo, muitos participantes enfrentaram perdas significativas, como a morte de figuras de apoio ou experiências de violência, que funcionaram como pontos de viragem negativos e consolidaram processos de desfiliação social.

A análise revelou a complexidade das percepções dos eventos ao longo das trajetórias. Fatores de risco, como maus-tratos familiares, conflitos, consumo de substâncias ou mesmo carreiras militares, foram ressignificados por alguns participantes como positivos, percebidos por alguns participantes como estratégias de enfrentamento, oportunidades de mudança ou momentos de maior liberdade. Esta ressignificação sublinha a subjetividade da percepção e a complexidade das trajetórias individuais.

Por outro lado, fatores que poderiam funcionar como proteção, como apoios formais, sejam programas habitacionais, alimentação ou apoio na saúde e higiene, foram, em muitos casos, descritos negativamente, associados à discriminação, dependência ou inadequação às necessidades específicas de cada um. Embora menos frequentes, os pontos de viragem positivos desempenharam um papel significativo em algumas trajetórias.

Do mesmo modo, a situação de sem-abrigo mostrou-se como subjetiva, uma vez que para um dos participantes, esta situação foi interpretada positivamente, como um momento de liberdade e autonomia. Contudo, a maioria associou essa experiência a

sofrimento e exclusão social. Além disso, é importante referir que a maioria não se considerou como uma pessoa em situação de sem-abrigo, apesar de viverem em condições que se enquadram nessa definição, o que reforça a complexidade das narrativas individuais.

A perspectiva do curso de vida sublinha a interação dinâmica entre fatores individuais, sociais e contextuais que moldam as trajetórias ao longo do tempo (Hutchison, 2005). Neste contexto, a teoria das forças constitui um enquadramento teórico essencial para compreender as trajetórias de vida analisadas. Esta abordagem destaca que, mesmo em contextos de adversidade, os indivíduos possuem potenciais internos e externos que lhes permitem superar desafios e transformar as suas realidades (Oliveira, 2016). Isto é, enfatiza que fatores de risco, apesar de intensificarem a vulnerabilidade, podem ser reinterpretados como fontes de resiliência e *empowerment*. Os participantes evidenciaram capacidade de agência, expressa na tomada de decisões e na ressignificação das suas experiências, identificando pontos de viragem positivos que possibilitaram a reconfiguração das suas trajetórias (Elder et al., 2003; Hendricks, 2012; Hutchison, 2005; 2010; 2018, 2019). Exemplos incluem situações em que, após períodos marcados por violência ou maus-tratos familiares, instabilidade habitacional e situações de sem-abrigo, os participantes conseguiram reconfigurar as suas vidas por meio de redes de apoio formais e informais. O acompanhamento psicológico foi essencial nesse processo, permitindo que os participantes lidassem com os traumas e desenvolvessem estratégias para superar os desafios. O apoio formal de instituições também desempenhou um papel crucial ao proporcionar estabilidade e oportunidades para a reintegração. Ao longo desse percurso, muitos reduziram ou cessaram significativamente o consumo de substâncias. Embora tenha existido uma frequência de ruturas nas redes sociais informais ao longo das trajetórias de vida, atualmente quase todos estão em relações íntimas, o que mostra a capacidade de reconstruir laços afetivos e estabelecer novas fontes de apoio. Adicionalmente, algumas dessas trajetórias mostram o desenvolvimento de competências por meio da retoma dos estudos, o que permitiu a sua reintegração no mercado de trabalho, consolidando a transformação das suas trajetórias de vida.

Conclusão

As principais conclusões deste estudo, foram delineadas com base nos objetivos traçados e nas escolhas teórico-metodológicas realizadas ao longo deste processo. A presente dissertação teve como principal objetivo compreender as trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo, explorando como os fatores de risco e proteção podem influenciar as suas trajetórias, bem como analisar a percepção que os mesmos têm sobre esses fatores ao longo das diferentes fases de vida e sobre a sua trajetória de vida.

A investigação, fundamentada teoricamente no modelo ecológico da situação de sem-abrigo, na perspectiva do curso de vida e na teoria das forças, revelou que este fenómeno da situação de sem-abrigo resulta de uma interação dinâmica entre fatores individuais, estruturais, socioeconómicos e contextuais, sendo marcado por eventos significativos que moldam as experiências e os percursos dos indivíduos (Nooe & Patterson, 2010; Piat et al., 2015). Pelo que é a interação destes fatores que pode agir como potenciadores ou mitigadores da situação de sem-abrigo.

Esta investigação centrou-se em conceitos essenciais com o e a situação de sem-abrigo, trajetória de vida, pontos de viragem e fatores de risco e proteção. Pelo que o paradigma interpretativista ao valorizar a subjetividade e singularidade das narrativas de cada indivíduo, permite compreender as percepções que cada um tem sobre os acontecimentos marcantes das suas vidas. Por meio do método biográfico, com a recolha de histórias de vida a partir de entrevistas semiestruturadas em profundidade e, da construção de biogramas pontuados, foi possível captar a complexidade das trajetórias analisadas, identificando eventos que funcionaram como “pontos de viragem”, sejam positivos ou negativos, e compreender as percepções dos participantes sobre as suas experiências de vida.

Os participantes deste estudo foram cinco indivíduos em situação de sem-abrigo, sendo quatro homens e uma mulher, com idades entre 33 e 60 anos, residentes na cidade de Coimbra. A maioria possui baixos níveis de escolaridade, entre o 2.º e o 3.º ciclo do ensino básico, embora dois deles tenham completado o ensino obrigatório. As trajetórias destes participantes variaram em termos de duração da situação de sem-abrigo, desde experiências episódicas de alguns meses até uma vivência crónica de 30 anos. Estes indivíduos representam uma amostra intencional, com características diversas que possibilitaram uma análise mais aprofundada das suas histórias de vida e percepções.

Os dados recolhidos foram submetidos a uma análise categorial, através do *software* MAXQDA, pelo que as categorias foram selecionadas com base no modelo

ecológico da situação de sem-abrigo. Desta forma, o estudo evidenciou que as trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo são marcadas por múltiplos fatores de risco e vulnerabilidades que, em muitos casos, originaram na infância e adolescência. A pobreza, a violência e os maus-tratos, o abuso de substâncias, a baixa escolaridade, a saúde mental e a ausência de redes de apoio informais foram recorrentes nas histórias de vida analisadas. Estes fatores, associados a processos de exclusão e desfiliação social, criaram contextos que dificultaram o acesso a recursos básicos, como habitação, emprego e saúde, e limitaram as oportunidades de reintegração social.

Durante a situação de sem-abrigo, fatores como a pobreza, a precariedade habitacional e laboral, o desemprego e os baixos salários, o contínuo do consumo de substâncias e do estado de saúde mental, a discriminação e a falta de redes de apoio sociais, foram os principais fatores que perpetuam a situação de sem-abrigo. Por outro lado, o estudo destacou também a importância de fatores de proteção que, em determinados momentos, possibilitaram transformações significativas nas trajetórias dos participantes. A superação de padrões de consumo, o acesso a redes apoio formal, a reconstrução de laços afetivos, o aumento da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho, ainda que temporária, foram reconhecidos como “pontos de viragem” positivos.

No que toca à percepção das suas trajetórias de vida, é possível constatar, a partir, da análise dos biogramas, que esta é polarizada e marcada por extremos, sejam estas muito negativa ou muito positivas. A percepção dos participantes sobre suas trajetórias de vida revelou uma grande diversidade de sentimentos e interpretações. A maioria vê as suas trajetórias como negativas, enquanto a percepção do “eu” variam entre positivas, negativas as ou ambíguas. Enquanto uns destacam qualidades como resiliência, força e capacidade de enfrentar adversidades, outros enfatizaram sentimentos de infelicidade, arrependimento e isolamento. Do mesmo modo, alguns dos participantes não se identificam como pessoas em situação de sem-abrigo, apesar de viverem em condições precárias, enquanto outros reconhecem essa realidade como parte da sua identidade atual, pelo que este contraste evidencia que a situação de sem-abrigo é subjetiva.

Os resultados revelaram que, embora as histórias de vida sejam permeadas por adversidades, os indivíduos demonstram resiliência e capacidade de agência, reinterpretando experiências e construindo novas perspectivas das suas vidas. Este processo de ressignificação ficou evidente na forma como os participantes avaliaram eventos significativos do passado e do presente, atribuindo novos significados às suas

narrativas e identificando caminhos possíveis para a transformação das suas condições de vida, no entanto, persistem fragilidades e desafios.

A análise das trajetórias mostrou que a ausência de respostas habitacionais acessíveis, a dificuldade de se manterem no mercado de trabalho, o fraco investimento em programas de apoio social e a insuficiência das redes de apoio dificultam a superação da situação de sem-abrigo. Além disso, as limitações estruturais dos serviços existentes, muitas vezes incapazes de atender às necessidades específicas dos indivíduos, contribuem para a perpetuação da exclusão.

O estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A pequena dimensão da amostra, composta por cinco participantes, embora tenha possibilitado uma análise detalhada, restringe a generalização dos resultados. Além disso, as narrativas basearam-se em percepções subjetivas, suscetíveis a vieses de memória e deseabilidade social, o que pode afetar a fidelidade de algumas informações. O contexto específico do estudo, centrado na cidade de Coimbra, também limita a aplicabilidade dos resultados a outras populações em situação de sem-abrigo com diferentes realidades.

Apesar das limitações inerentes a este estudo, os objetivos propostos foram alcançados. Espera-se que estas contribuições permitam o aperfeiçoamento das práticas de intervenção, especialmente pelo Serviço Social, promovendo abordagens mais eficazes e humanizadas. Além disso, os resultados fornecem informações relevantes para a formulação de políticas públicas e intervenções mais direcionadas, capazes de melhorar a qualidade de vida dessa população. Adicionalmente, esta dissertação visa capacitar as pessoas em situação de sem-abrigo, oferecendo-lhes a oportunidade de compreender e ressignificar suas experiências, promovendo o *empowerment* e incentivando a sua participação ativa no desenvolvimento de soluções para os seus desafios. Ao colocar os participantes como agentes de mudança nas suas vidas.

À luz dos resultados, são necessárias ações concretas para fortalecer as intervenções sociais e as políticas públicas direcionadas à população em situação de sem-abrigo. Desta forma, o estudo recomenda: (1) o desenvolvimento de programas habitacionais inclusivos, acessíveis e dignos, (2) a criação de estratégias personalizadas que respeitem a singularidade das trajetórias individuais, (3) garantir o acesso a serviços de saúde mental, (4) o fortalecimento das redes formais e informais de apoio, (5) a promoção de ações integradas entre diferentes setores sociais e institucionais, (6) criação de espaços comunitários de integração, oferecendo oportunidades de reconstrução de laços sociais e acesso a atividades e (7) o investimento em programas de educação,

formação e emprego como ferramentas para a reintegração no mercado de trabalho e de inclusão social.

Conclui-se que a situação de sem-abrigo é um fenómeno multifacetado, que exige intervenções integradas, baseadas no reconhecimento das histórias e das potencialidades dos indivíduos, e orientadas para a promoção de uma sociedade mais inclusiva. Este trabalho espera contribuir para um entendimento mais profundo dessa realidade e para a construção de caminhos que possibilitem a transformação das trajetórias de vida das pessoas em situação de sem-abrigo, assim como mitigar a situação e os seus efeitos.

Referências bibliográficas

- Abbé Pierre Foundation & FEANTSA. (2023). Report: 8th Overview of Housing Exclusion in Europe 2023. <https://www.feantsa.org/en/report/2023/09/05/report-8th-overview-of-housing-exclusion-in-europe-2023>
- Abbé Pierre Foundation & FEANTSA. (2024). Report: 9th Overview of Housing Exclusion in Europe 2024. https://www.feantsa.org/public/user/Activities/events/2024/9th_overview/Rapport_-_EN.pdf
- Aldeia, J. (2013). Investigating homelessness: In defence of a declared and concerned ontological politics. *RCCS Annual Review. A selection from the Portuguese journal Revista Crítica de Ciências Sociais*, (5). <https://doi.org/10.4000/rccsar.483>
- Alves, N. (2015). A dinâmica da pobreza em Portugal. *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus, 65-78.
- Amado, J. (2014). *Manual de investigação Qualitativa em Educação 2ª edição*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Amaro, M. I. (2015). A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea: desafiliação, laço social e vida urbana. *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus, 183-196.
- Antunes, G. (2019). Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade. In *Forum Sociológico. Série II* (No. 34, pp. 7-17). CESNOVA. <https://doi.org/10.4000/sociologico.4662>
- Aubry, T., Agha, A., Mejia-Lancheros, C., Lachaud, J., Wang, R., Nisenbaum, R., Palepu, A. & Hwang, S. W. (2021). Housing trajectories, risk factors, and resources among individuals who are homeless or precariously housed. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 693(1), 102-122. <https://doi.org/10.1177/000271622098720>
- Azevedo, N. (2012). Histórias de vida: a técnica do biograma 97 am. *III Jornadas*.
- Baptista, I. (2013). The first Portuguese homelessness strategy: Progress and obstacles. *European Journal of Homelessness* _ Volume, 7(2). https://www.feantsa.org/download/ib_review1753693207719349638.pdf

- Baptista, I., & Marlier, E. (2019). Fighting homelessness and housing exclusion in Europe. *A Study of National Policies, European Social Policy Network (ESPN)*, 93. Doi: 10.2767/624509
- Bastos, S. P. (1997). *O Estado Novo e os seus vadios* (1–). Etnográfica Press. <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.2192>
- Bento, A. (2012). Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. *Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)*, 7(65), 42-44. <https://shorturl.at/apzSU>
- Bento, A., & Barreto, E. (2002). Sem-amor, sem-abrigo. *Lisboa, Confrontações*.
- Bos, J. (2020). *Research ethics for students in the social sciences* (p. 287). Springer Nature. https://library.oapen.org/viewer/web/viewer.html?file=/bitstream/handle/20.500.12657/42569/2020_Book_ResearchEthicsForStudentsInThe.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Brandão, S. (2019). *(Sobre)viventes das dependências: A perspetiva das forças no Serviço Social* (Master's thesis, Universidade de Coimbra). Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/94957>
- Capucha, L. (2015). Conhecimento para a ação: avanços, lacunas e caminhos para o estudo da pobreza. *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus, 49-63.
- Conselho da Europa. (1961). *Carta Social Europeia (Revista)*. https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/carta_social_europeia_revista.pdf
- Castel, R. (1994). La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à la désaffiliation. *Cahiers de recherche sociologique*, (22), 11-27.
- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale: Une chronique du salariat*. Fayard.
- Comissão Europeia. (2024b). Lançamento de uma Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo. Consultado a 30 de agosto de 2024. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=pt&catId=89&newsId=10032&furtherNews=yes>
- Comissão Europeia. (2024a). *O Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. Consultado a 20 de outubro de 2024. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1607&langId=pt>

- Comissão Europeia. (2017). *O Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. https://commission.europa.eu/system/files/2017-12/social-summit-european-pillar-social-rights-booklet_pt.pdf
- Constituição da República Portuguesa. (1976). Diário da República: Série I, n.º 86. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>
- Costa, A. B. (1998). *Exclusões sociais*. Viseu: Tipologia Guerra.
- Costa, A. B. D. (1984). Conceito de pobreza. *Estudos de Economia*, 4(3), 275-296. <http://hdl.handle.net/10400.5/9738>
- Decreto-Lei n.º 135/2004 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação. (2004). Diário da República: Série I-A, n.º 130. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/135-2004-281201>
- Decreto-Lei n.º 163/93 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. (1993). Diário da República: Série I-A, n.º 106. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/163-1993-274242>
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf
- Decreto-lei n.º 177/84 do Ministérios das Finanças e do Plano e do Equipamento Social. (1984). Diário da República: Série I, n.º 121. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/177-1984-384471>
- Decreto-lei n.º 19:687 do Ministério do Interior – Direção Geral de Assistência. (1931). Diário do Governo: Série I, n.º 103. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1931/05/10300/07630764.pdf>
- Decreto-lei n.º 208/2024 da Presidência do Conselho de Ministros. (2024). Diário da República: Série I, n.º 252. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/208-2024-901536082>
- Decreto-lei n.º 226/87 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. (1987). Diário da República: Série I, n.º 130. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/226-1987-418827>
- Decreto-lei n.º 26:154 do Ministério do Interior – Direção Geral de Assistência. (1935). Diário do Governo: Série I, n.º 299. <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/1935/12/29900.pdf>

- Decreto-Lei n.º 26/2021 da Presidência do Conselho de Ministros. (2021). Diário da República: Série I, n.º 63. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/26-2021-160631105>
- Decreto-lei n.º 30:389 do Ministério do Interior – Direção Geral de Assistência. (1940). Diário do Governo: Série I, n.º 92. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1940/04/09200/05230526.pdf>
- Decreto-Lei n.º 321-B/90 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. (1990). Diário da República: Série I, n.º 238. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/321-b-1990-667147>
- Decreto-Lei n.º 36:448 dos Ministérios do Interior e das Obras Públicas. (1947). Diário da República: Série I, n.º 176. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/36448-1947-182396>
- Decreto-lei n.º 365/76 dos Ministérios da Administração Interna e dos Assuntos Sociais. (1976). Diário da República: Série I, n.º 114. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/365-428013>
- Decreto-lei n.º 37/2018 da Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Diário da República: Série I, n.º 106. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/37-2018-115440317>
- Decreto-Lei n.º 400/82 do Ministério da Justiça. (1982). Diário da República: Série I, n.º 221. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/400-1982-319744>
- Decreto-lei n.º 49033 Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro. (1969). Diário da República: Série I, n.º 126. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/49033-1969-201065>
- Decreto-lei n.º 730/74 dos Ministérios da Justiça e do Equipamento Social e do Ambiente. (1974). Diário da República: Série I, n.º 296. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/730-468051>
- Decreto-Lei n.º 88/87 dos Ministérios das Finanças, da Justiça e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. (1987). Diário da República: Série I, n.º 48. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/88-1987-662714>
- Duarte, T. (2009). A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). <http://hdl.handle.net/10071/1319>
- EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza. (2024). *O que é a pobreza?* Consultado a 15 de agosto de 2024. <https://arquivo.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>

- Elder, G.H., Johnson, M.K., Crosnoe, R. (2003). The Emergence and Development of Life Course Theory. In: Mortimer, J.T., Shanahan, M.J. (eds) *Handbook of the Life Course*. Handbooks of Sociology and Social Research. Springer, Boston, MA. https://doi.org/10.1007/978-0-306-48247-2_1
- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA). (2024). Conceito de pessoa em situação de sem-abrigo. Consultado a 4 de agosto de 2024. <https://www.enipssa.pt/conceito-de-pessoa-em-situacao-de-sem-abrigo>
- FEANTSA. (2024). ETHOS Typology on Homelessness and Housing Exclusion. Consultado a 4 de Agosto de 2024. <https://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos-typology-on-homelessness-and-housing-exclusion>
- Fernandes, M. M. D. (2006). *Fechados no silêncio: Os sem abrigo* (Master's thesis). <http://hdl.handle.net/10400.2/619>
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4th Edition). Great Britain: SAGE.
- Gomes, T. S., & Guadalupe, S. (2011). Redes de suporte formal ao sem-abrigo na cidade de Coimbra. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, (21). <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/323>
- Gonçalves, A. T. (2006). Alguns traços de análise de três gerações de Planos Nacionais de Acção para a Inclusão. *Cidades-Comunidades e Territórios*, 135-150.
- GTMA - ENIPSSA (2023). Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - síntese de resultados de 31 de dezembro de 2022. <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2022+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pe%C3%A7as+em+situ%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/0485efbb-0839-46c3-81cc-43e054bc20a0>
- GTMA - ENIPSSA (2024). Inquérito caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo de 31 de dezembro de 2023. <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Inqu%C3%A9rito+Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+Pessoas+em+Situ%C3%A7%C3%A3o+de+Sem-Abrigo+-+31+de+dezembro+2023+-+Quadros/bc4e2eb8-31ba-4aa4-984b-dbcecaaddf22>

- Hendricks, J. (2012). Considering life course concepts. *Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 67(2), 226-231. <https://doi.org/10.1093/geronb/gbr147>
- Hutchison, E. D. (2005). The life course perspective: A promising approach for bridging the micro and macro worlds for social workers. *Families in Society*, 86(1), 143-152. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.188>
- Hutchison, E. D. (2010). A life course perspective. *Dimensions of human behavior: The changing life course*, 4, 1-38. https://catherinecrisp.com/wp-content/uploads/2017/01/Hutchinson_Life-Course-Perspective.pdf
- Hutchison, E. D. (2018). *Dimensions of human behavior: The changing life course* (6th ed.). SAGE publications.
- Hutchison, E. D. (2019). An update on the relevance of the life course perspective for social work. *Families in Society*, 100(4), 351-366. <https://doi.org/10.1177/1044389419873240>
- Idealista. (2024). Evolução do preço das casas à venda, Portugal. Consultado a 30 de 10 de agosto de 2024. <https://www.idealista.pt/media/relatorios-preco-habitacao/>
- Instituto da Segurança social, I.P. (2017). Relatório de avaliação da estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo 2009-2015: prevenção, intervenção e acompanhamento. <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Relat%C3%B3rio+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+de+estrat%C3%A9gia+nacional+para+a+integra%C3%A7%C3%A3o+de+pe%C3%A7as+sem-abrigo+2009-2015/045ba08e-df8c-4dd7-af6a-ab6da6354727>
- Instituto Nacional de Estatística. (2024). Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – *Rendimento e Condições De Vida: Habitação, Dificuldades Habitacionais e Eficiência Energética dos Alojamentos 2023*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=639505244&DESTAQUEStema=5414321&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt
- Lages, J. P. (2022). Habitação em pandemia: Os desafios da COVID-19 a partir da experiência de mulheres em situação de precariedade habitacional. *Cidades. Comunidades e Territórios*, (45). <http://journals.openedition.org/cidades/6536>
- Lechner, E. (2014). Pesquisa biográfica junto de imigrantes em Portugal: experiência de pesquisa participativa e relevância analítica dos testemunhos privados. *História*

(São Paulo), 33, 97-108.

<https://www.scielo.br/j/his/a/bpNDzb3z4pJdPncHzFSpF4r/?lang=pt>

Lei n.º 19-A/96 da Assembleia da República. (1996). Diário da República: Série I-A, n.º 149. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/19-a-1996-306009>

Lei n.º 56/2023 da Assembleia da República. (2023). Diário da República: Série I, n.º 194. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2023-222471959>

Lei n.º 80/2014 da Assembleia da República. (2014). Diário da República: Série I, n.º 245. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/80-2014-65949852>

Lei n.º 81/2014 da Assembleia da República. (2014). Diário da República: Série I, n.º 245. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/81-2014-65949853>

Lei n.º 83/2019 da Assembleia da República. (2019). Diário da República: Série I, n.º 168. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/83-2019-124392055>

Leung, P. P. Y. (2010). Autobiographical timeline: A narrative and life story approach in understanding meaning-making in cancer patients. *Illness, Crisis & Loss*, 18(2), 111-127.

https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2190/il.18.2.c?casa_token=CL24KMc-bnEAAAAA:8wkDqI7_PrMHdd_Lp7MTzizxfkIVGhx9lQjYslmqN7d4SfleP6ANQw7yrxUsgX5hj64F6phda9c2

Lusa (2024, 4 de abril). Mais de 1150 famílias aguardavam por uma casa municipal no Porto no final de 2023. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2024/04/02/local/noticia/1150-familias-aguardavam-casa-municipal-porto-final-2023-2085657>

Main, T. (1998). How to think about homelessness: Balancing structural and individual causes. *Journal of social distress and the homeless*, 7, 41-54. <https://doi.org/10.1023/A:1022966631533>

Mallett, S. (2004). Understanding home: a critical review of the literature. *The sociological review*, 52(1), 62-89. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2004.00442>

Marques, M. F. S. (2012). *A Revisão da Estratégia de Apoio Aos Sem-Abrigo: O Caso de Lisboa* (Master's thesis, Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)). <http://hdl.handle.net/10362/7288>

Martins, M. M. C. (2023). O teatro enquanto instrumento de desenvolvimento pessoal e interpessoal junto de pessoas em situação de sem-abrigo. <https://hdl.handle.net/10216/154784>

- Mendes, S. R. P. A. R. (2014). Som da Rua. Cultura e arte junto de uma comunidade sem-abrigo.
<https://hdl.handle.net/10216/77757>
- Menezes, F. L. (2008). Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres.
<http://hdl.handle.net/10071/2369>
- Metrogos, M. L. P. R. (2017). *Identidade e Desafiliação: Histórias de Vida Sem-Abrigo* (Doctoral dissertation, ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal)). <http://hdl.handle.net/10071/15094>
- Moore, J. (2007). Polarity or integration? Towards a fuller understanding of home and homelessness. *Journal of Architectural and Planning Research*, 143-159.
- Nascimento, M. D. (2016). *Sem-abrigo: Perspectiva da reinserção social, uma nova vida pós-rua* (Master's thesis). <https://recil.ulusofona.pthandle/10437/7136>
- Nobre, S. A. D. B. R. N. (2021). *Women's Homelessness and Housing Exclusion in Lisbon Metropolitan Area: An in-Depth Exploratory Study* (Doctoral dissertation, Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)). <http://hdl.handle.net/10362/123033>
- Nooe, R. M., & Patterson, D. A. (2010). The ecology of homelessness. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 20(2), 105-152, DOI: 10.1080/10911350903269757
- Observatório Nacional de luta contra a Pobreza (2023). Pobreza e exclusão social. *Relatório 2023*. https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2023/10/ONLCP_PES_relatorio2023015.pdf
- Oliveira, A. (2016). *A teoria das forças: um referencial para a prática na intervenção social* (1st ed.). UCP Editora.
- Procuradoria-Geral da República. (1966). *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais*. https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pacto_internacional_sobre_os_direitos_economicos.pdf
- Padgett, D. K. (2017). *Qualitative methods in social work research* (Vol. 36). Sage publications.
https://books.google.pt/books?hl=en&lr=&id=M32zDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Qualitative+Methods+in+Social+Work+Research+Third+Edition&ots=Oft12Zfwdr&sig=gBetU2HOFsUEzcxDwuQRK7CKGcA&redir_esc=y#v

[=onepage&q=Qualitative%20Methods%20in%20Social%20Work%20Research%20Third%20Edition&f=false](#)

- Parsell, C. (2012). Home is where the house is: The meaning of home for people sleeping rough. *Housing Studies*, 27(2), 159-173. <https://doi.org/10.1080/02673037.2012.632621>
- Pena, M. (2013). A Relação Profissional no quadro da intervenção do assistente social. *Intervenção Social*, (41), páginas 55-70. <https://doi.org/10.34628/xztj-ye33>
- Piat, M., Polvere, L., Kirst, M., Voronka, J., Zabkiewicz, D., Plante, M. C., Isaak, C., Nolin, D., Nelson, G. & Goering, P. (2015). Pathways into homelessness: Understanding how both individual and structural factors contribute to and sustain homelessness in Canada. *Urban Studies*, 52(13), 2366-2382. <https://doi.org/10.1177/0042098014548138>
- Pleace, N., Teller, N., & Quilgars, D. J. (2011). Social housing allocation and homelessness: EOH comparative studies on homelessness. <https://eprints.whiterose.ac.uk/75093/1/>
- Portaria n.º 151/2021 do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Diário da República: Série I, n.º 137. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/151-2021-167359766>
- Portugal. Leis, decretos, etc. (1852). Código Penal. 5.ª ed.. Coimbra: Imprensa da Universidade. <https://hdl.handle.net/20.500.12940/11263>
- Relatório de avaliação da estratégia nacional para a integração de pessoas sem-abrigo 2009-2015: prevenção, intervenção e acompanhamento. <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Relat%C3%B3rio+de+avalia%C3%A7%C3%A3o+de+estrat%C3%A9gia+nacional+para+a+integra%C3%A7%C3%A3o+de+pe%C3%A7as+sem-abrigo+2009-2015/045ba08e-df8c-4dd7-af6a-ab6da6354727>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017 da Presidência do Conselho de Ministros. (2017). Diário da República: Série I, n.º 142. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/107-2017-107745746>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021 da Presidência do Conselho de Ministros. (2021). Diário da República: Série I, n.º 251. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/184-2021-176714553>

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015 da Presidência do Conselho de Ministros. (2015). Diário da República: Série I, n.º 136. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/48-2015-69812100>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018 da Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Diário da República: Série I, n.º 84. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/50-a-2018-115211109>
- Ribeirinha, M. D. F. C. (2021). *Trajetórias de mulheres em situação de sem-abrigo na comunidade de Coimbra: Uma visão aplicada à perspetiva de género* (Master's thesis). <https://hdl.handle.net/10316/98233>
- Rivlin, L. G., & Moore, J. (2001). Home-making: Supports and barriers to the process of home. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 10, 323-336.
- Rosa, V., & Abreu, S. G. (2015). A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo. <http://hdl.handle.net/11067/1730>
- Santos, B. D. S., & Ferreira, S. (2002). A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes. *Risco Social e incerteza: pode o Estado social recuar mais?*, 177-225. <https://hdl.handle.net/10316/101085>
- Snow, D. A., & Anderson, L. (1993). *Down on their luck: A study of homeless street people*. University of California Press.
- Sobočan, A. M., Bertotti, T., & Strom-Gottfried, K. (2019). Ethical considerations in social work research. *European Journal of Social Work*, 22(5), 805-818. <https://doi.org/10.1080/13691457.2018.1544117>
- Teater, B. (2014). *An introduction to applying social work theories and methods*. (2.ª edição). Open University Press.
- Tinoco, R., & Pinto, S. (2001). Abordagem biográfica das toxicodependências-o biograma como instrumento de intervenção clínica. *Toxicodependências*, 7, 17-22. <http://hdl.handle.net/10400.26/3064>

Apêndices

Apêndice I – Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional

Apêndice II – Os sete domínios teóricos da falta de habitação na ETHOS

Apêndice III – Os domicílios considerados como situação de sem-abrigo, em Portugal

Apêndice IV – Guião de entrevista em profundidade à população em situação de sem-abrigo

Apêndice V – Consentimento informado

Apêndice VI – Códigos aplicados no *Software* MAXQDA para a categorização dos dados

Apêndice I – Tipologia Europeia de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional

Situação	Categoria	Categoria Operacional	Situação Habitacional	Definição genérica			
Sem-Abrigo	Sem-Teto	1. Pessoas a viver na rua	1.1 Espaço público ou externo	A viver na rua ou em espaços públicos, sem abrigo que possa ser definido como alojamento.			
		2. Pessoas num abrigo noturno	2.1 Abrigo noturno	Pessoas sem residência habitual que utilizam abrigos noturnos ou abrigos de emergência.			
	Sem-Casa	3. Pessoas em alojamento para pessoas em situação de sem-abrigo	3.1 Albergue para sem-abrigo	3.2 Alojamento temporário 3.3 Alojamento de transição com apoio	Onde o período de estadia se destina a ser de curto prazo.		
			4. Pessoas em abrigos para mulheres			4.1 Alojamento de abrigo para mulheres	Mulheres alojadas devido a experiências de violência doméstica, com estadias de curto prazo.
			5. Pessoas em alojamento para imigrantes			5.1 Alojamento temporário ou centro de acolhimento	5.2 Alojamento para trabalhadores migrantes
		6. Pessoas prestes a serem libertadas de instituições		6.1 Instituição penal 6.2 Instituição médica 6.3 Instituição ou lar de crianças	Sem habitação disponível antes da libertação; estadia prolongada devido à falta de habitação ou ausência de habitação identificada (ex.: ao atingir 18 anos).		
		7. Pessoas a receber apoio a longo prazo (devido à situação de sem-abrigo)	7.1 Cuidados residenciais para pessoas idosas sem-abrigo	7.2 Alojamento com apoio para pessoas anteriormente sem-abrigo		Alojamento de longa duração com cuidados para pessoas anteriormente em situação de sem-abrigo (normalmente mais de um ano).	
			8. Pessoas a viver em alojamento inseguro		8.1 Temporariamente com família ou amigos		8.2 Sem (sub)arrendamento legal 8.3 Ocupação ilegal
		Exclusão Habitacional		Inseguro	8.3 Ocupação ilegal		

		9. Pessoas a viver sob ameaça de despejo	9.1 Ordens legais executadas (alugado)	Quando existem ordens de despejo ou ordens legais de recuperação de propriedade pelo credor hipotecário.	
			9.2 Ordens de execução hipotecária (propriedade)		
		10. Pessoas a viver sob ameaça de violência	10.1 Incidentes registados pela polícia		Quando a polícia toma medidas para garantir um local seguro para vítimas de violência doméstica.
	11.2 Edifício não convencional				
	11.3 Estrutura temporária				
	Inadequado	12. Pessoas a viver em habitação imprópria	12.1 Habitação ocupada imprópria para habitação		Definidas como impróprias por legislação nacional ou regulamentos de construção.

Fonte: Realizado pela autora com base em FEANTSA (2024)

Apêndice II – Os sete domínios teóricos da falta de habitação na ETHOS

Categoria conceitual	Categoria operacional	Domínio físico	Domínio legal	Domínio social
Sem-abrigo	1. Sem-teto	Viver na rua	Sem título legal para um espaço de posse exclusiva	Sem espaço pessoal privado e seguro para relações sociais
	2. Sem-casa	Tem um lugar para viver, adequado para habitação	Sem título legal para um espaço de posse exclusiva	Sem espaço pessoal privado e seguro para relações sociais
Exclusão habitacional	3. Habitação insegura e inadequada	Tem um lugar para viver (não seguro e inadequado para habitação)	Sem segurança de posse	Tem espaço para relações sociais
	4. Habitação inadequada e isolamento social dentro de uma moradia legalmente ocupada	Moradia inadequada (não adequada para habitação)	Tem título legal e/ou segurança de posse	Sem espaço pessoal privado e seguro para relações sociais
	5. Habitação inadequada (segurança de posse)	Moradia inadequada (não adequada para habitação)	Tem título legal e/ou segurança de posse	Tem espaço para relações sociais
	6. Habitação insegura (adequada)	Tem um lugar para viver	Sem segurança de posse	Tem espaço para relações sociais
	7. Isolamento social dentro de um contexto seguro e adequado	Tem um lugar para viver	Tem título legal e/ou segurança de posse	Sem espaço pessoal privado e seguro para relações sociais

Fonte: Realizado pela autora com base em Pleace & Quilgars (2011)

Apêndice III – Os domicílios considerados como situação de sem-abrigo, em Portugal

País	Pessoas em situação de sem-abrigo com necessidades de apoio, deficiências e/ou doenças limitantes	Pessoas a viver em abrigos improvisados ou a ocupar imóveis	Pessoas a morar com amigos ou familiares	Ciganos / pessoas a viver em caravanas	Pessoas a viver em moradias impróprias para habitação	Pessoas em condições de superlotação	Pessoas em risco de perder a habitação	Pessoas em risco de assédio ou violência por vizinhos
Classificação ETHOS	Em situação de sem-abrigo (sem-teto ou sem-casa)	Exclusão habitacional – Habitação inadequada	Exclusão habitacional – Habitação inadequada	Exclusão habitacional – Habitação inadequada	Exclusão habitacional – Habitação inadequada	Exclusão habitacional – Habitação inadequada	Exclusão habitacional – Habitação inadequada	Exclusão habitacional – Habitação inadequada
Portugal	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Realizado pela autora com base em Pleace & Quilgars (2011)

Apêndice IV – Guião de entrevista em profundidade à população em situação de sem-abrigo

Identificação

1. Sexo/género
2. Idade/data de nascimento
3. Nacionalidade
4. Naturalidade (local de nascimento)
5. Estado Civil
6. Nível de Escolaridade
7. Situação laboral (Empregado/desempregado/reformado/entre outros)
8. Onde se encontra a pernoitar neste momento?
9. Encontra-se em situação de sem-abrigo neste momento?
 - a. Se não, alguma vez esteve em situação de sem-abrigo?

História de vida

10. Gostaria de iniciar esta entrevista ouvindo-o(a) e solicitando-lhe que me fale sobre a sua vida (história de vida). Pode começar por onde desejar e quando se sentir mais à vontade, e poderá demorar o tempo que considerar necessário.

Perguntas adicionais à história de vida

Infância e adolescência

11. Fale-me um pouco da sua infância e adolescência.

Como descreveria essas fases da sua vida? Quais são as suas memórias mais marcantes e como acredita que essas experiências moldaram a pessoa que é hoje?

12. Como era o ambiente familiar durante a sua infância e adolescência?

Como era a sua relação com a sua família nessas duas fases? Sentiu que podia contar com eles nos momentos difíceis?

13. Houve algum momento/acontecimento que mudou a sua vida de forma significativa durante a infância ou adolescência?

(mudança de cidade, perda de um familiar, deixar a escolar ou outro evento marcante)
Como é que isso afetou a sua trajetória de vida?

14. Como foram as suas responsabilidades em casa durante a infância e adolescência?

Assumi responsabilidades desde cedo, como cuidar de irmãos ou contribuir para o sustento da família? Como acredita que isso influenciou o seu percurso de vida?

15. Teve de lidar com dificuldades financeiras, falta de recursos básicos ou outros problemas, como conflitos familiares ou bullying?

Como superou essas adversidades?

Vida adulta

16. Como descreveria a sua vida adulta até agora?

Quais são os momentos mais marcantes que viveu nesta fase da sua vida? Como acha que essas experiências moldaram quem é hoje?

17. Durante a sua vida adulta, já enfrentou desafios relacionados com a falta de recursos para necessidades básicas?

Se sim, pode falar um pouco sobre esses momentos? Como lidou com essas situações?

18. Enfrentou ou enfrenta algum tipo de abuso ou situação de vulnerabilidade durante a vida adulta?

Se sim, como é que isso impactou a sua vida e relações?

19. Houve algum envolvimento com substâncias como drogas ou álcool?

Se sim, pode falar um pouco sobre essa experiência? Quando começou a consumir e quando percebeu que se tratava de abuso? De que forma isso influenciou a sua vida ou as suas relações pessoais?

20. Houve algum momento em que sentiu que a sua vida saiu daquilo que poderia ser considerado um percurso normativo?

Se sim, o que aconteceu e como isso alterou a sua forma de ver o mundo e a sua trajetória de vida?

21. Já teve algum confronto ou problema com a polícia?

Se sim, pode partilhar um pouco sobre essa experiência? Quando aconteceu e como acha que isso impactou a sua vida? Que consequências resultaram desse evento?

22. Ao olhar para a sua vida adulta, quais foram os maiores desafios que enfrentou?

Como encontrou maneiras de os superar e que lições retirou dessas experiências?

Relações pessoais

23. Como descreve as suas relações familiares atualmente?

Como essas relações evoluíram ao longo do tempo e de que forma impactam a sua vida hoje? Mantém contacto com a sua família?

24. Houve momentos em que se afastou ou se aproximou da sua família?

Pode partilhar se existiu algum evento ou circunstância que tenha provocado esse distanciamento ou reconciliação? Como isso o(a) afetou?

25. As suas relações familiares desempenham um papel importante na sua vida?

Acha que recebe algum tipo de apoio (emocional, financeiro ou outro) da sua família?
Se não tem contacto com eles, pode partilhar o que levou a esse afastamento e como se sente em relação a isso?

26. Sente que a relação que teve ou tem com a sua família influenciou a sua situação atual de sem-abrigo?

27. De que forma acha que essas dinâmicas familiares impactaram a sua trajetória de vida?

28. Tem filhos ou netos?

Se sim, como descreveria a sua relação com eles? Sente-se satisfeito com o nível de proximidade que têm? Caso não tenha contacto, o que acredita que levou a essa separação e como isso o(a) afeta?

29. Tem amigos ou pessoas de confiança com quem pode contar?

Se sim, como descreve essas relações? Sente que pode contar com essas pessoas para apoio emocional, financeiro ou outro? Se não tem essas relações, o que acha que contribuiu para isso?

Educação

30. Frequentou a escola até que ano?

Se deixou de estudar antes de concluir o ensino obrigatório, o que o(a) levou a tomar essa decisão? Houve algum evento ou situação que influenciou essa escolha?

31. Existiu algum momento importante ou marcante durante o seu tempo na escola?

Pode partilhar se houve algum acontecimento que tenha mudado a sua visão sobre os estudos ou influenciado a sua trajetória escolar?

32. Gostaria de ter continuado a estudar?

33. Porquê? O que o(a) motivava ou desmotivava em relação à educação formal?

34. Teve momentos na sua vida em que teve de escolher entre estudar e trabalhar?

Como tomou essa decisão e como acha que isso influenciou a sua trajetória de vida?

35. Acredita que um nível mais elevado de estudos teria impactado a sua situação atual?

Se sim, de que forma? Como vê a relação entre educação e as oportunidades que teve ao longo da vida?

Trabalho

36. Já teve alguma experiência no mercado de trabalho?

Pode falar sobre os empregos que teve ao longo da vida? Como descreve essas experiências e que tipo de desafios encontrou?

37. Se teve dificuldades em manter ou encontrar um emprego, o que acha que contribuiu para isso?

Quais foram os principais obstáculos que enfrentou no mundo do trabalho?

Responder apenas onde se aplicar:

38. Se está empregado atualmente, o que faz?

Pode descrever o seu trabalho atual? Desde quando está nesse emprego? Sente que o que recebe é suficiente para cobrir as suas despesas?

39. Se está desempregado, há quanto tempo está nessa situação?

Recebe algum tipo de apoio financeiro? Acha que esse apoio é suficiente para as suas necessidades? Gostaria de voltar a trabalhar e está à procura de emprego ativamente?

40. Se está a frequentar algum curso ou formação, pode falar um pouco sobre isso?

O que está a estudar e desde quando? A formação é remunerada? Sente que o que recebe é suficiente para cobrir as suas despesas?

41. Se está reformado, há quanto tempo está nessa condição?

Sente que o que recebe atualmente é suficiente para manter a sua qualidade de vida?

Vivencia na situação de sem-abrigo

42. Pode partilhar quando foi a primeira vez que experienciou a situação de sem-abrigo?

Quantos anos tinha na altura e o que acredita que o(a) levou a essa situação? Foi um evento específico ou uma sequência de acontecimentos? Como isso o(a) impactou emocional e psicológico?

43. Já passou por mais de uma situação de sem-abrigo?

Se sim, pode falar sobre essas experiências? Quantas vezes aconteceu e quais foram as circunstâncias que o(a) levaram a voltar a essa situação?

44. Como a situação de sem-abrigo afetou as suas relações familiares?

Que mudanças ocorreram na dinâmica familiar e como se sente em relação a isso?

45. Como é a sua rotina atualmente?

Como costuma passar os dias? Tem uma rotina fixa ou depende das circunstâncias? Onde costuma pernoitar?

46. Como gere as suas necessidades básicas, como alimentação e higiene?

Recebe algum tipo de apoio para essas necessidades?

47. Como são as suas interações com diferentes grupos de pessoas?

Pode falar sobre a sua relação com outras pessoas sem-abrigo, profissionais técnicos (como assistentes sociais e psicólogos), voluntários e pessoas que não estão em situação de sem-abrigo?

48. Quais são as maiores dificuldades que enfrenta no dia a dia?

49. Já se sentiu em risco ou vulnerável por estar em situação de sem-abrigo?

Se sim, pode partilhar quais são os seus maiores medos no dia a dia? Como lida com essas situações de vulnerabilidade?

50. Já foi vítima de violência ou abuso enquanto em situação de sem-abrigo?

Se sim, como lidou com essas situações? De que forma isso impactou a sua vida?

51. Tem acesso a cuidados de saúde quando necessita?

Como descreveria a qualidade do atendimento médico que recebe? Alguma vez evitou procurar atendimento por estar em situação de sem-abrigo?

Serviços de apoio

52. Atualmente, está a receber algum tipo de apoio de serviços ou instituições?

Se sim, que tipo de ajuda tem recebido? Como foi a sua experiência com esses serviços ao longo do tempo?

53. Já viveu numa instituição em algum momento da sua vida?

Pode falar sobre essa experiência? Quantos anos tinha e quanto tempo permaneceu?

54. Considera que os serviços disponíveis atendem às suas necessidades?

O que considera que poderia ser melhorado nesses apoios? Existe algo que falta e que facilitaria a sua vida?

55. Alguma vez se sentiu discriminado(a) ou estigmatizado(a) ao tentar aceder a esses serviços?

Se sim, pode partilhar como isso aconteceu e como isso impactou a sua experiência de receber apoio?

Perspetiva de vida

56. Na sua perspetiva como descreveria a sua situação de vida atual?

57. Quais são as suas principais preocupações?

58. Quais são as suas principais felicidades?

59. Se pudesse existiria algo que faria diferente na sua vida? Pode dizer algumas?

Apêndice V – Consentimento informado

Contos de Rua: A percepção da população em situação de sem-abrigo sobre as suas trajetórias de vida e a influência dos fatores de risco e de proteção

O meu nome é **Catarina Cardantas** e, encontro-me a realizar a minha Dissertação no âmbito do **Mestrado em Serviço Social**, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC), pelo que **agradeço o tempo** que está a dedicar a este estudo.

O presente projeto intitula-se *Contos de Rua: A percepção da população em situação de sem-abrigo sobre as suas trajetórias de vida e a influência dos fatores de risco e de proteção* e tem como principais objetivos:

1. Investigar as trajetórias de vida da população em situação de sem-abrigo, da cidade de Coimbra, explorando fatores de risco e proteção ao longo do ciclo de vida;
2. Compreender a percepção que os indivíduos em situação de sem-abrigo, da cidade de Coimbra, têm de determinadas circunstâncias e eventos de vida.

Para alcançar estes objetivos, solicitamos que responda a um conjunto de questões relacionadas com a sua **percepção pessoal sobre a sua trajetória de vida**.

A privacidade e a proteção dos dados estão de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia.

O estudo incluirá **dois momentos de avaliação**, com um **intervalo de duas semanas** entre eles:

1. **Primeira Entrevista:** Entrevista em profundidade, onde será partilhada a sua história de vida, com foco nos fatores de risco e proteção ao longo da mesma.
2. **Segunda Entrevista e validação do Biograma:** Neste último momento, será validado e discutido o biograma construído a partir das informações recolhidas na entrevista anterior, destacando os fatores de risco e proteção identificados.

Para garantir a precisão das informações recolhidas, informamos que **as entrevistas serão gravadas em áudio**, permitindo-nos uma análise rigorosa do conteúdo. A gravação será tratada de forma confidencial, e o áudio será guardado exclusivamente para análise científica, sendo eliminado após a transcrição e conclusão do estudo.

Se aceitar participar nos dois momentos, terá de **indicar um** contacto de forma a ser novamente contactado/a para responder à segunda entrevista e validação do biograma. Informamos que caso não pretenda participar nos dois momentos não poderá fazê-lo e **agradecemos imenso o seu contributo**.

Os seus dados pessoais não serão, de modo nenhum, divulgado pela equipa de investigação, garantindo-se a segurança e a privacidade dos dados.

Não existem respostas certas ou erradas, apenas pretendemos que responda da forma mais sincera possível. A investigação é **anónima e confidencial**, pelo que é atribuído um código a cada participante, para que este não seja identificado.

A base de dados será tratada apenas pela equipa de investigação envolvida no projeto, sendo **a informação recolhida utilizada única e exclusivamente para fins científicos**. Os dados recolhidos serão guardados durante a recolha de informação na Cloud OneDrive, onde só possui acesso a investigadora aqui presente.

A sua participação é totalmente voluntária, o que significa que pode desistir a qualquer momento da investigação, sem ser necessário justificar esta decisão. Embora **não se prevejam quaisquer riscos** associados à participação no estudo, poderá fazê-lo caso sinta algum desconforto com as questões. Apesar de não obter benefícios diretos, **o seu contributo será fundamental** para o projeto poder ter **impacto na investigação científica e nas políticas públicas**, fornecendo diretrizes baseadas na evidência.

Se sentir **necessidade de encaminhamento para um serviço de saúde mental**, ou pretender **esclarecer alguma dúvida** acerca do presente estudo, por favor contacte através do e-mail: catarina.cardantas@gmail.com

Para participar na entrevista, tem de declarar que:

- (1) tem **18 anos ou mais**;
- (2) **Estar ou ter estado em situação de sem-abrigo** (sem-casa ou sem-teto);
- (3) **Falar e compreender português**;
- (4) Residir em **Coimbra**;
- (5) Encontra-se na plena **capacidade para partilhar a sua história de vida**;
- (6) **Não estar sob a influência de qualquer substância**;
- (7) **Leu** a natureza do estudo e **concorda** com o conteúdo apresentado acima;
- (8) Aceita a **gravação em áudio** das entrevistas;
- (9) **Aceita participar** neste projeto de investigação.

Por favor, assine apenas se estas nove condições se verificarem.

Catarina Cardantas

Assinatura

Por favor, forneça um meio de contato para a segunda entrevista e validação do biograma:

Apêndice VI – Códigos aplicados no *Software* MAXQDA para a categorização dos dados

▼  Códigos	597
▼  Pontos de viragem (longo da vida)	0
 Negativos	53
 Positivos	18
 Perceção da trajetória	50
 Perceção do eu	34
▼  Fatores de risco estruturais	0
 Desemprego e baixos salários	32
 Discriminação	9
 Acesso e custos de saúde	9
 Desinstitucionalização	4
 benefícios públicos	29
 Pobreza	51
 Mercado habitacional	21
▼  Fatores de risco individuais	0
 abuso e maus-tratos, violencia	29
 Educação	21
 Grupo minoritário	5
 Saúde mental e estado de saúde	33
 Reclusão	17
 Abuso de substâncias	19
 Acolhimento	1
 Redes sociais (formais e informais)	82
 Estado civil	16
 Serviço militar	6
 Idade/timing da vida	58
 Conjuntos	0

Fonte: Realizado pela autora através do *Software* MAXQDA